

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

RODRIGO DE ANDRADE CALSANI

**“O IMIGRANTE ITALIANO NOS CORREDORES DOS CAFEZAIS:
COTIDIANO ECONÔMICO NA ALTA MOGIANA (1887-1914)”**

**FRANCA – SP
2010**

RODRIGO DE ANDRADE CALSANI

**“O IMIGRANTE ITALIANO NOS CORREDORES DOS CAFEZAIS:
COTIDIANO ECONÔMICO NA ALTA MOGIANA (1887-1914)”**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Social.

Orientador: Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira

**FRANCA
2010**

Calsani, Rodrigo de Andrade

O imigrante italiano nos corredores dos cafezais : cotidiano econômico na Alta Mogiana (1887-1914) / Rodrigo de Andrade Calsani. – Franca : [s.n.], 2010

113 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Lélío Luiz de Oliveira

1. Imigração italiana – História – Brasil. 2. Alta Mogiana (SP) – História. 3. Imigrantes italianos – Café – História regional. I. Título

CDD – 325.10945

RODRIGO DE ANDRADE CALSANI

**“O IMIGRANTE ITALIANO NOS CORREDORES DOS CAFEZAIS:
COTIDIANO ECONÔMICO NA ALTA MOGIANA (1887-1914)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Franca, para a obtenção do título de mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2010.

*A minha esposa Juliana, aos meus pais
José Horácio e Jocelem... e a Melody.
Vocês foram a essência, o alicerce e o
porto seguro.*

AGRADECIMENTOS

Creio ser esse o momento mais difícil, pois preciso agradecer as pessoas, que direta ou indiretamente me motivaram a concluir o mestrado. A memória é vital para que todos sejam lembrados!

Começo pela minha professora “Dona Flauzina” (5ª série) da escola Sinhá Junqueira, ela me despertou o amor que tenho hoje pela História. Muito obrigado!

A todos os meus professores do ensino fundamental e médio.

Aos professores do Centro Universitário Barão de Mauá, que foram fundamentais para que eu persistisse em meus estudos, em especial, aos professores da graduação: Sandra Tonetto, Humberto Perinelli Neto e Fábio Pacano, vocês me fizeram conhecer o universo de pessoas simples que também fazem parte da História; e também aos professores da especialização, Carlo Monti, Ana Paula Farah, Lílian Rosa, Nainôra Freitas e Ana Raquel Portugal, que me mostraram os caminhos e as possibilidades para o meu mestrado.

Aos colegas de classe da turma de História; em especial Bruno (In memorian).

Ao Gehcult, pelas manhãs de sábado, textos e mais textos sobre História, pura vocação!

Aos amigos Rafael Cardoso, Tiago Giorgianni e Angela Chichitostti. Uma amizade que começou no curso de História e que amadureceu através do tempo. Vocês foram muito importantes na elaboração da minha dissertação. Muito obrigado!

Aos colegas de classe do mestrado na UNESP, em especial Jorge França e Vanessa Dias pelas prosas cotidianas sobre “mulher” e “imigração”.

Aos professores do mestrado.

Ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto; Mauro e Simone, grato pela dedicação e dicas para minha pesquisa.

Ao Ricardo e Terezinha obrigado pela presteza de seus conhecimentos.

Aos meus alunos – 6º, 7º, 8º e 9º anos – do Colégio Vita et Pax, aos professores, coordenadora Selmi e diretora Elena. Obrigado pela paciência e compreensão!

À professora Simone, que entre a lousa e as “pizzas”, revisou com dedicação essa dissertação. Obrigado!

Aos alunos da escola Honorato de Lucca e D. Luis do Amaral Mousinho.

Aos alunos da FABAN, em especial, as 1ª e 2ª Turma de Economia, 4ª Turma de Publicidade e Propaganda e aos meus orientandos.

Aos amigos Carlinhos, Elizandra e Júlio; amizade duradoura e leal.

A minha querida afilhada Isabela, quanto café você me serviu...

Às minhas irmãs Samantha e Isabel pelo apoio incondicional!

Às orações de minha avó Lúcia.

Às tias Silvana e Solange, ao Luiz Roberto e Célia, por mostrarem os vários prismas da vida!

Ao professor da graduação, da especialização e atual orientador, Lélcio Luiz de Oliveira, além do excelente e dedicado profissional; humano, paciente e motivador. Obrigado por compartilhar horas dos seus conhecimentos históricos!

A Deus.

O porto

*A vida tem cores cinza
quando vista a partir das retinas do porto.
Navios em espera cumprem o destino
de sacramentar partidas e chegadas.
Homens, histórias e suas trouxas
não decidiram ir.
Apenas deram o passo em direção às águas,
que, silenciosas, espiaram sem interferir.
Mulheres e crianças
derramaram lágrimas de adeus e boa sorte.
Tantos anos
de comum-vivência terminando ali,
e nenhuma palavra.
Apenas um aceno de mão.*

*(Fábio de Melo; Tempo: saudades e esquecimentos.
O cotidiano como lugar de revelação)*

CALSANI, Rodrigo de Andrade. **O imigrante italiano nos corredores dos cafezais: cotidiano econômico na Alta Mogiana (1887-1914)**. 2010. 113f. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

Resumo

O trabalho tem como objetivo conhecer o cotidiano econômico dos imigrantes italianos, na virada do século XIX para o século XX, entre 1887 e 1914, no município de Ribeirão Preto – SP, vinculados a atividades econômicas conhecidas como de abastecimento interno e de subsistência. A pesquisa vem contribuir e confrontar com estudos relativos à região da Alta Mogiana que tem como ênfase principal a cafeicultura como fator predominante. Noutros termos, a imigração, especialmente a italiana, teve vínculos parciais com a produção do café que não envolvia totalmente o cotidiano desta mão-de-obra. Visão até então não muito desvendada e demonstrada, o que este trabalho procura contribuir. É um novo olhar sobre a imigração italiana que vivia às margens e nos corredores dos cafezais.

Palavras-chave: imigração italiana, história do cotidiano econômico e história regional.

Abstract

The work aims to evaluate the economic daily of the Italian immigrants at the turn of the nineteenth to the twentieth century, between 1887 and 1914 in Ribeirão Preto - SP, linked to economic activity known as domestic supply and livelihoods. The study is a contribution and to compare with studies on the region of Upper Mogiana which has as its primary focus to coffee as the predominant factor. In other words, immigration, especially in Italy, had links with the partial production of coffee that did not involve all of the daily manpower. Vision unveiled so far not much and demonstrated what this paper seeks to contribute. It's a new look at Italian immigrants who lived on the margins and in the corridors of the coffee plantations.

Keywords: Italian immigration, history of the everyday economic and regional history.

LISTA DE ABREVIATURAS

AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

MI – Memorial do Imigrante de São Paulo.

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Ilustração da chegada dos imigrantes em Santos – década de 1930. Memorial do Imigrante.....	34
FOTO 2 - Ilustração da fachada da antiga hospedaria dos imigrantes no Brás, atual Memorial do Imigrante.....	38
FOTO 3 - Ilustração do cotidiano dos imigrantes na hospedaria do Brás – década de 1920. Memorial do Imigrante.....	40
FOTO 4 – Planta: Núcleo Colonial Antonio Prado.....	58
FOTO 5 - Título de propriedade do Sr. Giachette Pietro de 1892.....	60
FOTO 6 - O Engenho Central de Francisco Schmidt (Almanach Ilustrado, 1914).....	66
FOTO 7 - Ruínas da Usina Barbacena.....	68
FOTO 8 - Teatro Carlos Gomes (Almanach ilustrado de Ribeirão Preto, 1913).....	77
FOTO 9 - Bairro do Tanquinho (1900).....	82
FOTO 10 - Italianos nos corredores dos Cafezais, Fazenda Guatapar (1902).....	87
FOTO 11 - Italianos nos corredores dos Cafezais, Fazenda Guatapar (1902).....	87
FOTO 12 - Casas de uma das colnias da Fazenda Monte Alegre (1910).....	90
FOTO 13 - Exemplo da casa de um colono. Memorial do Imigrante.....	90
FOTO 14 - Exemplo da casa de um colono. Memorial do Imigrante.....	91
FOTO 15 - Exemplo da casa de um colono. Memorial do Imigrante.....	91
FOTO 16 - Exemplo da casa de um colono. Memorial do Imigrante.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Emigração italiana para América (1903-1920).....	21
GRÁFICO 2 – Entrada de imigrantes no Estado de São Paulo (1877-1914).....	41
GRÁFICO 3 – Propriedades agrícolas de italianos no Estado de São Paulo (1890-1934).....	45
GRÁFICO 4 – Número de propriedades agrícolas no Estado de São Paulo (1906).....	46
GRÁFICO 5 – Número de propriedades urbanas no Estado de São Paulo (1910).....	48
GRÁFICO 6 – Divisão por nacionalidade dos requerentes – Núcleo Antonio Prado (1892)..	59
GRÁFICO 7 – População de Ribeirão Preto (1912).....	80

LISTA DE MAPA

Regionalização da península itálica, século XIX.....	19
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – As regiões de origem dos imigrantes italianos para o Brasil (1878/1920).....	17
TABELA 2 – Movimento migratório global para o Brasil – várias etnias – números de imigrantes (1819/1947).....	22
TABELA 3 – Movimento da entrada de imigrantes porto de Santos/SP – junho/dezembro de 1894.....	32
TABELA 4 – Comparativo da entrada de imigrantes italianos Brasil / Estado de São Paulo (1820/1929).....	35
TABELA 5 – Desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo – vários setores (1887/1907).....	44
TABELA 6 – Número de propriedades agrícolas no Estado de São Paulo (1915).....	47
TABELA 7 – Número de propriedades agrícolas em São Carlos/SP (1894/1934).....	47
TABELA 8 – Remessas de dinheiro para a Itália (1902/1907).....	49
TABELA 9 – Remessas efetuadas em liras pelos italianos – sucursal de São Paulo – Banco di Napoli (1906/1929).....	50
TABELA 10 – Malha comercial na ferrovia Mogiana região de Ribeirão Preto (1880/1889).....	51

TABELA 11 – Presença da pequena lavoura cafeeira Alta Mogiana (1933).....	52
TABELA 12 – Produções agrícolas Ribeirão Preto (ano base: 1902).....	53
TABELA 13 – Produções agrícolas Ribeirão Preto (ano base: 1913).....	54
TABELA 14 – Atividades profissionais italianos em Ribeirão Preto (1913).....	61
TABELA 15 – Variação do preço de alimentos Estado de São Paulo (1912/1914).....	62
TABELA 16 – Propriedades agrícolas Ribeirão Preto x Estado de São Paulo (1928/1929)....	63
TABELA 17 – Nordeste paulista / população total e escrava (1854/1886).....	73
TABELAS 18 – Imigrantes italianos saídos da Hospedaria do Brás em direção a Ribeirão Preto (1892/1900).....	78
TABELA 19 – Imigrantes saídos da Hospedaria de São Paulo (Brás) para Ribeirão Preto (1901).....	83
TABELA 20 – Famílias italianas em Ribeirão Preto (1890/1900).....	84
TABELA 21 – Nascimentos em Ribeirão Preto por nacionalidade (1893/1910).....	85
TABELA 22 – População de Batatais por etnia (1896).....	86
TABELA 23 – Remuneração do colono – média Estado de São Paulo (ano 1901).....	94
TABELA 24 – Remuneração do colono – média Estado de São Paulo (ano 1906).....	95
TABELA 25 – Atividades de subsistência – Ribeirão Preto (1889/1930).....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 A imigração: os caminhos dos italianos.....	16
CAPÍTULO 2 O italiano e a economia de abastecimento interno.....	43
CAPÍTULO 3 O cotidiano econômico do imigrante italiano.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
FONTES.....	104
BIBLIOGRAFIA.....	107

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade estudar o cotidiano econômico do imigrante italiano na região da Alta Mogiana – atual nordeste do Estado de São Paulo, tendo como pólo administrativo o município de Ribeirão Preto – entre os anos de 1887 e 1914. Concomitante ao cultivo do café, o italiano convivia com práticas de economia de abastecimento de interno e de subsistência.

No que tange ao imigrante italiano existem duas correntes principais de pensamento trabalhadas pelos historiadores: a primeira que considera as hipóteses de ascensão econômica e social do italiano recém chegado, e a outra, que ressalta as dificuldades com a miséria e os obstáculos enfrentados por esses homens e mulheres. Michael Hall segue a linha do pensamento negativo, pois demonstra as dificuldades de mobilidade econômica, as más condições de vida e de trabalho dos imigrantes, os baixos salários e o repúdio dos trabalhadores pelo serviço que faziam.¹ José de Souza Martins também enfatiza a problemática das relações de trabalho pós-escravistas. Demonstra as dificuldades de ascensão social dos imigrantes italianos, pois estavam presos às dependências da lavoura e dos proprietários rurais.²

Em contrapartida – na segunda linha de pensamento – Thomas Holloway demonstra as várias possibilidades do cotidiano do colono na lida rural, identificando as dificuldades e a miséria, mas também a mobilidade social e econômica, sustentado nas relações de colonato e a disponibilidade de terras em que alguns imigrantes conseguiram sua ascensão.³ Nosso trabalho vincula-se a essa corrente de estudo.

Zuleika Alvim busca aspectos da cultura e realidade social dos italianos na terra de origem, as causas da emigração em massa, suas condições de vida e trabalho.⁴

Nos trabalhos sobre a região de Ribeirão Preto encontramos a problemática dessa discussão a cerca das condições de vida econômica e social do imigrante italiano. Como exemplo, os seguintes trabalhos: as dissertações de Rosana Cintra “Italianos em Ribeirão

¹ HALL, M. **The origins of mass immigration in Brazil, 1887-1914**. Tese de Doutorado. Columbia University, 1969.

² MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

³ HOLLOWAY, T. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁴ ALVIM, Z. M. **Brava gente! Os italianos em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Preto: vinda e vida de imigrantes -1890/1900”⁵, Maria Angélica Momenso Garcia “Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto -1890/1920”⁶, Luciana Squarizi “Imigrantes Italianos em Batatais -1890/1930”⁷, e as teses de Vilmo Guimarães Melo “A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico social do município de São Carlos”⁸ e Patrícia Gomes Furlanetto “O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto -1895/1920”⁹. Jorge Henrique Caldeira de Oliveira em sua tese “Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias”¹⁰ investiga a possibilidade de não ser apenas economia de subsistência, mas também uma prática de acúmulo de excedentes, que geraria um possível enriquecimento ao colono.

Estes trabalhos enfatizam com prioridade, as ações dos imigrantes junto à monocultura cafeeira restando uma pequena fatia para as práticas econômicas de subsistência exercidas pelo imigrante. Noutros termos, o imigrante ficou escondido à sombra dos cafezais, não havendo uma análise mais detalhada das outras atividades, sejam elas vinculadas ao mercado externo, ao mercado interno praticada pelo italiano, o que poderia conduzir a certa acumulação de recursos e à sobrevivência do trabalhador imigrante italiano.

Em Ribeirão Preto houve um gradativo ingresso de imigrantes europeus a partir do ano de 1874, quando se constatou a permanência de apenas 03 imigrantes. Em 1886, contaram-se 771 estrangeiros, saltando para 1.282 no ano de 1890.¹¹

A escolha do imigrante oriundo da Itália deve-se também ao fato de ser a etnia preponderante frente às outras e que ao seu modo, colaborou e muito na constituição econômica de Ribeirão Preto.¹²

⁵ CINTRA, R. A. **Italianos em Ribeirão Preto: vinda e vida de imigrante (1890 – 1900)**. UNESP/FHDSS. Franca, 2001. (Dissertação de mestrado em História).

⁶ GARCIA, M. A. M. **Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890 – 1920)**. UNESP/FHDSS. Franca, 1993. (Dissertação de mestrado em História).

⁷ SQUARIZI, L. **Imigrantes Italianos em Batatais (1890-1930)**. UNESP/FHDSS. Franca, 2003. (Dissertação de mestrado em História).

⁸ MELO, V. G. **A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico social do município de São Carlos**. UNESP/FFCL. Marília, 1975. (Tese de Doutorado em Sociologia).

⁹ FURLANETTO, P. G. **O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895/1920)**. USP/FFLCH. São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado em História).

¹⁰ OLIVEIRA, J. H. C. de. **Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias**. UNESP/FHDSS. Franca, 2006. (Tese de Doutorado em História).

¹¹ WALKER, T; BARBOSA, A. S. **Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

¹² Para exemplificar, este município tinha em 1912, 24.358 estrangeiros natos, sendo 14.561 de italianos, 4.913 de portugueses, 2.558 de espanhóis, 481 do oriente médio e 1845 de outras localidades, apud in WALKER, T; BARBOSA, A. S. p. 46.

Para atingir o objetivo principal, se faz necessário trilhar os caminhos percorridos pelos imigrantes italianos no contexto socioeconômico da região da Alta Mogiana, entre 1887-1914, diante da expansão da cafeicultura, da produção destinada ao mercado interno e abastecimento local, incluindo a prática da policultura, da gênese de uma rede de comércio, principalmente urbana e da conseqüente diversificação profissional. Pesquisar também a participação dos italianos no processo de substituição da mão de obra escrava, o que requer quantificar e descrever o quanto possível o perfil demográfico destes protagonistas advindos da península itálica frente aos demais grupos sociais, além de vislumbrar as possibilidades de ascensão social dentro do contexto em questão.

A escolha da baliza temporal – 1887 / 1914 – seguiu o fluxo da imigração italiana para a região da Alta Mogiana. O ano de 1887 representou a inauguração da hospedaria dos imigrantes no Brás e também do Núcleo Colonial Senador Antonio Prado no município de Ribeirão Preto, dois fatores importantes como suporte estrutural e que influenciaram no aumento de imigrantes para a região da Alta Mogiana. Por outro lado, o ano de 1914 representou a diversificação de atividades profissionais no município de Ribeirão Preto, uma considerável variação do preço de alimentos no Estado de São Paulo e a diminuição da chegada de italianos também por causa do início da 2ª Guerra Mundial.

O primeiro capítulo – *A imigração: da Itália para o Brasil* – tem como intuito identificar de que região eram os imigrantes italianos, suas profissões, a situação social e econômica da Itália, a viagem para a América, o caminho percorrido por eles, desde seu país de origem, a chegada no Brasil, a passagem pela hospedaria do imigrante do Brás até o seu embarque para o interior paulista.

O segundo capítulo – *Entre os corredores dos cafezais e a cidade: o italiano na economia de abastecimento* – pretende demonstrar o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, o papel da ferrovia Mogiana nesse processo, localizar o trabalhador italiano e a sua diversificação profissional, entre o rural e o urbano, podendo ser um agricultor como também um comerciante. Cabe salientar também o Núcleo Colonial Senador Antonio Prado que motivou a prática de uma economia de abastecimento interno por colonos – a sua maioria italianos – que se tornaram pequenos proprietários agrícolas com o objetivo de sobreviver e acumular alguns excedentes econômicos.

E, por último, o terceiro capítulo – *O cotidiano econômico do italiano na Alta Mogiana* – nos permite compreender o processo de substituição da mão de obra escrava pela imigrante europeia, discutir sobre as condicionantes econômicas responsáveis pelo cotidiano

do italiano na região da Alta Mogiana, tais como, os dados demográficos – a distribuição de famílias nucleares ou não nucleares, o número de nascimento por nacionalidade – as formas de contrato com o colono italiano – remuneração, tipo de moradia, obrigações no plantio cafeeiro – e as atividades de subsistência, por parte dos colonos italianos.

A base documental¹³ está sustentada em contratos da agência oficial de imigração, manuscritos, relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, livro tomo, notícias de jornais da época pesquisada, entre eles, *A Província de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *A Tribuna*, *Fanfulla*, *Avanti*, *Diário da Manhã*, *A Cidade*, matrículas de imigrantes na hospedaria do Brás, arquivo de fotos do período, almanach ilustrado de Ribeirão Preto (1913/1914), anuário comercial (1904), dados populacionais do município de Ribeirão Preto, títulos de propriedade do Núcleo Colonial Senador Antonio Prado, além das referências bibliográficas, monografias, dissertações e teses.

¹³ Pesquisada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Memorial do Imigrante e Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto.

CAPÍTULO 1

A imigração: os caminhos dos italianos

Penso que o homem deve viver na sua pátria e acho que o desenraizamento dos seres humanos seja uma frustração de que uma maneira ou de outra ofusca a claridade da alma.
(Pablo Neruda)

Este capítulo tem como propósito levantar as regiões italianas das quais os imigrantes vieram, assim como destacar a situação social e econômica da Itália e alguns dos motivos que os levaram a emigrarem para a América. Refazer o percurso da viagem destes trabalhadores, desde os principais portos da Europa até o Brasil, nos remete as suas primeiras instalações, na hospedaria dos imigrantes no Brás, até o seu embarque para o interior paulista, mais especificamente no município de Ribeirão Preto como alternativa necessária na substituição da mão de obra escrava.

Como podemos verificar a dinâmica provincial da imigração foi determinante para que as características sociais e econômicas fossem múltiplas em um mesmo espaço e tempo, e por isso, no Brasil, a grande imigração europeia – italiana em sua maioria – seria a terceira matriz de imigrantes para a formação – miscigenação – do país.¹⁴

A exemplificação dessa diversificação de italianos que aportaram no Brasil, pode ser verificada na tabela 1, que compreende as respectivas origens – as regiões – desses imigrantes que vieram para o Brasil entre 1878 e 1920.

TABELA 1 – AS REGIÕES DE ORIGEM DOS IMIGRANTES ITALIANOS PARA O BRASIL (1878/1920)

Regiões	1878-1886	%	1887-1895	%	1896-1902	%	1903-1920	%
Vêneto e Friuli	21.264	70,4	246.168	69,6	62.066	55,3	36.212	42,4
Lombardia	6.098	20,2	60.380	17,1	20.107	17,9	19.388	22,7
Piemonte / Vale de Aosta	1.767	5,8	15.198	4,3	6.598	5,9	16.733	19,6
Ligúria	558	1,8	2.823	0,8	2.098	1,9	3.849	4,5
Emília-Romanha	512	1,8	28.876	8,2	21.386	19,0	9.103	10,8
Total região norte	30.199	42,1	353.445	71,8	112.255	30,1	85.325	27,8
Toscana	6.340	97,4	26.542	85,2	26.746	42,7	21.428	63,7
Marcas	147	2,3	3.875	12,4	14.671	23,4	6.381	19,0
Úmbria	20	0,3	442	1,4	8.928	14,2	2.428	7,2
Lácio	-	-	308	1,0	12.273	19,7	3.395	10,1
Total região central	6.507	9,1	31.167	6,3	62.618	16,8	33.632	11,0
Abbruzzi/Molise	3.845	10,9	17.865	16,6	47.997	24,2	23.065	12,3
Campânia	8.913	25,4	37.845	35,1	71.093	35,9	46.123	24,6
Apúlia	117	0,3	6.707	6,2	14.157	7,1	16.154	8,6
Basilicata	9.504	27,1	10.177	9,5	14.727	7,4	17.996	9,6

¹⁴ O português e o africano foram as duas primeiras etnias que emigraram em larga escala, por razões diferentes, no período da América Portuguesa e foram os precursores na formação do povo brasileiro: o mestiço. RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Calábria	12.659	36,1	27.172	25,2	31.875	16,1	58.595	31,2
Sicília	45	0,1	7.776	7,3	12.937	6,6	24.966	13,3
Sardenha	13	0,1	107	0,1	5.254	2,7	796	0,5
Total região sul	35.096	48,8	107.649	21,9	198.040	53,1	187.695	61,2
Total geral de imigrantes	71.802	100	492.261	100	372.913	100	306.652	100

Fonte: MAIC, Statística dell'emigrazione italiana all'estero, vários anos. Arquivo Público Histórico de São Paulo, elaboração própria.

A divisão em macro regiões – norte, central e sul – possibilita identificar a proporção e preponderância de cada província na *formação* sociocultural brasileira.

No primeiro período (1878/1886) destaques para a regiões Norte e Sul, representando respectivamente 42,1% e 48,8% dos imigrantes italianos aportados no Brasil. Destaque para Vêneto com 70,4% de imigrantes da região Norte e Calábria com 36,1% da região Sul. No segundo período (1887/1895) a região Norte foi a preponderante (71,8%), sendo ainda a província de Vêneto com 69,6% de imigrantes, quanto à região Sul, houve um decréscimo considerável para 21,9% da participação de imigração.

Nos últimos dois períodos (1896/1902; 1903/1920) ocorreu o inverso, a região Sul passou a ser a origem da maioria dos imigrantes italianos que vinham para o Brasil. Destaque para Calábria (31,2%) e Campania (24,6%). A região central nos quatro períodos se manteve estável e com pouco fluxo imigratório, destaque para província de Toscana.

Esses números apontam não só a quantificação de homens e mulheres, mas também nos alerta quanto a possível realidade econômica de cada região italiana. Outro fato importante é que a região Norte – formada por comerciantes, pequenos proprietários de terras, entre outros – preferiram o Brasil, a continuar em um país recém formado e incerto. Muitos destes homens foram atraídos para trabalhar nas fazendas de café no Brasil e a região de Ribeirão Preto recebeu um número de imigrantes de Vêneto significativo. A propósito dessa proveniência regional, correspondia às preferências dos fazendeiros por vênetos e lombardos, devido a sua *parcimônia, frugalidade, sobretudo, docilidade*.¹⁵

Como forma de ilustração, o mapa a seguir demonstra a regionalização da península itálica, comum na segunda metade do século XIX.

¹⁵ TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988. p. 41.



Fonte: ITÁLIA. Disponível em < <http://www.egm.it/pt/mappaitalia>>. Acesso em 01 Set. 2010.

Uma condicionante que colaborou no processo imigratório foi a miséria existente por toda a Itália, principalmente na segunda metade do século XIX. Após a unificação italiana (1861), os incentivos a agricultura foram insuficientes se comparados com os produtos que vinham de outros países, principalmente da América e da Ásia com um preço bem mais atrativo. A Revolução Industrial iniciada no século anterior e que continuou a se modernizar e “maquinizar” *tudo e todos*, também foi motivo de distorções sociais e econômicas na Itália, com o desemprego em série.¹⁶

A diminuição da produção agrícola foi determinante para levantes e insurreições de trabalhadores rurais sicilianos em 1894 e em Milão em 1898, por exemplo. A emigração seria então, a válvula de escape aos olhos e tutela do Estado. Outros problemas como doenças e pouca comida, também aceleraram o processo. As famílias rurais (sobre) viviam a base de polenta e pão, tendo como consequência, a desnutrição e a pelagra – doenças caracterizadas por dermatite e distúrbios gastrintestinais / psíquicos. A falta de vitamina PP, por exemplo, podia levar o doente à loucura e à morte. Outras doenças foram a tuberculose, o raquitismo e o escorbuto.¹⁷

¹⁶ TRENTO, A. Ibidem.

¹⁷ BIGAZZI, A. R. C. **Italianos**: história e memória de uma comunidade. São Paulo: Nacional, 2006. (Série Lazuli Imigrantes no Brasil).

A crise econômica foi intensa em várias regiões italianas, o arroz era importado do Oriente, o trigo da Rússia e da América do Norte, além disso, a carência da industrialização regional e mão-de-obra qualificada. A insuficiência de tecnologia ocasionou também o aumento de pragas que atacaram as plantações de pimenta preta, vinhedos, arrozais e oliveiras. O cenário era desesperador.¹⁸

Segundo Trento:

A miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial. [...] A fuga, inclusive a pé, em pleno inverno, para chegar ao porto de embarque – Gênova – envolvia aldeias inteiras e podia assumir aspectos de verdadeira libertação [...].¹⁹

No período da unificação italiana o índice de analfabetismo estava próximo de 70%. O ensino era dividido em duas etapas: inferior e superior, cada um com dois anos de duração. O inferior gratuito, mas o superior não. Era concedido o direito ao voto somente aos cidadãos letrados, o que mostra o impedimento real democrático do italiano no processo eleitoral, além disso, a manutenção de uma aristocracia que detinha o poder e o destino de milhões de italianos.²⁰

Muitos trabalhadores do campo não tinham empregos fixos, contratos de trabalho, e viviam em deslocamentos constantes sem nenhuma perspectiva de especialização e qualificação profissional; fadados a sorte e a boa vontade de alguns proprietários agrícolas.²¹

A Igreja Católica não via com bons olhos esse homem *mutante* e errante.²² O trabalho temporário foi censurado pela Igreja, principalmente porque seus fiéis estavam distantes de suas paróquias e respectivo controle. As justificativas para tal pensamento: a moral, a família e os bons costumes.²³ Mas, esses homens precisavam trabalhar e viver.

O *fazer América* foi a solução imediata e até mitológica – *la terra della speranza* – para trabalhadores comuns e com subempregos; desempregados e também para o Estado Italiano. No período de 1903-1920, a emigração italiana para a América demonstrou uma média anual de 198.962 italianos que desembarcavam nos Estados Unidos, 52.970 na Argentina e 17.036 que aportavam em terras brasileiras, conforme mostra o gráfico 1:

¹⁸ BIGAZZI, A. R. C. Ibidem.

¹⁹ TRENTO, A. Op.cit. 1988. p. 18.

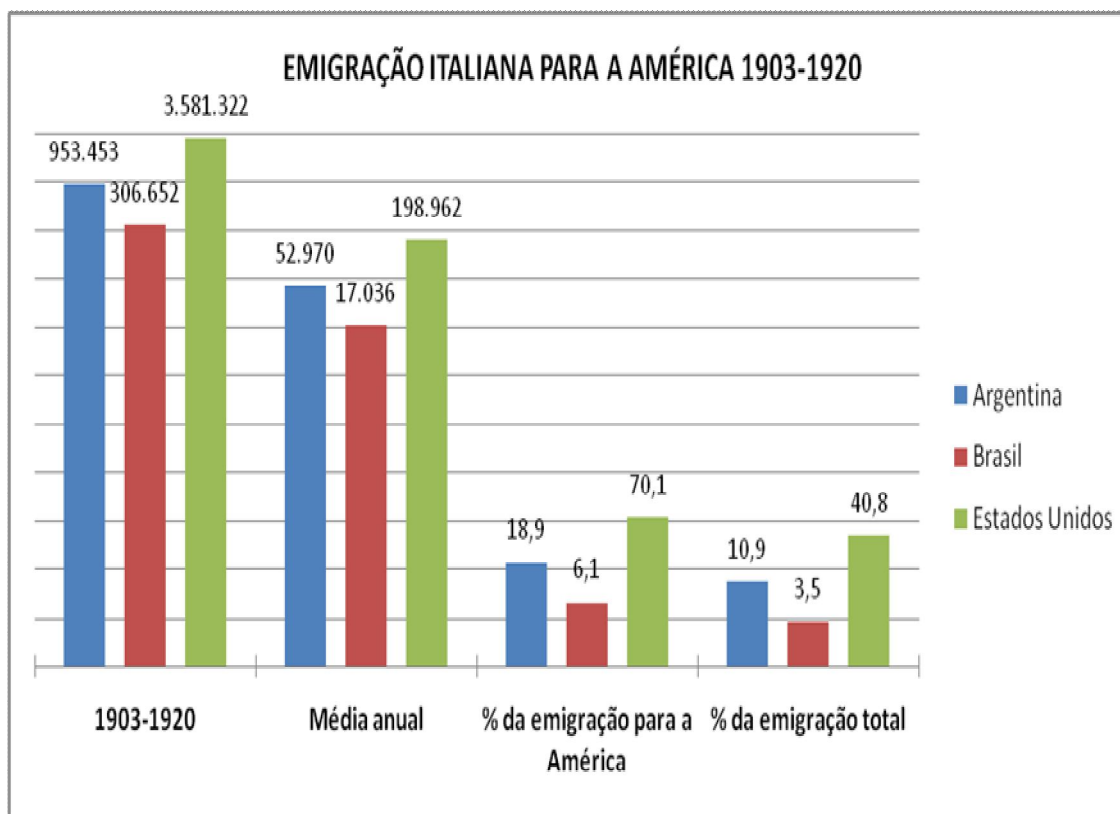
²⁰ TRENTO, A. Op.cit. 1988.

²¹ CINTRA, R. A. Op. Cit.

²² Se compararmos com os trabalhadores rurais – os bóias frias – de hoje no Brasil, a Igreja Católica já estaria “*míope*”.

²³ BIGAZZI, A. R. C. Op.Cit.

GRÁFICO 1



Fonte: MAIC, Statística dell'emigrazione italiana per l'estero. (Elaboração própria).

Existem algumas referências de registros italianos, que a partir de 1870, 6 milhões dos mesmos deixaram seu país, sendo que mais de 3 milhões emigraram entre 1903 e 1906²⁴.

Se considerarmos o caso específico do Brasil como ponto de chegada de imigrantes de várias partes do planeta, encontraremos mais uma vez a figura do italiano com destaque ao lado de portugueses, espanhóis e alemães (Tabela 2).

²⁴ MAIC, Statística dell'emigrazione italiana per l'estero. Arquivo Público e Histórico de São Paulo.

**TABELA 2 – MOVIMENTO IMIGRATÓRIO GLOBAL PARA O BRASIL
VÁRIAS ETNIAS – NÚMEROS DE IMIGRANTES (1819/1947)**

Alemães	253.849 (5,2%)	Suecos	6.315
Austríacos	94.453	Suíços	18.031
Belgas	7.335	Sírios-libaneses	79.509
Franceses	12.103	Húngaros	7.461
Espanhóis	598.802 (12,2%)	Poloneses	50.010
Inglêses	32.156	Iugoslavos	23.053
Italianos	1.513.151 (30,9%)	Lituanos	28.961
Japoneses	188.622	Romenos	39.350
Portugueses	1.462.117 (29,8%)	Tchecos	5.640
Russos	123.727	Diversos	347.354
Total			4.903.991 (100%)

Fonte: Imigração e Colonização no Brasil (Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil).

Para que se tenha um parâmetro de comparação dentro de um processo histórico imigratório em um maior período²⁵, utilizaram-se os anos entre 1819 a 1947. Podemos então, vislumbrar o movimento de imigrantes de várias etnias para o Brasil, compreender a dinâmica da imigração e a participação considerável de italianos nesse processo.

Considerando que o final do século XIX e início do século XX foi marcado por revoltas, processo da unificação italiana, imperialismo na África – e sua partilha – e as Primeira e Segunda Guerras Mundiais; de um total de 4.903.991 imigrantes que passaram a conviver e trabalhar em território brasileiro, destaque para a participação italiana e portuguesa com 30,9% e 29,8% respectivamente.

O governo italiano ciente da grave situação sócio-econômica passou também a efetivar e regularizar a partida de seus patrícios para a América. Dentre os contatos prévios, os contextos locais e suas respectivas necessidades; os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil passavam a ser o destino de muitos. Cabe agora investigarmos as intenções da Itália e do Brasil nesse processo.

A emigração para o italiano tornou-se a possível saída para os problemas sociais e econômicos. Como o governo italiano ainda não havia assumido o processo imigratório, a contratação do emigrante era intermediada pelas companhias de navegação e os agentes de emigração. A cada imigrante que comprasse sua passagem para *la terra della speranza*, o agente recebia uma comissão, um percentual da companhia de navegação. Além de contratar a mão-de-obra necessária, o agente teve também como estratégia instigar, seduzir, criar um imaginário nos italianos aptos a uma nova vida, com o discurso de que a América, no caso

²⁵ A periodização maior permite a observação das várias etnias que vieram para o Brasil, com o ápice e também o declínio do número de imigrantes que se aportavam.

mais específico do Brasil, seria um paraíso que continha espaço para todos poderem ter a sua terra, sua plantação, sua comida, sua vida de volta e a oportunidade de crescer economicamente.²⁶

Com o crescimento do número de emigrantes que embarcavam para a América não assistidos pelo Estado, o governo italiano resolveu então oficializar a emigração em seu país e a partir de 30 de dezembro de 1888 com a promulgação da Lei 5.877, o Parlamento italiano ditou normas de comportamento e delegou à polícia o controle para conter os abusos cometidos pelos especuladores no recrutamento dos emigrantes. Mas somente em 31 de janeiro de 1901 foi criada a lei nº 23, com a fundação de um órgão específico para a emigração, o Comissariado Geral da Emigração – CGE – no qual era controlado pelo ministério do Exterior e que tinha como objetivos principais proteger os emigrados e gerenciar o Fundo para Emigração – recebia uma taxa de 8 liras para o transporte de cada imigrante – e sob as ordens do comissariado estavam os inspetores da emigração que ficavam em algumas cidades portuárias, como Gênova, Palermo, Nápoles, entre outras.²⁷

Preocupados em salvaguardar os trabalhadores italianos na América foi criada uma comissão de verificação sobre a situação da imigração:

Comissão de Emigração (Roma): O governo italiano nomeou uma comissão especial afim de estudar as condições actuaes da emigração para o Brasil. Para esse fim partirão brevemente para o Brasil os srs. Lomaco e Dezturg que nomearão outras comissões nos paízes sul-americanos. (Jornal Correio Paulistano, 20 de dezembro de 1901, capa).

O CGE eliminou as agências e subagências responsáveis pelas viagens de milhares de emigrantes. Algumas precauções e garantias passaram a fazer parte do processo desse departamento como: foram estabelecidas regras para assistência sanitária e higiênica, com o objetivo de proteger os viajantes e os portos de embarque e desembarque; também para a tutela jurídica da emigração e a disciplina dos alistamentos para o exterior.²⁸ Mesmo com as garantias prévias, a relação entre Itália e Brasil ficaram estremecidas.

A questão italiana

Em editorial do seu número de hoje, a Notícia assegura não ser exacto que o Congresso Nacional tenha de votar uma lei, combinada entre o Dr. Rodrigues Alves, presidente desse Estado, e o príncipe de Cariati (Itália), a propósito de garantias aos salários dos trabalhadores italianos. Diz o

²⁶ HUTTER, L. M. **Imigração italiana em São Paulo (1880 - 1889)**: os primeiros contatos do imigrante com o Brasil. São Paulo: IEB/USP, 1972.

²⁷ HUTTER, L. M. *Ibidem*.

²⁸ CENNI, F. **Italianos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

vespertino [...] o príncipe entendeu-se não com o Dr. Rodrigues Alves, mas com o secretário da Agricultura desse estado, sobre a conveniência de ser modificada a legislação, no sentido de serem amparados os interesses dos imigrantes italianos ahi domiciliados. (Jornal Correio Paulistano, 11 de outubro de 1901, capa).

Tal situação se agravou em 1902, quando o governo italiano por meio do seu Ministro do Exterior – Giulio Prinetti – assinou o decreto que proibia a emigração subsidiada para o Brasil de grupos coletivos, a não ser em contrato aprovado pelo CGE. Os motivos de tal decreto referiam-se aos maus tratos que os compatriotas italianos recebiam no Brasil e às promessas não cumpridas. Existia também o fator de um fracasso comercial entre o Rio de Janeiro e Roma que desestabilizaria a relação dos dois países.²⁹

A emigração espontânea³⁰ permaneceu livre, assim como a emigração paga por indivíduos isolados convidados por parentes já instalados no Brasil. A partir deste momento o número de entrada de imigrantes italianos no Brasil declinaria. Mesmo assim, os agentes continuaram a fazer parte do cotidiano da imigração e muitos italianos viajaram de forma clandestina. Se esses imigrantes fossem interpelados pela polícia deveriam afirmar que estavam por conta própria, portanto, era necessário estar bem vestido, com malas e não sacolas. Segundo Bigazzi, esses agentes podiam ser comparados aos antigos traficantes que agiam no mercado de escravos negros.³¹

Esse processo acelerado de emigração que teve um aumento considerado entre 1880 e 1890, trouxe vários pontos negativos e também positivos para a Itália. Dentre as positivas, a instituição de relações políticas, econômicas e culturais entre a Itália e os países receptores e os contínuos fluxos de emigrantes, que representaram uma fonte vital de sustento para as famílias e para os locais do êxodo; quanto aos fatores negativos, o desequilíbrio populacional – esse fenômeno implicou o desaparecimento de pequenos vilarejos situados nas colinas e nas montanhas – a ruína hidrogeológica, com repercussões dramáticas nas obras de cultivo, um efeito dolorosamente emancipador para as mulheres cujos maridos, pais e/ou filhos emigraram. Elas tiveram que ocupar-se da lavoura, das relações de trabalho, com o objetivo de garantir a sobrevivência das pequenas propriedades rurais de suas famílias, pagarem

²⁹ CENNI, F. *Ibidem*.

³⁰ Sem os subsídios do governo italiano, por conta financeira própria.

³¹ A comparação precisa ser feita com cuidado, pois os traficantes de outrora não perguntavam e nem seduziam com promessas de um novo mundo suas vítimas africanas. Quanto aos agentes, o italiano tinha como decidir se queria ou não embarcar. As condições precárias em seu país de origem e a promessa de uma vida melhor na América os fazia atravessar o Atlântico.

dívidas, entre outros.³² Por se tratar de um período conservador, muitos – principalmente a igreja – não viam com bons olhos essas mulheres fazerem o “papel” masculino. Aqui não deveria se tratar da questão moral, e sim, da constante busca para sobreviver em meio ao caos social vivido por aquele país.

A emigração contou com alto contingente de agricultores, em 1876, por exemplo, a média foi de 55% a 65%; o número de artesãos e operários até 1886 manteve uma proporção de 10% a 18%.³³ O Brasil necessitou da mão-de-obra, principalmente de agricultores para suas extensas terras de café e outras práticas agrícolas. Foi necessário então, o italiano cruzar o oceano e começar uma vida ao seu modo, distante de sua raiz, do seu povo e de seus costumes.

Na primeira metade do século XIX, os imigrantes que chegavam ao sul do Brasil, com destaque para os alemães e também italianos, em certa medida, conseguiram adquirir sua terra por meio de núcleos coloniais, pequenas propriedades, que sustentavam a sua família e que também gerava um comércio regional, responsável por uma economia localizada e geradora de empregos com sustentabilidade muito além dos seus respectivos países de origem.

De outra maneira, no sudeste – mais especificamente em São Paulo – um grupo de fazendeiros liderados pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro, por volta de 1840, discutiram acerca da vinda de imigrantes europeus para trabalhar em suas lavouras de café, ameaçadas pela escassez de mão-de-obra escrava diante da campanha abolicionista.³⁴

Surgiam então, duas correntes de pensamentos; uma formada por aqueles que acreditaram na colonização realizada através de núcleos coloniais, como existia na região sul do país; e outra, que percebia a imigração como solução imediata para o problema da escassez de mão-de-obra eminente e também para o trabalho em suas grandes extensões de terras – latifúndios – portanto, era necessário fomentar uma imigração em larga escala.³⁵

O plantio cafeeiro tinha seu destaque ainda nesse período no Vale do Paraíba, mas a marcha para o oeste estava em processo emergente. O senador Vergueiro chegou a demonstrar, contrapondo a prática cativa dos cafeicultores fluminenses, um cálculo no qual provava que com o capital necessário para aquisição de cem escravos era possível obter 1.660 trabalhadores livres. Nesse período – 1850 / 1870 – o comércio de escravos interprovincial era

³² FREITAS, S. M. de. **E chegam os imigrantes...** o café e a imigração em São Paulo. 2.ed. São Paulo: Chevalier, 1999.

³³ BIGAZZI, A. R. C. Op.Cit.

³⁴ A situação se intensificaria posteriormente; em 1850 houve a proibição do tráfico de escravos imposto pela Inglaterra, a Lei do Ventre Livre em 1871 e em 1888 a Abolição dos escravos.

³⁵ MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.

comum e com a introdução de trabalhadores livres – imigrantes – o número de escravos no Vale do Paraíba excedeu, acelerando a crise cafeeira nessa região.³⁶

A primeira tentativa – fracassada – foi a introdução do imigrante europeu na lavoura cafeeira em *sistema de parceria*, na fazenda de Ibicaba, região de Limeira/SP. A viagem, financiada pelo fazendeiro, posteriormente precisaria ser acertada pelo imigrante, o pagamento ao colono era feito parte em espécie e a outra em dinheiro. O colono podia plantar produtos para sua subsistência nos corredores dos cafezais e no caso de excesso, e, portanto, comércio com outras famílias, vilas e cidades, cabia ao fazendeiro a metade da lucratividade obtida na venda. Por outro lado, o fazendeiro deveria dar ao colono metade do rendimento da colheita do café. Os colonos tinham dívidas com os fazendeiros, tais como despesas de viagens, compras realizadas nos armazéns da própria sede da fazenda e cobradas com juros na hora do pagamento, por isso, restava muito pouco ou nenhum dinheiro ao colono imigrante.³⁷

O custo do transporte do café – conduzido em lombo de burro – diminuía o lucro do cafeicultor. Além disso, a produção cafeeira não era planejada e nem organizada. Como exemplo do insucesso *sistema de parceria* e o desânimo por parte do colono, o imigrante suíço Thomaz Davatz relatou (e desabafou):

Fomos conduzidos a Ibicaba, exibiram-nos esses regulamentos [...] apenas tínhamos chegado e [...] o desejo de alguma coisa bem diferente, de comida ou de bebida, transparecia em quase todos os semblantes. [...] outra parte do regulamento consta das limitações, por assim dizer, à liberdade pessoal dos colonos. Sem autorização por escrito do diretor, nenhum colono em dia útil, pode ausentar-se da fazenda, a não ser para local muito próximo e quando a viagem – ida e volta – seja possível em um só dia. [...] Também é necessária permissão verbal para receber ou hospedar um amigo, ainda quando se trate de parente próximo. E é claro que tais autorizações ficam inteiramente ao arbítrio do diretor, que as pode conceder ou recusar [...]³⁸

A situação dos imigrantes – colonos – europeus foi denunciada na Europa, com isso, alguns países proibiram a vinda de imigrantes para o Brasil. Essa difícil situação em Ibicaba teve como consequência o agravamento da falta de mão-de-obra nas fazendas de café. Como última tentativa, os fazendeiros paulistas reivindicaram a participação do Governo Provincial no financiamento da vinda de imigrantes europeus: “Em 1871, foi baixada lei autorizando o governo a emitir apólices de até 600 contos para auxiliar no pagamento de passagens de

³⁶ FURLANETTO, P. G. Op. Cit.

³⁷ MARTINS, J. de S. Op. Cit.

³⁸ Memórias de um colono no Brasil In Freitas, S. M. de. Op. cit. p. 44.

imigrantes”.³⁹ Por volta de 1877 praticamente não existia mais contratos de parcerias. A solução encontrada pelos cafeicultores – ou barões – dessa região, conhecida também como “Oeste Paulista”, seria a adoção do trabalho livre ou assalariado.

A vinda de imigrantes assalariados para as grandes lavouras ou para os núcleos coloniais recebeu apoio dos governos Provincial e Imperial. Como consequência, foi criada a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, pelo Decreto Imperial nº 6.129, de 23 de fevereiro de 1876⁴⁰, que era assim composta⁴¹:

Da inspetoria de immigração e seus empregados

Art. 1º - A inspetoria geral desta província compõe-se dos seguintes empregados:

- 1 Inspector geral.
- 1 Ajudante de inspector.
- 2 Escripturarios.
- 1 Médico.
- 1 Enfermeiro.
- 1 Fiscal.
- 1 Interprete.
- 1 Fiel de Armazém.
- 2 Agentes de immigração.
- 3 Guardas internos.

Parágrafo único: são de nomeação do presidente da província todos, a excepção dos guardas, que serão contractados pelo inspector geral.

Quanto as responsabilidades prestadas pelo inspetor geral, o mesmo documento descreve no artigo segundo suas respectivas atribuições.

Art. 2º Ao inspector geral compete:

Parágrafo 1º: A direcção e inspecção de todo o serviço de immigração provincial.

Parágrafo 2º: Prestar ao governo provincial, sobre todos os negócios relativos ao serviço de immigração, as informações que exigir.

Parágrafo 3º: Apresentar ao governo provincial, dois meses antes da abertura da Assembléa Provincial, relatório annual do serviço, acompanhado dos quadros do movimento, entrada e destino dos immigrants, e das observações e esclarecimentos que lhe surgir a experiência em favor do serviço.

[...]

Parágrafo 7º: Providenciar sobre as queixas e reclamações dos immigrants.

³⁹ MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 103.

⁴⁰ HUTTER, L. M. Op. Cit. p. 20.

⁴¹ Manuscritos, Imigração, ano 1888, caixa 3, ordem 5530. Arquivo Público e Histórico de São Paulo.

Parágrafo 8º: Admoestar o contractante do serviço da alimentação e impor-lhe as multas que incorrer, com recurso para o governo.
[...].⁴²

O principal objetivo da Inspeção Geral de Terras e Colonização era criar uma uniformidade aos princípios da imigração, pois a experiência anterior – *sistema de parceria* – havia provado a ineficiência e total falta de planejamento para com o colono e também com o cultivo cafeeiro. Segundo Hutter, o Decreto também fixava as bases para a fiscalização e direção de todos os serviços referentes à migração e colonização, a promoção da imigração espontânea e à aquisição de colonos ou operários por conta de particulares.⁴³

A partir de 1880, o contingente de imigrante, a maioria italiano, passou a ser subvencionado pelo governo brasileiro; garantia aos colonos adiantamento das despesas com a viagem, além da alimentação e dos equipamentos agrícolas durante o primeiro ano de instalação no Brasil. Esse adiantamento tinha uma cobrança de juros – em média 6% a.a. – e os imigrantes deveriam pagar no final do primeiro ciclo da colheita. Também recebiam lotes de terras para a produção de café e outro para o cultivo de alimentos, cujos excedentes foram vendidos nos mercados das cidades.⁴⁴

É importante observar que também existia a teoria de alguns estudiosos do século XIX, no qual afirmavam a imigração europeia como uma maneira de embranquecer a nação brasileira, além de povoá-la. Como forma de regulamentação e prova dessa tese, o Decreto Federal nº 528, de 28 de junho de 1890, normatizou a introdução de imigrantes no país:

[...] é inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paiz, exceptuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante a autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. (Imprensa Nacional de 1890).

As décadas de 1880/1890 representaram também a supremacia política da província – posteriormente estado – de São Paulo e um grupo – ou plutocracia⁴⁵ – de fazendeiros e também políticos que decidiram colaborar pagando a metade das despesas com a viagem, em

⁴² Manuscritos, Imigração, ano 1888, caixa 3, ordem 5530. Arquivo Público e Histórico de São Paulo.

⁴³ HUTTER, L. M. Op. Cit. p. 20.

⁴⁴ MARTINS, J. de S. Op. Cit.

⁴⁵ Plutocracia (ploutos: riqueza; kratos: poder) seria, em tese, um sistema político governado por um grupo de pessoas que detém o poder econômico. No entanto, a plutocracia é um conceito, uma vez que esse tipo de poder nunca foi institucionalizado declaradamente. O que acontece é que muitos agentes políticos são apoiados por grupos de pessoas que, na maioria das vezes, são detentoras do poder econômico. Em alguns casos, esses governantes atuam somente em função desses grupos, revelando um dos traços da plutocracia. Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com.br/politica/plutocracia.htm>>. Acesso em 10 Out. 2010.

um contrato de no mínimo cinco anos com cláusula de ressarcimento, caso o colono resolvesse deixar seu trabalho. Em 1884, o transporte para a família migrante tornou-se gratuito; anos depois – 1890 – o transporte para os lavradores solteiros de 18 até 50 anos também passou a ser gratuito graças a criação da lei Glicério, assim como para artesãos e operários. Segundo Bigazzi, a imigração subvencionada representou em São Paulo, 89% da imigração total entre 1891 e 1895.⁴⁶

Como exemplificação da ampliação da lei Glicério, no município de Ribeirão Preto, em 1913, os imigrantes continuavam a serem beneficiados pela referida lei.

PROBLEMA DE POVOAMENTO

É GRATUITO O TRANSPORTE DE IMMIGRANTES

Pelo decreto, n. 10.204 de 30 de abril do corrente anno, foi approvedo o regulamento dos transportes nas estradas de ferro de São Paulo, Mogyana, Paulista, Sorocabana e S. Paulo Railway (lei Glicério). O citado regulamento foi publicado officialmente hontem. Entre outras disposições favorecedoras do progresso de S. Paulo, destacamos a que contem no artigo 15:

“Os immigrants em seu primeiro estabelecimento terão transporte gratuito em carros de segunda classe; suas bagagens, ferramentas, utensilio e instrumentos aratorios, em primeiro estabelecimento, terão geralmente transporte gratuito, quando por trem de mercadoria”.

Commentando este artigo, escreveu o “Jornal do Commercio” [...]:

“Essa providencia sobre a questão virá facilitar bastante a obra do povoamento do grande Estado de São Paulo.

Tal como foi assentada, ella não somente beneficiará os immigrants, facultando-lhes, sem despeza alguma, a sua viagem até o centro industrial ou nucleo colonial a que os mesmos se destinem, como ainda lhes tornará possível, nas mesmas condições, o transporte dos seus instrumentos de trabalho e de suas bagagens.

Trata-se, portanto, de uma medida ampla e sabia que sem duvida muito concorrerá para auxiliar os constantes esforços postos em pratica pelos poderes federaes e estaduaes, no intuito de attrahir para o nosso paiz os braços de que muito carecemos.

Se o exemplo dado pelas vias férreas paulistas se generalissem a todas as demais empresas ferroviarias, a nação em geral, e, em particular, cada Estado só teriam a lucrar.

As difficuldades creadas aos altos fretes rapida e commoda vehiculação da mão de obra que emigra dos grandes paizes populosos em busca do paiz onde o trabalho seja abundante e remunerador fazem-se entre nós sentir bastante.” (Jornal A Cidade, Anno IX, Sábado, 05.07.1913, n. 2666, p. 1).

Mesmo com a aplicação de decretos, de leis, das normativas e das fiscalizações referentes às condições do italiano no Brasil citados anteriormente, é possível ainda identificar

⁴⁶ BIGAZZI, Op. cit., p. 62.

no ano de 1909, relatórios apresentados em Roma, que discorriam sobre a imigração italiana e os possíveis defeitos encontrados nela.

A EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL

A Sra. Enrichetta Chiaraviglio Giolitti acaba de publicar um folheto com o relatório sobre a imigração italiana no Brasil, apresentou á secção de Emigração no Iº Congresso das Mulheres Italianas, em Roma.

A Sra. Giolitti, considerando esse assumpto dos mais importantes, pelo número de italianos emigrados para o Brasil, pelas suas condições actuaes, procura estudar as causas dos defeitos, que essa imigração tem apresentado. Esses defeitos são de duas ordens: os resultantes da falta de organização agricola no Brasil e a má educação italiana.

Reportando-se aos relatórios consulares e a informações particulares, a Sra. Giolitti nos apresenta um quadro da situação italiana no nosso paiz, que, á parte exaggeros naturaes, é, em muitos pontos, verdadeira. Assim ella friza, com insistencia, a falta de meios de transportes, que encarece demasiadamente os productos agricolas, tornando-se quase impossível o seu consumo nos grandes centros, com lucro remunerador para os productores. Accresce ainda que nossas fazendas não são administradas de modo a offerecer uma garantia à vida dos seus colonos: as casas são pouco hygienicas, não ha médicos, as pharmacias estão sempre longe e sobre tudo isso, em geral, os colonos são forçados pelos seus contractos a fazer suas compras no próprio armazem ou fazenda cujos preços exaggerados dificultam extremamente a vida das familias.

Apezar disso, diante da situação angustiosa em que se acham as classes agrarias da Itália, a Sra. Giolitti acha que não se deve impedir, e antes se deve fomentar mediante certos accordos, a emigração para o Brasil.

Sanados certos males cuja culpa cabe ao Brasil, ella pensa que o governo italiano por sua vez, tem o dever de modificar a educação nas escolas do reino, educação fraca, desorientada, que suffoca em vez de estimular energias. Concorrendo no Brasil com outros povos emigrantes a má educação dos italianos colloca os numa visivel situação de inferioridade na luta pela vida.

É preciso acabar nas escolas com o ensino de coisas inuteis e fazer do italiano um homem com solida instrucção pratica. Não é bastante para diminuir o numero de analphabetos, é preciso augmentar o dos homens de ação e capazes de se dirigirem por si mesmos.

Dessa forma, certamente, se tem enormes as vantagens de emigração para o Brasil [...] uma grande extensão territorial, cheio de riquezas naturaes e cuja escassa população apresenta elementos de primeira ordem com os quaes se deve harmonisar bem o elemento latino dos italianos. (Jornal A Cidade, Anno V, Domingo, 02.05.1909, n. 1335, p. 1).

Algumas medidas necessárias foram tomadas pelo governo brasileiro com a criação de ajudas financeiras ao recém chegado imigrante, além de um local para receber a cada semana, a chegada de milhares trabalhadores europeus. O italiano que embarcava de várias partes da Europa, esperava encontrar dias melhores no território brasileiro, *la terra de la speranza*. Apresentadas algumas das situações enfrentadas pelo italiano torna-se necessário então, descrever o percurso da viagem, desde a Europa até o Brasil.

A jornada era longa!

Alguns italianos embarcavam em portos estrangeiros; Marselha, Le Havre, Bordeaux, Bremen, Hamburgo e Liverpool; outros partiam de Gênova e Nápoles.⁴⁷ Para conseguirem a documentação necessária para viajar e adquirir as passagens, quase sempre eram obrigados a vender as poucas coisas que lhe restavam. Os agentes também se aproveitaram da situação, enquanto as famílias ficavam à espera do embarque, ofereciam e cobravam “serviços” duvidosos. Suas bagagens incluíam malas – quando as tinham – sacos e sacolas, baús com louças, armas de fogo, instrumentos de trabalho, roupas, entre outros; mas nem sempre colocadas com cuidado no navio. Muitas vezes era comum se quebrar na viagem e também “desaparecer” até o destino.⁴⁸

Constantemente, emigrantes italianos partiam sem ter quase conhecimento da região para onde se dirigiam. Possuíam apenas algumas notícias obtidas por meio de cartas de parentes ou amigos que os haviam precedido na travessia oceânica, acrescidas de informações partidas das companhias de navegação e dos agentes de emigração.

Como exemplo de carta do período:

Joca, Joca, vem comigo.

Vamos para o Brasil, país gigantesco em que batatas são do tamanho de uma cabeça. [...] A terra é rica de tanto ouro, é um pedaço do paraíso, que Deus deixou para os pobres [...] Joca, Joca não demora, não despreze a sorte que nos bafeja.

(H. Semper, 1937).⁴⁹

Os navios com destino a Santos e Rio de Janeiro vinham repletos de imigrantes, poderiam chegar a ter a capacidade de 1.000 passageiros. Na maioria das vezes esses passageiros eram embarcados na terceira classe, nos porões ou na proa, onde ficavam expostos ao ar livre. Era comum no período da grande imigração (1880-1890) a falta de higiene e o alto índice de mortalidade, particularmente infantil. Doenças contagiosas como a varíola e a cólera, rapidamente se alastraram e se transformaram em epidemias; a morte para alguns, era inevitável.⁵⁰

Quando a viagem era calma, durante o dia havia uma insuportável umidade salgada e calor abafante no navio repleto de passageiros. E, em contraste havia frio durante a noite quando a temperatura do alto mar era notavelmente baixa. De vez em quando o capitão do navio deixava os

⁴⁷ GONÇALVES, P. C. **Mercadores de Braços**: riqueza e acumulação na organização da emigração européia para o Novo Mundo. USP/FFLCH. São Paulo, 2008. (Tese de doutorado em História).

⁴⁸ BIGAZZI, Op. Cit.

⁴⁹ FREITAS, S. M. de. Op. cit., p. 30.

⁵⁰ HUTTER, L. M. Op. Cit.

passageiros de segunda e terceira classe, nos porões, saírem para tomar ar fresco e caminhar um pouco ao sol pelas passarelas no exterior do navio [...].⁵¹

Para que se possa ter um exemplo mais específico, pontual e dentro do recorte da pesquisa, a tabela a seguir apresenta o movimento de entrada dos imigrantes no porto de Santos, entre junho e dezembro de 1894, separado por sexo, estado civil e profissão.

**TABELA 3 – MOVIMENTO DA ENTRADA DE IMIGRANTES
PORTO DE SANTOS – JUNHO/DEZEMBRO DE 1894**

Meses	Total	Homens	Mulheres	Casados	Maiores de 12 anos	Profissão Agricultura / Artista / Sem profissão
Junho	20	08	12	13	15	15 / - / 05
Julho	3.196	1.987	1.209	1.226	2.203	2.192 / - / 1.004
Agosto	3.926	2.234	1.692	1.552	2.576	2.379 / 80 / 1.467
Setembro	2.915	1.699	1.216	1.256	1.984	1.974 / 11 / 930
Outubro	4.976	2.893	2.083	2.015	3.215	3.201 / 11 / 1.764
Novembro	4.309	2.568	1.741	1.825	2.895	2.662 / 158 / 1.489
Dezembro	10.219	5.917	4.302	4.120	6.632	5.657 / 538 / 4.024
Total geral	29.561	17.306	12.255	12.007	19.520	18.080 / 798 / 10.683

Fonte: Agencia Oficial de Imigração em Santos. Mapa Geral de entradas de imigrantes. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Manuscritos, caixa 05.

De um total geral de 29.561 imigrantes aportados em 1894, 17.306 eram homens, o que representa 58,54% do total de entrada, 12.255 imigrantes mulheres com 41,45%. O número de homens continuava maior ao de mulher, mas identificamos a presença constante de famílias. Nesse respectivo semestre, 12.007 imigrantes eram casados, ou seja, 40,61% do total geral. O número de casados é expressivo e confirma o incentivo por partes de grupos cafeeiros e dos governos provincial/estadual e imperial/federal para a vinda de núcleos familiares ao Brasil. A vantagem, segundo alguns cafeicultores da época, era que o homem quando chegava ao Brasil sem sua família, não tinha um bom desempenho no seu cotidiano profissional.

A classificação de profissão era limitada – agricultura, artista e sem profissão – e por isso, ser catalogado como sem profissão não significava ser desocupado, e sim, ter outros ofícios, tais como; oleiros, marceneiros, pedreiros, comerciantes, advogados e religiosos. A

⁵¹ São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. **Imigração italiana: Brasil-Itália; a presença italiana no Brasil.** São Paulo: Consulado Geral da Itália. Instituto Italiano de Cultura, 1995. p. 33 e 47.

preocupação econômica central foi a mão-de-obra para lavoura cafeeira, portanto, os funcionários da Inspetoria de Colonização cadastraram os trabalhadores agrícolas e também artistas; quanto ao restante, utilizando-se ainda da tabela, 36,13% (10.683 imigrantes) ficaram identificados como sem profissão.

É relevante apontar essa despreocupação da Inspetoria com o cadastro dos “sem profissão” porque é possível refletir sobre as especialidades múltiplas de vários homens e mulheres que desembarcaram no Brasil. Esses excluídos da lista oficial da imigração, poderiam ter também colaborado em certa medida na edificação de cidades, comércios e indústrias. Para os pesquisadores de hoje, esse fato tornou-se mais um desafio, pois os estudos também tendem a levantar essas outras possíveis profissões que os imigrantes pudessem ter.

Depois de aproximadamente quarenta dias de viagem – poderia variar até cinquenta dias ou mais – o italiano, com ou sem a sua família, aportava no Brasil, era conduzido até um galpão repleto de imigrantes de outras etnias e com direito a receber a *ração* (refeição) onde ficava por algumas horas até seu embarque à hospedaria dos imigrantes.⁵²

Obriga-se a fornecer aos imigrantes recolhidos ao alojamento de Santos, ração diária pelo preço de quinhentos reis cada uma. [...] As rações serão: inteiras para os maiores de quatorze annos; meias para as de trez a quatorze annos; e quartos para os menores de trez annos, sendo estas gratis.⁵³

⁵² FREITAS, S. M. de. Op. Cit.

⁵³ Termo de contrato para fornecimento de rações a imigrantes alojados em Santos. 1º e 2º parágrafos. Livro “Insp. de Terras, Colonisação e Immigr. do estado de São Paulo: Contractos”. Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 02, ordem 5529.



FOTO 1: Ilustração da chegada dos imigrantes em Santos – década de 1930. Memorial do Imigrante.

No final do século XIX, para recepcionar os imigrantes, os principais portos brasileiros ficavam no Rio de Janeiro e em Santos. Os imigrantes que aportavam no Rio de Janeiro eram recolhidos na Hospedaria da Ilha das Flores. Devido ao objeto de estudo, recorte espacial e temporal, descreveremos acerca da chegada desses trabalhadores no porto paulista.

Para que se tenha um comparativo, a tabela 4 ilustra o número da entrada de italianos no Brasil e no Estado de São Paulo, entre 1820 e 1869, no qual existiam 4.916 imigrantes italianos localizados na região sul do país. Apenas a partir de 1870, o Estado de São Paulo passava a receber seus primeiros italianos, sendo 3.411 (30,10%) de um total de 11.330 imigrantes.

**TABELA 4 – COMPARATIVO DA ENTRADA DE IMIGRANTES ITALIANOS
BRASIL/ ESTADO DE SÃO PAULO – 1820/1929**

Períodos	Brasil	Total	Italianos	%	Estado de São Paulo	Total	Italianos	%
1820-1829		9.105	-	-		955	-	-
1830-1839		2.569	180	7,01		304	-	-
1840-1849		4.992	05	0,10		649	-	-
1850-1859		108.045	24	0,02		6.310	-	-
1860-1869		108.187	4.916	4,54		1.681	-	-
1870-1879		193.931	47.100	24,28		11.330	3.411	30,10
1880-1889		453.787	276.724	60,98		183.504	144.654	78,82
1890-1899		1.211.076	690.365	57,00		734.985	430.243	58,53
1900-1909		649.893	221.394	34,06		367.834	174.634	47,47
1910-1919		835.768	138.168	16,53		446.582	105.834	23,69
1920-1929		846.647	106.835	12,61		487.253	74.778	16,75
Totais		4.424.000 (100%)	1.485.711	33,58		2.241.387 (50,66%)	933.554	41,65

Fonte: Estatísticas italianas – ROSOLI, G. (org.). *Um secolo di emigrazione italiana*, 1876-1976, p. 353. Estatísticas brasileiras – Boletim do Departamento Estadual do Trabalho – 1921, p. 82-84.

Foi na década de 1880 que os números referentes à imigração italiana tiveram uma alteração significativa no processo econômico paulista, pois de um total de 183.504 imigrantes, 144.654 eram italianos, o que representou 78,82% das nacionalidades que chegaram ao Estado de São Paulo. Nesse mesmo período, o italiano representou 60,98% da imigração por todo o território brasileiro. No final do século XIX e início do XX, o número de imigrantes passaria a declinar por vários motivos, dentre eles; maus tratos, diminuição de incentivos governamentais a imigração, retorno ao país de origem, a Primeira Guerra Mundial. Mesmo assim, no período compreendido da tabela 4 – 1820 / 1929 – de um total de 4.424.000 de imigrantes que desembarcaram no Brasil, 2.241.387 (50,66%) fixaram-se no Estado de São Paulo e 933.554 (41,65%) italianos, dados expressivos que demonstram a formação e consolidação econômica / cultural da região paulista nesse período.

As difíceis situações econômicas de muitos italianos o convidavam a emigrar, entretanto, as condições de viagem, das primeiras estadias e do trabalho não eram as melhores. Tomemos como exemplo a chegada do imigrante no porto de Santos. O cenário não era animador, a desorganização contínua, bagagens extraviadas, quebradas, vistoriadas, trocadas, roubadas; o imigrante não conhecia a língua portuguesa e a comunicação era precária, gestual e incerta. Nomes foram alterados – e até trocados – dependiam do entendimento do funcionário da Inspetoria de Colonização; havia também a entrada de imigrantes que não estavam sendo subvencionados e por isso, cabe salientar a necessidade de ter como alicerce para pesquisa o número da entrada desses trabalhadores segundo as fontes existentes do governo provincial da época.⁵⁴

Com a inauguração da estrada de ferro São Paulo Railway, em 1867, que ligava Santos a Jundiaí, o transporte passou a ser feito por trem a partir do porto paulista, os que procediam do Rio de Janeiro viajavam pela Estrada de Ferro Central do Brasil e o desembarque era feito na Estação do Norte, atual estação do Brás, local esse aguardados por funcionários da hospedaria do Brás.⁵⁵

Em meados do século XIX, os imigrantes ficaram alojados em pensões, estalagens e ranchos, apenas com alimentação, nas vizinhanças da Estação da Luz. A partir de 1878, o Núcleo Colonial de Santana passou a servir de hospedaria. Em 1882, outra instalação passaria a receber os imigrantes no bairro do Bom Retiro. O local era inadequado, pequeno, sem condições higiênicas – esgoto e água – que teve como consequência graves problemas de epidemias e até mortes.⁵⁶

A repercussão negativa pela Europa foi imediata, sendo assim, o governo provincial paulista autorizou a construção de uma nova hospedaria em terreno localizado no bairro do Brás. A construção iniciou-se em 1886 durante o governo provincial de Antônio de Queirós Teles – o Conde de Parnaíba – e, em 1887, mesmo ainda inacabada, era inaugurada a hospedaria de imigrantes do Brás, com cerca de 30% de suas instalações concluídas.⁵⁷ Cabe ressaltar que a intenção de efetivação da imigração europeia é anterior a construção de pensões ou hospedarias e, em 1871, Antonio de Queirós Teles concedeu um crédito de 600.000\$000 para as passagens dos imigrantes, e, juntamente com um grupo de fazendeiros

⁵⁴ HUTTER, L. M. Op. Cit. Sabe-se que encontrar o número exato da entrada de imigrantes no Brasil é uma tarefa pouco provável, mas ao ter conhecimento desse dado pelas fontes existentes do período é possível encontrar parâmetros para compreensão do fluxo imigratório.

⁵⁵ São Paulo (Estado) – Secretária de Estado da Cultura – Memorial do Imigrante: **Imigração Italiana no Estado de São Paulo**. 4.ed. 2007.

⁵⁶ São Paulo (Estado) – Secretária de Estado da Cultura. Idem.

⁵⁷ São Paulo (Estado) – Secretária de Estado da Cultura. Idem, p. 17.

paulistas concretizou-se a abertura da Associação Auxiliadora de Colonização e Emigração para a Província de São Paulo, destaque para a parceria com a família Prado, nas figuras de Antonio Prado⁵⁸ e seu neto Martinho Prado Junior⁵⁹.

Segundo o relatório da Inspeção Geral de Terras e Colonização redigido por Manoel Antonio Dutra Rodrigues de 30 de dezembro de 1887⁶⁰:

Em consequência da epidemia de Variola e do Croup que se desenvolveu no alojamento do Bom Retiro, foi apressadamente transferido o serviço da imigração para o edifício do Braz no dia 05 de junho d'este anno achando-se apenas concluída uma terça parte do edifício.

Apesar de achar-se o mesmo edifício ainda em obras, offercia pelas condições hygienicas com que foram feitos os dormitórios melhor e mais cômoda habitação aos immigrants do que o velho edifício do Bom Retiro.

Paradoxalmente relata também a pouca infra-estrutura da nova hospedaria:

No estado em que ainda se acha a nova hospedaria, estando o edifício em obra, faltando o muro que o deve fechar e o respectivo portão, não tendo sido possível imprimir na direção da Hospedaria Provincial aquela ordem e regularidade indispensáveis em um estabelecimento desta natureza.

Dormitórios: enquanto não estiver concluído o edifício não é possível conservar os dormitórios com o asseio necessário. [...] Não tem sido possível evitar o grande extravio que os immigrants dão aos cobertores [...] pois que com o pequeno número de guardas existentes, não pode haver severa vigilância.

Apesar das dificuldades, a hospedaria dos imigrantes no Brás foi a primeira instalação brasileira que tentava proporcionar ao recém chegado europeu o mínimo de condições higiênicas, para depois embarcar para seu destino final; as fazendas de café.

A hospedaria tinha lavanderia, cozinha, pavilhão para desinfecção de roupas, assistência médica e odontológica, farmácia, laboratório, enfermaria, hospital, capela, correios, uma estação de trem onde os imigrantes eram desembarcados e a Agência Oficial de Colonização e Trabalho – que direcionava os imigrantes para o interior cafeeiro do estado de São Paulo.⁶¹ Quanto aos direitos dos imigrantes, o Decreto Imperial nº 6.129, já citado anteriormente, relatava:

⁵⁸ Antonio da Silva Prado deu nome ao Núcleo Colonial em Ribeirão Preto, e também foi um dos pioneiros na exploração e diversificação econômica paulista. Enquanto o café era o produto a ser comercializado internacionalmente, a pecuária desbravava a região de Barretos: “Antonio Prado foi o animador da ferrovia que atingiu Barretos e também a fundação do frigorífico. [...] Notemos de passagem a flexibilidade desses grandes plantadores [...] adaptar-se às condições econômicas para tirar o melhor partido possível dos recursos das terras. [...] A marcha para o oeste deixava de ser exclusivamente a marcha do café.” Monbeig, P. Op. Cit. p.113.

⁵⁹ Nos documentos encontrados o nome de Martinho Prado Junior não continha acento.

⁶⁰ Documento – relatório da Inspeção Geral – da **Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo** - ref. 5528 - A.

⁶¹ FREITAS, S. M. de. Op. Cit.

CAPÍTULO III

Título I

Dos favores concedidos aos imigrantes

Art. 16. Os imigrantes chegados a esta capital que vierem residir na província terão por oito dias hospedagem na hospedaria provincial, onde se lhe dará cama e mesa e tratamento médico.

Art. 17. Os imigrantes terão passagem e fretes pagos por conta do Governo Provincial nas ferrovias e transportes de navegação até o ponto de seu definitivo estabelecimento na província.

Art. 18. Os europeus, açorianos e canarinos que espontaneamente vierem para a província, além da hospedagem e mais favores dos artigos antecedentes, perceberão ainda, como indemnização de passagens, o seguinte auxilio pecuniário: 70\$000 por maiores de 12 annos, 35\$000 por maiores de 7 até 12 annos e 17\$500 por maiores de 3 até 7 annos.

Parágrafo Único: A este auxilio só tem direito os casaes com ou sem filhos, seus ascendentes e descendentes; paes com seus filhos, cônjuges que se vierem reunir os cônjuges e menores que vierem reunir-se a seus ascendentes já residentes na província.

[...].⁶²



FOTO 2: Ilustração da fachada da antiga hospedaria dos imigrantes no Brás, atual Memorial do Imigrante. (Elaboração própria).

A hospedaria do Brás havia sido projetada para abrigar três mil imigrantes, chegando, entretanto, a receber mais de oito mil de uma só vez. Deveriam ficar oito dias em média para

⁶² Manuscritos, Imigração, ano 1888, caixa 3, ordem 5530. Arquivo Público e Histórico de São Paulo.

depois embarcarem ao destino de trabalho, mas nem sempre essa permanência era cumprida, alguns ficavam mais de um mês e outros aproveitavam da pouca vigilância e não embarcavam; passavam a morar na própria cidade de São Paulo, na qual poderiam trabalhar no comércio, prestação de serviços ou em pequenas indústrias, o que caracterizaria essa *cidade-nação* culturalmente múltipla e com várias possibilidades econômicas.⁶³ Sobre as responsabilidades da hospedaria do Brás, encontramos o capítulo II ainda no Decreto Imperial nº 6.129:

CAPÍTULO II

Da hospedaria provincial de imigrantes

Art. 12. A hospedaria provincial de imigrantes é destinada a receber e dar agasalho e alimentação por oito dias, não contado o da chegada, aos imigrantes que se vierem estabelecer na província.

Parágrafo 1º. O prazo deste artigo poderá ser excedido no caso de moléstia ou força maior ou por concessão expressa do governo; e dentro d'elle devem os imigrantes contractar-se ou procurar destino sob pena de serem despedidos.

Parágrafo 2º. Entretanto, não é permitida a permanencia na hospedaria, aos imigrantes que, antes deste prazo, tiverem encontrado collocação conveniente a juízo do inspector geral.

Art. 13. Os imigrantes que se despedirem ou forem despedidos da hospedaria em nenhum caso serão readmitidos.
[...].⁶⁴

⁶³ MONBEIG, P. Op. Cit.

⁶⁴ Manuscritos, Imigração, ano 1888, caixa 3, ordem 5530. Arquivo Público e Histórico de São Paulo.



FOTO 3: Ilustração do cotidiano dos imigrantes na hospedaria do Brás – década de 1920. Memorial do Imigrante.

Antônio de Queirós Teles, além de ter sido o presidente da província de São Paulo, idealizador e coordenador da construção da hospedaria do Brás, também foi um dos fundadores da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro (1872), a partir da cidade de Campinas. Graças a isso, o fluxo de mercadorias, imigrantes, brasileiros, turistas, entre outros, aumentou de forma significativa; o processo de imigração deixou de ser apenas feito por mulas ou a pé para também utilizar os modernos⁶⁵ trilhos da Mogiana rumo ao interior do Estado de São Paulo.

Eram comuns anúncios em jornais sobre a chegada dos imigrantes para trabalhar no Estado de São Paulo:

Immigrantes – O movimento de imigrantes que durante o ano de 1882 entraram em nossa província, e n'ella se estabeleceram pelo Alojamento Provincial, foi de 2.883 pessoas entre italianos, hespanhoes, portuguezes, allemães, francezes, suissos e turcos; a sua maioria vinda da Itália. (Jornal A Província de São Paulo, 04 de janeiro de 1883, capa).

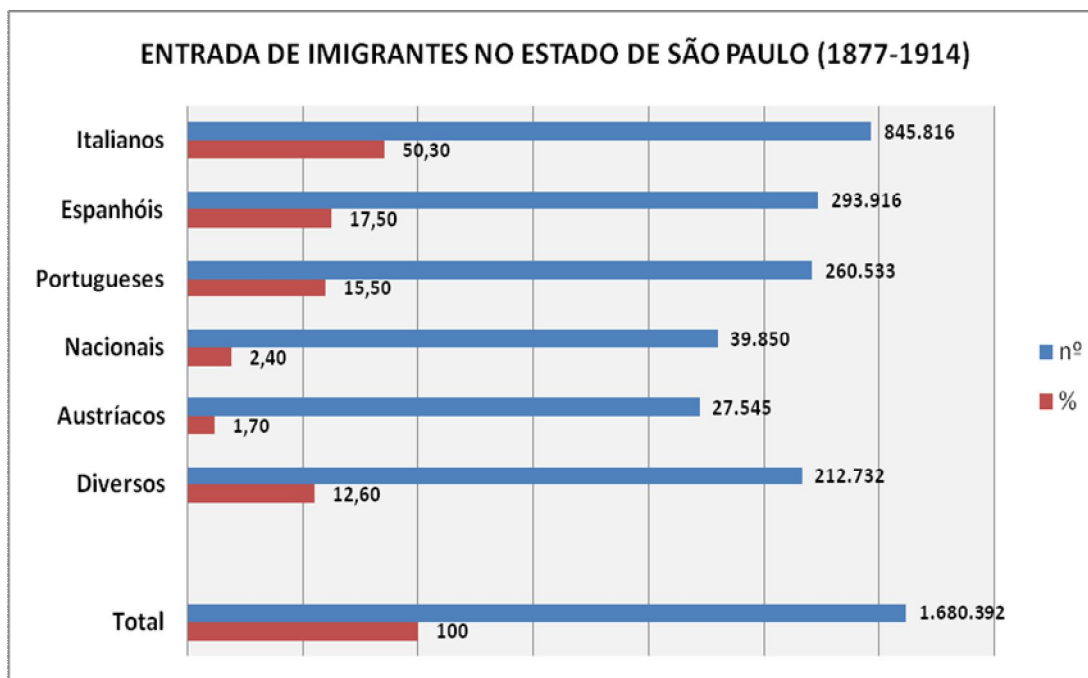
⁶⁵ Como Marshall Berman descreve em “*Tudo que é sólido se desmancha no ar*”, a modernidade está exatamente nessas inovações e revoluções tecnológicas e também nos comportamentos. Para que haja modernidade é necessário ter o paradoxo, o contraponto, a simbiose, o tradicional, a raiz cultural, por exemplo, o homem do campo: o imigrante e seus costumes. Propagava-se então, o mito do progresso, a fantasmagoria da modernização: hotel, teatro, cinema e o trem (Cia. Mogiana), que barateava o café, que transportava pessoas brasileiras e de outras nacionalidades, apud in BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Chegaram a esta capital, vindos da corte, 91 imigrantes, sendo 58 italianos, que vieram terça-feira, e 33 portugueses, que chegaram ante-ontem. Foram alojados no estabelecimento provincial. Hontem, pelo expresso do norte, chegaram mais 33. (Jornal A Província de São Paulo, 28 de outubro de 1883, capa).

Até hontem, entraram no corrente anno, em São Paulo, 17.443 immigrants, que se destinam à lavoura cafeeira do Estado. No porto de Santos são esperados até 25 do corrente mais 1.896 immigrants de várias nacionalidades. (Jornal A Tarde, 19 de março de 1902, p. 3).

Essa dinâmica foi a tônica entre as décadas de 1880 - 1890 e início do século XX. O gráfico 2 demonstra a movimentação de trabalhadores europeus para o interior paulista entre os anos de 1877-1914 e que também destaca a considerável participação italiana, com 50,30% da entrada de imigrantes – 845.816 italianos – no interior paulista a caminho dos cafezais.

GRÁFICO 2



Fonte: Imigração e Colonização no Brasil (Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil). Boletim do Departamento Estadual do Trabalho – 1921. (Elaboração própria).

Outro dado relevante e contraditório a intensificação italiana na região da Alta Mogiana é quanto ao número de trabalhadores nacionais que totalizavam 39.850, com participação de 2,40% do total do período, o que indica a preferência em larga escala dos cafeicultores⁶⁶ pela mão de obra europeia.

⁶⁶ Sobre esse assunto estaremos discorrendo no terceiro capítulo.

Feita a explanação neste primeiro capítulo, no qual se tornou cabível discutir acerca dos motivos da vinda de milhões de europeus – em específico o italiano – para a América, suas condições de viagens e as primeiras instalações na hospedaria, nos compete no próximo, dentro da perspectiva macro e micro, em escalas⁶⁷, refletir as razões do destino em larga escala dos imigrantes italianos para o interior do Estado de São Paulo e discutir também sobre as possibilidades do italiano em acumular excedentes a partir da prática da economia de abastecimento interno.

⁶⁷ LEVI, G. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p.136-161.

CAPÍTULO 2

O italiano e a economia de abastecimento interno

[...] a história do abastecimento, no caso brasileiro, é, sobretudo a história escondida por trás dos pólos dominantes da produção e da sociedade.

(Maria Yedda Linhares)

Este capítulo trata da contextualização da imigração italiana diante do avanço econômico em terras paulistas movido principalmente pela cafeicultura e pela ferrovia.

Com o declínio cafeeiro no Vale do Paraíba fluminense, no Estado de São Paulo o *Oeste Paulista* e posteriormente, o *Novo Oeste Paulista* passou a ser a região de destaque nacional para produção do produto. Com isso, as inovações no transporte e na tecnologia do cultivo foram implementadas de maneira constante e com assessoria de um profissional – o agrônomo – o que significou uma maior produtividade e qualidade da rubiácea.

Além da produção do café em larga escala, houve uma migração constante para o interior paulista, que representou também o desenvolvimento de várias cidades, com seus comércios, bancos e o início da industrialização. Como exemplo, a tabela 5 demonstra o novo cenário interiorano, que antes sertão, passava a adquirir um ritmo mais intenso e progressista. Entre 1887-1897, verifica-se o aumento populacional, das vias férreas, do movimento marítimo, da área cultivada e também da exportação em toneladas.

TABELA 5 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DE SÃO PAULO – VÁRIOS SETORES 1887-1907

	1887	1907
População	1.221.394	2.550.000
Vias férreas (Km)	1.860	4.082
Movimento marítimo (Ton.)	927.217	5.401.087
Área cultivada	539.379	1.338.788
Exportação (Ton.)	184.937	721.657
Valor total do comércio externo (mil réis)	90.502.068	478.793.723
Valor total do comércio interno (mil réis)	9.678.854	71.166.622

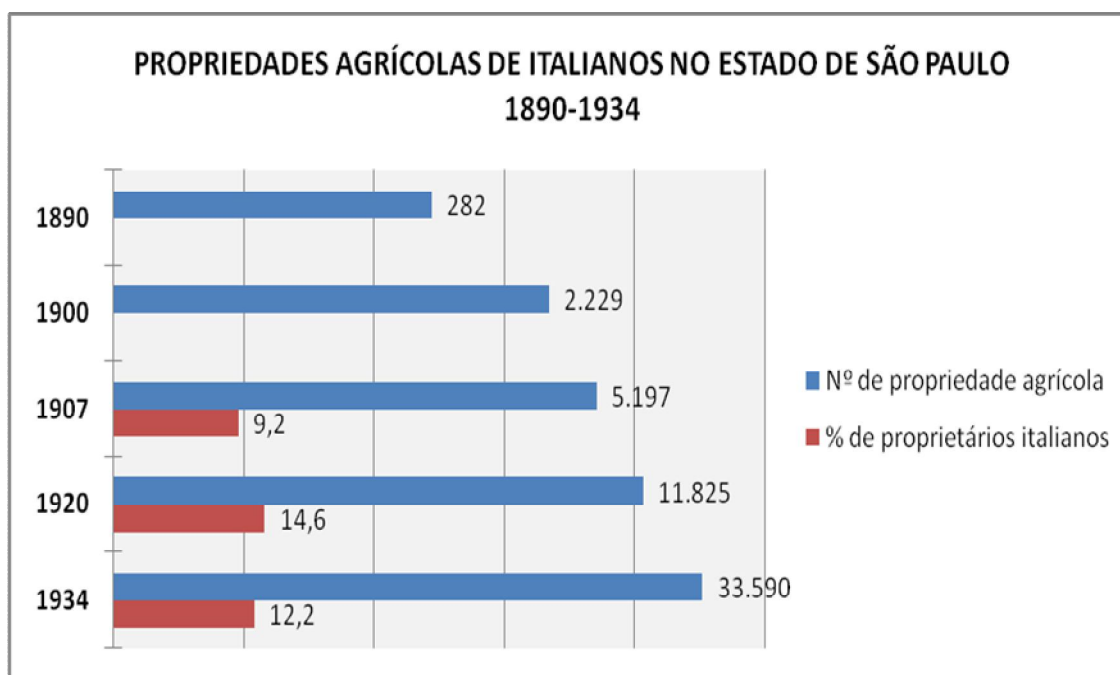
Fonte: O Imigrante. São Paulo. Janeiro de 1909 apud in HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana em São Paulo em 1902-1914. O processo imigratório. São Paulo: IEB, 1986, p. 15.

Em dez anos, o Estado de São Paulo teve um crescimento demográfico significativo, no qual em 1887, tinha uma população de 1.221.394, e, em 1907, 2.550.000, o que representou um crescimento de 108,77%. O trem, o principal meio de transporte do período, também se expandiu, e suas vias permitiram uma maior escoação de produtos e pessoas, intensificando o ritmo paulista. O transporte marítimo teve também uma participação

essencial na interligação dos circuitos comerciais nas regiões do Mojiguaçu e do Pardo, e em dez anos, o movimento marítimo em toneladas cresceu 482,50%. O valor total do comércio externo teve um crescimento de 429,04% e o comércio interno de 635,28%, o que podemos perceber então foi o aumento da renda e de possibilidades econômicas internas.

Seguindo essa tendência de crescimento no Estado de São Paulo, a comercialização de propriedades agrícolas também teve um aumento progressivo considerável e o imigrante italiano passaria a fazer parte dos negócios de compras e vendas de terras. O gráfico 3 permite identificar a participação italiana na compra de propriedades agrícolas nos anos de 1890-1934. Esse período demonstra também o aumento do número da comercialização de lavouras no Estado de São Paulo, sendo 282 propriedades em 1890 e 33.590 propriedades em 1934. Além disso, identifica-se a elevação do percentual de proprietários italianos entre 1907 e 1920 – de 9,2% para 14,6%.

GRÁFICO 3

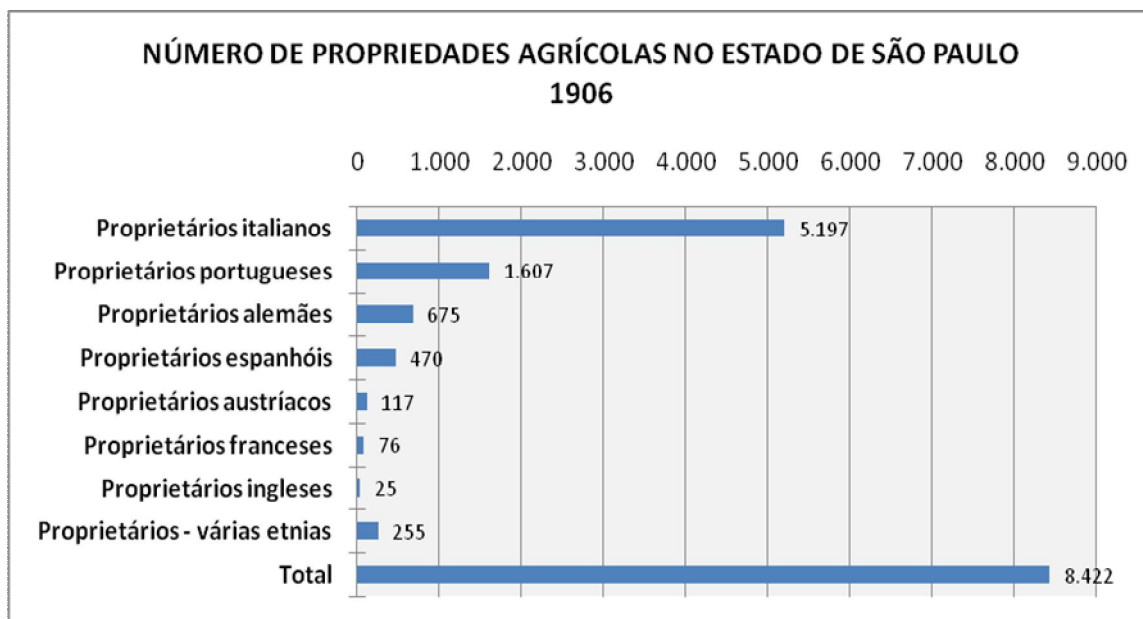


Fonte: S. Pisani, Lo stato di San Paolo nel cinquantenario dell'immigrazione. (Elaboração própria).

Vale ressaltar ainda que no período compreendido a porcentagem de proprietários italianos aumentou durante a Primeira Guerra Mundial, e mesmo no período entre guerras, se considerarmos que a imigração italiana estaria estagnada, os 12,2% de proprietários italianos – com 33.590 propriedades agrícolas – representava um índice significativo para a economia paulista (gráfico 3).

Em comparação com as outras etnias – gráfico 4 – percebe-se que a atividade da compra de propriedades agrícolas pelos italianos era mais propensa e cotidiana. Em 1906, de um total de 8.422 propriedades agrícolas adquiridas, 5.197 (61,7%) pertenciam aos italianos. Depois, encontramos os imigrantes portugueses com 1.607 propriedades (19,1%) e os alemães com 675 propriedades agrícolas (8,0%).

GRÁFICO 4



Fonte: S. Pisani, Lo stato di San Paolo nel cinquantenario dell'immigrazione. (Elaboração própria).

Mesmo em situações muitas vezes adversas – seja pelo fazendeiro ou pelo Estado em dificultar o acesso à propriedade – o imigrante no Brasil, fosse ele colono ou dono de pequena propriedade, tinha em mente conseguir seu espaço, seu canto, sua tão almejada ascensão econômica. Utilizando-se do método comparativo – tendo como base o ano de 1906 – o número de propriedades agrícolas em 1915 se manteve estável, e o italiano continuava a ser a etnia predominante na aquisição de terras, das 8.552 propriedades agrícolas no Estado de São Paulo, 5.230 propriedades (61,1%) eram de italianos, segundo a tabela 6.

**TABELA 6 – NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO – 1915**

Proprietários italianos	5.230	61,1 %
Proprietários portugueses	1.640	19,2 %
Proprietários alemães	676	7,9 %
Proprietários espanhóis	490	5,7 %
Proprietários austríacos	120	1,4 %
Proprietários franceses	80	0,9 %
Proprietários ingleses	26	0,3 %
Proprietários – várias etnias	290	3,5 %
Total	8.552	100%

Fonte: S. Pisani, Lo stato di San Paolo nel cinquantenario dell'immigrazione.

Para efeito de exemplificação, tendo como base a cidade de São Carlos durante os anos de 1894-1934, podemos identificar uma tendência similar (Tabela 7) que propagava para as diversas regiões paulistas na compra de terras agricultáveis. Os 202 proprietários italianos representavam 38,8% da participação total de propriedades agrícolas nesse município.

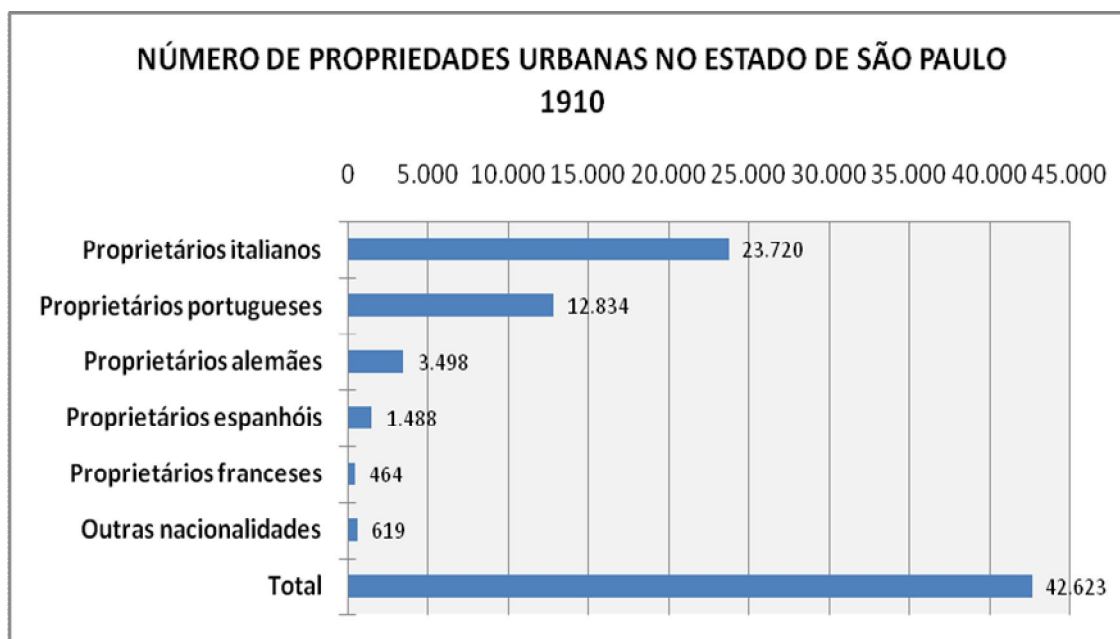
**TABELA 7 – NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS
EM SÃO CARLOS/SP (1894-1934)**

Ano	Total de propriedades	Italianos	Portugueses	Outras etnias
1894	187	05	-	-
1905	313	40	14	07
1914	312	75	-	-
1924	320	139	23	11
1927	322	123	-	-
1934	521 (100%)	202 (38,8%)	30 (5,7%)	24 (4,6%)

Fonte: Almanaque de São Carlos, 1934. (Elaboração própria).

Nas pesquisas realizadas no Arquivo do Estado de São Paulo encontramos também esse perfil na compra de propriedades urbanas no interior paulista no ano de 1910. O número de proprietários italianos é de 23.720 de um total de 42.623 propriedades, que representa 55,6%. Mas, é interessante notar que os portugueses têm uma participação maior se comparados com a compra de propriedades agrícolas. Os lusitanos adquiriram 12.834 propriedades, sendo 30,1% do total comercializado em 1910. Em 1906 e 1915 os portugueses representavam 19,1% e 19,2%, respectivamente, na compra de propriedades agrícolas. Com essa comparação podemos apontar a tendência – hipótese – do português para atividades urbanas. O gráfico 5 demonstra também a participação de outras etnias na comercialização de propriedades urbanas.

GRÁFICO 5



Fonte: Censo de 1910 – Arquivo do Estado de São Paulo. (Elaboração própria).

Para aqueles que passavam a ter propriedade ou comércio, o envio de dinheiro para seus entes na Itália passava a ser uma prática contumácia. Mas, como citado no primeiro capítulo, o número de italianos que imigravam para os Estados Unidos ou a Argentina era maior, conseqüentemente, o envio de liras italianas também (Tabela 8).

**TABELA 8 – REMESSAS DE DINHEIRO PARA A ITÁLIA
1902-1907**

Países	1902		1907	
	Nº de remessas	Liras italianas	Nº de remessas	Liras italianas
Estados Unidos	52.740	7.441.721,89	107.201	19.505.922,54
Brasil	7.168	1.462.683,78	10.760	1.814.951,65
Argentina	2.473	400.429,57	53.614	10.409.751,03
Venezuela	-	-	66	14.000,20
Canadá	-	-	606	134.536,05

Fonte: Manuscritos Imigração, cx2, 1910. Arquivo do Estado de São Paulo. (Elaboração própria).

Em 1902, o número de remessas de dinheiro do Brasil foi superior ao da Argentina – 7.168; 2.473 – e o valor em liras também, conforme mostra a tabela acima. Mas depois das denúncias do trato com o imigrante italiano no Brasil – Decreto Prinetti⁶⁸ – o destino passou a ser a Argentina e os Estados Unidos. Como podemos verificar nos Estados Unidos em 1907, o número de remessas aumentou se comparado com 1902, em 103,26%; os valores em liras italianas também com 162,12%. A Argentina seguiu a tendência estadunidense e em 1907, teve acréscimo superior no número de remessas de 2.157,97% e de liras italianas com 2.499,65%. Diferente do Brasil, que nesses mesmos cinco anos pesquisados teve um aumento no número de remessas de 50,11% e de liras italianas com 24,08%.

O envio de liras italianas para seus familiares representava uma prática econômica e social, pelo qual, podemos concluir que os italianos estavam no Brasil em busca de uma vida melhor, mas sem esquecer suas origens culturais e daqueles que por vários motivos não puderam vir para a América.

Num período de vinte e três anos (1906-1929), no Brasil, a remessa em liras para Itália tornou-se constante, o que significou uma dinâmica financeira e a criação de bancos para tal ação. Como exemplo, na tabela 9, o Banco di Napoli, sucursal de São Paulo, tinha essa responsabilidade de intercâmbio monetário entre os dois países.

⁶⁸ Citado no primeiro capítulo, decreto (1902) que proibia a emigração subsidiada para o Brasil de grupos coletivos, a não ser em contrato aprovado pelo CGE - Comissariado Geral da Emigração.

**TABELA 9 – REMESSAS EFETUADAS EM LIRAS PELOS ITALIANOS
SUCURSAL DE SÃO PAULO - BANCO di NAPOLI (1906-1929)**

Ano	Valor em libras	Ano	Valor em libras
1906	1.284.000	1918	1.400.000
1907	930.000	1919	1.350.000
1908	858.000	1920	1.350.000
1909	1.022.400	1921	1.050.000
1910	1.547.700	1922	1.800.000
1911	815.500	1923	1.810.000
1912	1.025.000	1924	2.550.000
1913	1.550.000	1925	3.300.000
1914	1.534.200	1926	3.600.000
1915	903.300	1927	3.450.000
1916	1.000.000	1928	3.900.000
1917	1.500.000	1929	3.450.000

Fonte: CENNI, Franco. Italianos no Brasil. 3.ed. São Paulo: Ed. USP, 2003. p. 236.

Uma das regiões que mais receberam imigrantes italianos – a Alta Mogiana – passava também por essa dinamização, e, com suas particularidades, vivia paradoxalmente em pleno ápice monocultor nos cafezais, e pelos corredores da rubiácea, a prática econômica da policultura se mantinha em seu tempo e espaço.

Com a construção das redes ferroviárias pelo estado de São Paulo, o processo de interiorização tornou-se rotineiro e a formação de freguesias e vilas passava a ser um cenário natural do desenvolvimento paulista. A região da Alta Mogiana tornou-se um pólo regional econômico em destaque. A partir daí, criaram-se redes, malhas, circuitos comerciais pelo norte e nordeste do estado de São Paulo: “Tratam-se de conquistas, de malhas, de infiltração de elementos [...] Circuitos e redes são regularmente dominados por grupos tenazes que deles se apropriam e, se necessário, vedam-lhes a exploração aos outros”.⁶⁹

Noutros termos, nas inóspitas regiões paulistas citadas acima, o comércio de vários produtos, agrícolas ou não, tornou-se o objetivo principal entre seus participantes. Para além da produção cafeeira, alguns fazendeiros também diversificaram suas atividades comerciais – cana de açúcar, milho, feijão, gado. A seguir, um exemplo do início dos circuitos comerciais nas regiões citadas:

O prolongamento da estrada de ferro desta Companhia até Jaboticabal, uma das mais remotas povoações do extremo noroeste do estado de São Paulo, está naturalmente destinado a tornar esta localidade importante interposto commercial para as relações entre este estado e a grande região sertaneja, formada pelo extremo occidental de Minas, o sul de Goyaz e o estado de

⁶⁹ BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos: XV – XVIII: Os jogos das Trocas.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.129.

Matto-Grosso.

Até ao presente essa vasta região, que tem por centro a povoação de Sant'Anna do Parahyba, em falta de outra sahida, tem exportado os productos de sua indústria, que consiste principalmente na criação do gado vaccum, pela cidade de Uberaba, de onde são encaminhados para S. Paulo, ou para o centro de Minas. Basta, porém, lançar um olhar para a carta geographica da Republica para ver a immensa volta que é preciso fazer para vir de Sant'Anna do Parahyba a Uberaba, com destino aos centros povoados de Minas e S. Paulo, e desde então comprehender o considerável encurtamento de distancia que haverá com a ligação directa de Sant'Anna, ou antes, do porto do Taboado junto à confluencia do rio Grande com o Parahyba, á villa de Jaboticabal, passando a São José do Rio Preto. Este facto indica que seria de grande vantagem para a referida região sertaneja a possibilidade de encaminhar por ahí os seus productos, e não menos conveniente para o Estado de S. Paulo promover e alimentar essa nova corrente commercial, sobretudo constituindo o gado o principal artigo de exportação d'aquellas paragens, isto é exactamente um producto de que ordinariamente ha grande falta em nosso mercado consumidor.⁷⁰

Para que se tenha uma noção, na tabela 10, com a chegada da ferrovia Mogiana, Ribeirão Preto passava a ser um dos maiores distribuidores de café do Brasil, e concomitantemente, também um centro regional de comércio e de serviços.

**TABELA 10 – MALHA COMERCIAL NA FERROVIA MOGIANA
REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO (1880-1889)**

Anos	Extensão em Tráfego (Kms)	Número de Passageiros	Toneladas de Mercadorias pela Ferrovia Mogiana
1880	203 (s/ trem)	-	35.362 (s/ trem)
1881	203 (s/ trem)	-	45.153 (s/ trem)
1882	310 (s/ trem)	-	52.576 (s/ trem)
1883	368	95.467	58.649
1884	368	122.202	71.001
1885	368	135.243	85.145
1886	494	165.990	95.260
1887	551	203.089	107.907
1888	673	269.420	107.361
1889	739	302.971	124.205

Fonte: SAES, Flávio Azevedo Marques. As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940. São Paulo: Hucitec, 1981. (Elaboração própria).

A partir de 1883 – início da ferrovia Mogiana – o fluxo de mercadorias e pessoas passava a ser crescente. Se compararmos os anos de 1883 com 1889, o número de passageiros

⁷⁰ Relatório da Diretoria da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes para a sessão de Assembléa Geral em 02 de abril de 1895, p. 09-12, **AESP**, apud in Perinelli Neto, Humberto. Tese de Doutorado. **Nos quintais do Brasil: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade (Barretos, 1852/1931)**, elaborada no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca.

era de 95.467 e 302.971 respectivamente; isso significava um aumento de 217,35% pela estação da Mogiana. Com o transporte de mercadorias não foi diferente. No comparativo do mesmo período, foram transportadas 58.649 toneladas e 124.205 toneladas de mercadorias respectivamente. Um aumento de 111,77% no processo de entrada e saída de mercadorias – circuito mercantil – na Alta Mogiana.

O café considerado até meados do século XX o produto do agronegócio brasileiro, também era o maior responsável pela economia local, seja em aquisição de propriedades agrícolas ou na formação do comércio no centro da cidade. É interessante notar que muito se estuda sobre os chamados “Reis do Café”⁷¹, mas pouco sobre os proprietários de pequenas lavouras, que também fomentaram a economia regional.

Em um levantamento estatístico realizado em 1933 – posterior ao recorte temporal da pesquisa, mas que serve como uma característica que se manteve – a presença da pequena lavoura cafeeira (propriedades com até 10.000 pés de café) na região da Alta Mogiana era significativa e sua participação em relação ao total de propriedades do município seguiu a mesma tendência.

**TABELA 11 – PRESENÇA DA PEQUENA LAVOURA CAFEIEIRA
ALTA MOGIANA – 1933**

Município	Propriedades com até 10 mil pés de café	% em relação ao total de propriedades do município
São Simão	43	38,7
Ribeirão Preto	85	39,7
Cravinhos	30	40,0
Batatais	103	41,4
Sertãozinho	104	55,9
Franca	470	63,1
Santa Rosa do Viterbo	57	72,2
Cajuru	251	74,7
Igarapava	217	76,7

Fonte: O Café – Estatística de Produção e Comércio, 1932-1933. (Elaboração própria).

Dentre os vários municípios pesquisados, destaque para Franca, Santa Rosa de Viterbo, Cajuru e Igarapava. Além do número de propriedades, por exemplo, Franca com 470

⁷¹ GARCIA, M. A. M. **Trabalho e resistência**: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890 – 1920). UNESP/FHDSS. Franca, 1993. (Dissertação de mestrado em História); SQUARIZI, L. **Imigrantes Italianos em Batatais (1890-1930)**. UNESP/FHDSS. Franca, 2003. (Dissertação de mestrado em História); MIOTO, D. E. de A. **Memórias de imigrantes italianos na estrada do café**. UNESP/FHDSS. Franca, 1998. (Monografia - TCC em História), entre outros.

e Cajuru com 251, identificava-se o percentual de participação em relação ao total de propriedades agrícolas do município; Igarapava com 76,7%, Cajuru com 74,7%, Santa Rosa de Viterbo com 72,2% e Franca com 63,1% (Tabela 11). Esses índices sugerem também que esses municípios tinham como prática econômica o cultivo em pequenas extensões de terras, o que os coloca no cenário histórico e econômico da citada região. Não eram reis, mas proprietários e protagonistas da economia cafeeira.

O município de Ribeirão Preto mesmo não tendo em sua maioria as pequenas propriedades agrícolas cafeeiras, verificou-se a existência de outra hipótese. Além dos mares de rubiáceas existentes em grandes propriedades agrícolas, como Francisco Schmidt e seus 6.075.000 cafeeiros, a Cia. Agrícola Dumont com 3.999.990 cafeeiros e Martinho Prado com 2.112.700 cafeeiros⁷²; o número de pequenas propriedades cafeeiras – 85 – e sua participação no município com 39,7% é um indicativo de outras possibilidades⁷³ – ascensão econômica e social – e um outro circuito mercantil.

Além do cultivo cafeeiro predominante, Ribeirão Preto também tinha em seu cotidiano econômico a prática da policultura, como o feijão e o milho (Tabela 12).

**TABELA 12 – PRODUÇÕES AGRÍCOLAS
RIBEIRÃO PRETO – ANO BASE: 1902**

Principais produtos	Produção anual	Valor unidade	Valor total
Café	1.305.204 arrobas	6\$600 Réis	8.614:346\$400
Açúcar	5.000 litros	800 Réis	4:000\$000
Arroz	375.000 litros	300 Réis	112:500\$000
Milho	6.000.000 litros	50 Réis	300:000\$000
Feijão	1.500.000 litros	200 Réis	300:000\$000
Aguardente	59.400 litros	400 Réis	23:760\$000
Total			9.354:606\$400

Fonte: Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto. (Elaboração própria).

O ano base – 1902 – indica a produção agrícola em Ribeirão Preto e além do café com 1.305.204 arrobas totalizando uma rentabilidade de 8.614:346\$400 (aproximadamente 92% do valor total) temos o milho com uma produção anual de 6.000.000 de litros e o equivalente a 300:000\$000 de participação na renda e o feijão com 1.500.000 litros e 300:000\$000. Com a

⁷² Fonte: Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto 1913. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

⁷³ Milton Santos exemplifica da seguinte forma: “O espaço é o testemunho de um momento do mundo” e complementa: “O espaço é o resultado de uma acumulação desigual do tempo”.

soma dos valores contabilizados do milho e do feijão, a participação na economia local era de 6,41% (Tabela 12). É notória a importância cafeeira para a economia nacional, mas não se pode deixar de ressaltar a significância da policultura para o consumo e mercado interno.

Um comparativo com o ano de 1913, é possível reafirmar essa dinâmica interna e que contava também com a mão-de-obra de imigrantes, a maioria de italianos, nas práticas agrícolas do período. Não encontramos os valores em Réis, mas pela produção anual é possível visualizar a consolidação da policultura – das práticas comerciais internas – e do aumento de consumo na Alta Mogiana.

**TABELA 13 – PRODUÇÕES AGRÍCOLAS
RIBEIRÃO PRETO – ANO BASE: 1913**

Principais produtos	Produção anual
Café	2.040.000 arrobas
Açúcar	1.920 arrobas
Uvas	30 arrobas
Arroz	2.920.000 litros
Milho	13.400.000 litros
Feijão	8.400.000 litros
Aguardente	647.000 litros

Fonte: Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto 1913. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto. (Elaboração própria).

No ano de 1913, a produção de café foi de 2.040.000 arrobas, ou seja, 29.967.600 quilos – uma arroba equivale a 14,69 Kg – por outro lado, se comparado com a produção de 1902, todos os produtos agrícolas tiveram um aumento significativo. Além do cultivo da uva e do açúcar, o milho passou de 6.000.000 litros para 13.400.000 litros – aproximadamente 13.400.000 quilos – um aumento de 144,77%. O feijão no mesmo período de 1.500.0000 litros para 8.400.0000 litros, um acréscimo de 560%. A aguardente também merece uma consideração, pois de 59.400 litros em 1902, sua produção teve um aumento para 647.000 litros em 1913, o que representou um acréscimo de 1089,22% (Tabela 13).

Esse cenário demonstra uma fomentação mercantil paralela ao café, que muito além das práticas de subsistência, representou a economia de abastecimento no início do século XX na região da Alta Mogiana. Para que esse tipo de economia fosse praticado, era necessário que existissem pessoas, que anteriormente já tivesse tal prática enraizada, ou que estivessem em busca de uma situação econômica melhor.

Para Monteiro⁷⁴, sobre a plantação de café na região de Araraquara no final do século XIX “[...] os impostos sobre o café apontaram que a maior parte da produção cafeeira estava concentrada nas pequenas e médias propriedades [...]”. Costa também em pesquisa dos registros de terra dessa mesma região afirmou:

[...] mais de noventa por cento dos declarantes diziam possuir “partes de terras”, sítios ou posses, enquanto menos de 2% diziam possuir sesmarias. Surpreendente também, foi o resultado das formas de acesso à terra por ela observado: 45% se deram através da compra, enquanto que em Campinas e Ubatuba, à proporção foi de 37% e 27%, respectivamente, no mesmo período e no mesmo tipo de documentação [...].⁷⁵

Na região de Franca – também integrante da Alta Mogiana – o processo foi relativamente semelhante, para Oliveira:

A expansão da economia de abastecimento mineira favoreceu a ocupação das terras do nordeste paulista e criou vínculos comerciais desta região com a Província de Minas Gerais e com o Rio de Janeiro. A dinamização da economia de São Paulo, principalmente a agricultura da região de Campinas, revitalizou as relações comerciais do nordeste paulista com outras regiões da província, inclusive com a cidade de São Paulo. A diversificação das atividades econômicas era a característica predominante na região francana: pecuária e seus derivados, comércio do sal, agricultura para a subsistência e para os mercados regionais, engenhos de açúcar e aguardente, tecelagem, garimpo, atividades artesanais e plantações de café. A pecuária parece ter sido o motor da economia do nordeste paulista, durante o século XIX, exercendo um efeito multiplicador gerando outras atividades correlatas. [...] Havia a convivência de diversas formas de exploração da terra, que vai desde o sítio caipira, especializado na produção para o autoconsumo, passando pela tradicional fazenda de criação de gado - especialmente bovino e suíno - e produção de abastecimento interno, destinada aos trabalhadores da localidade e/ou aos mercados locais e regionais, chegando até à propriedade cafeeira, que mantinha ao mesmo tempo a produção de bens para o autoconsumo e abastecimento regional.⁷⁶

Por outro lado, na formação do município de Ribeirão Preto, os moradores que viviam na região antes da chegada do plantio cafeeiro, não ficaram satisfeitos com as mudanças de sua paisagem agrícola. Martinho Prado Junior em seus relatos sobre os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, no jornal *A Província de São Paulo* de 20 de outubro de 1877,

⁷⁴ MONTEIRO, R. C. M. **Criadores, Cafeicultores, Terra e Mão de Obra: Araraquara e São Carlos na era da Transição, 1830-1888**. Araraquara: FCL/UNESP, 2000.

⁷⁵ COSTA, D. I. P. da. **Crescimento econômico em uma economia de abastecimento interno: Araraquara, São Paulo, século XIX**. Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

⁷⁶ OLIVEIRA, L. L. de. **As transformações da riqueza em Franca no século XIX**. Franca: UNESP/FHDSS. Franca, 1995. (Dissertação de mestrado em História), p.4.

demonstrou a insatisfação por parte de alguns moradores da então vila de Ribeirão Preto e que traduz a mentalidade pré-existente ao café.

Ainda hoje, a grande maioria da população manifesta-se em completa hostilidade à cultura do café, e consideram os plantadores que têm comprado terras, como uns bárbaros, que levam aquelas paragens à pobreza, à ruína aos seus antigos habitantes [...] Sentem-se constrangidos – apertados como dizem os homens do campo, os caipiras – e almejam vender suas terras a fim de refugiarem-se para o sertão, onde possa viver mais em liberdade, e onde não exista a maldita planta.⁷⁷

Esse tipo de *indisposição* social também aconteceu com os estrangeiros – imigrantes – que em Ribeirão Preto desembarcavam.

Abrem-se as portas da província ao estrangeiro desconhecido, de eficácia experimental, e fecham-se aos patrícios honrados; e conhecidos, que com seus recursos próprios vêm crescer a população deste deserto, criar rendas para os cofres públicos, cultivar esses terrenos fertilíssimos que se acham abandonados, improdutivos, por falta de gente.⁷⁸

Mesmo assim, para o imigrante italiano, essa situação poderia lhe ser favorável, pois além de muitos trabalharem nas fazendas de café, outros passariam a ter sua propriedade agrícola, principalmente a partir da fundação do Núcleo Colonial Antonio Prado; o único existente e autorizado pela aristocracia cafeeira na região de Ribeirão Preto.

Holloway⁷⁹ relata que o Núcleo Antonio Prado teve sua gênese por meio da Lei de 1884, por intermédio do governo imperial, no qual regulamentava e autorizava o governo provincial de São Paulo a estabelecer cinco núcleos coloniais nos principais pólos agrícolas; todos deveriam estar próximos as estradas de ferro. Dessa forma, por meio da ferrovia Mogiana, o núcleo Antonio Prado foi planejado para que a produção dos imigrantes fosse escoada para os mercados regionais.

Autorizam-se as seguintes: De São Paulo, na conformidade do aviso do Ministério da Agricultura de 10 de maio próximo passado, para por a disposição da presidência a quantia de 5:000\$, destinada à aquisição de terras para o núcleo colonial do Ribeirão Preto.⁸⁰

⁷⁷ A Província de São Paulo de 20 de outubro de 1877, capa. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁷⁸ A Província de São Paulo de 21 de maio de 1881, p.2. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁷⁹ HOLLOWAY, T. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁸⁰ Diário Oficial, 20 de junho de 1887. Arquivo do Estado de São Paulo.

Em 31 de julho de 1887, era fundado oficialmente o Núcleo Colonial Senador Antonio Prado, local esse que anteriormente era a Fazenda do Ribeirão Preto – uma das que fizeram parte na formação do patrimônio a São Sebastião, futura vila. O nome ao núcleo se tornou também uma homenagem ao avô de Martinho Prado Junior – família mineira e pioneira no novo oeste paulista – e que em meados do século XIX, na região das atuais Limeira e Araras, Antonio da Silva Prado, também intitulado Barão de Iguape, foi vereador, deputado provincial e imperial, senador e ministro da Imigração e das Obras Públicas e Agricultura, Indústria e Comércio. Era também responsável pelo comércio de mulas e gado entre São Paulo, Goiás e Bahia, além de ter sido um dos fundadores da Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos.⁸¹

O núcleo foi dividido em duzentos (200) lotes e em cinco partes, sendo quatro seções e a sede – que tiveram a aquisição dos títulos da propriedade em 1892, 1893, 1911, 1912 e 1913. Os limites internos das respectivas seções tinham barreiras naturais e artificiais; a estrada de ferro Mogiana ao lado do Ribeirão Preto (córrego) dividia o núcleo ao meio, ao leste do Ribeirão, o limite entre a terceira e a quarta seção era demarcado pela estrada para Batatais. A oeste do Ribeirão, a sede constituía a menor área limitando-se com a primeira seção – via de acesso à cidade – e com a segunda seção, a maior de todas.⁸² Os primeiros lotes da segunda seção foram cortados pela ramal da Mogiana para o município de Sertãozinho e os lotes da sede foram demarcados de forma que não viessem a sofrer processos de desapropriação nem divisão, mantendo-se intactos. O mapa ilustra as divisões de todos os lotes com a respectiva sede.

⁸¹ DARREL, E. L. **A família Prado**. Lisboa: Cultura 70, 1977.

⁸² Atualmente essa região compreende parte dos bairros Vila Tibério, Vila Virginia, Ipiranga e Campos Elíseos.

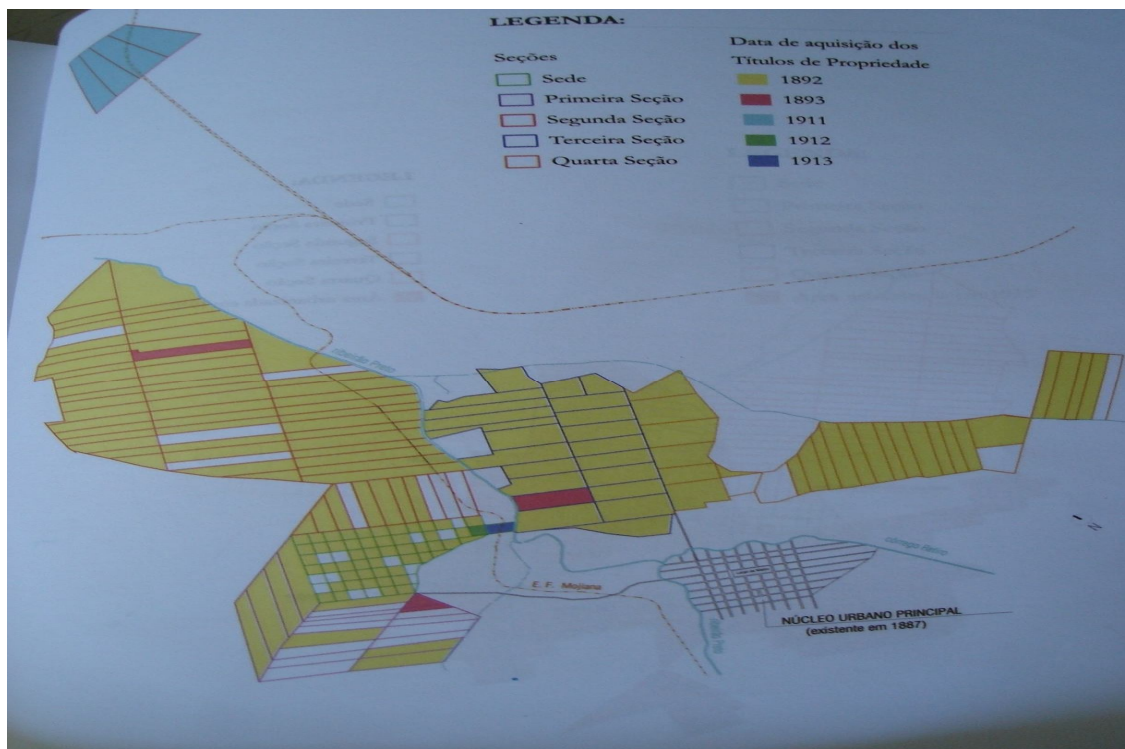


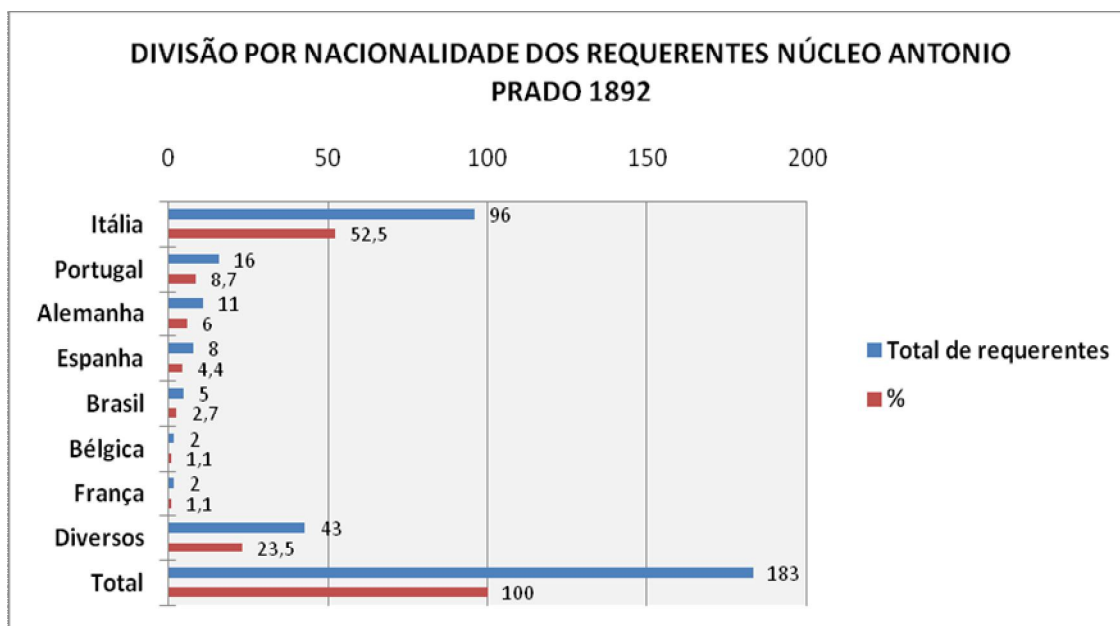
FOTO 4: Planta do Núcleo Colonial Antonio Prado. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto. (Elaboração própria).

Segundo o Arquivo Histórico de Ribeirão Preto⁸³, entre 1887 e 1893 ocorreram as solicitações dos requerimentos dos lotes do Núcleo Antonio Prado, com um total de duzentos pedidos. Desse total de pedidos, cinquenta e três colonos tomaram posse definitiva de seus lotes, cento e um lotes foram concessionários e nove transferidos para novos proprietários.

Percebe-se que no período citado, as práticas de compra, venda e permissões demonstravam uma ação comercial interna cotidiana, e muito se deveu aos imigrantes italianos, conforme podemos visualizar no gráfico 6 que tem como objetivo demonstrar a divisão dos lotes do Núcleo Antonio Prado por nacionalidade no ano de 1892.

⁸³ Seção de Inspectoria de Terras, Colonização e Imigração, caixa 02. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

GRÁFICO 6



Fonte: Título de propriedade – Inspectoria de Terras, Colonização e Imigração; caixa 02 – Arquivo Histórico Ribeirão Preto. (Elaboração própria).

Em posse dos títulos de propriedade do Núcleo Antonio Prado, no ano de 1892 encontramos noventa e seis propriedades nas mãos de italianos, o que representou 52,5% do total de requerentes possíveis (183), enquanto os portugueses detinham 8,7% e os alemães 6% das propriedades. Se somado apenas os requerentes europeus, esse índice sobe para 73,8%, excetuando o Brasil e Diversos – já que não foi possível identificar a nacionalidade.

Cabe salientar que dos duzentos lotes possíveis, existiam cento e oitenta e três requerentes; e desses, treze proprietários acumulavam mais de uma propriedade. A metragem de cada propriedade não era fixada e por isso, encontramos títulos que variavam de quatro mil, quinhentos e oitenta e um metros quadrados (4.581m²; valor 74\$597) até duzentos e setenta e sete mil metros quadrados (277.000 m²; valor 1:385\$000).

Os motivos das vendas, das permissões e transferências seriam desde a situação econômica não favorável, doenças, problemas familiares, a não vocação para o trabalho agrícola, a viuvez e até o abandono dos filhos, como foi o caso da família Giuseppe.⁸⁴ A seguir, um modelo do título de propriedade do Núcleo Antonio Prado.

⁸⁴ Seção de Inspectoria de Terras, Colonização e Imigração, caixa 02. Documentos: Requerimentos dos lotes de 1892. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.



FOTO 5: Título de propriedade do Sr. Giachette Pietro de 1892. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto. (Elaboração própria).

Como justificativa para as práticas comerciais internas no final do século XIX e início do XX, seja pela venda de terras, ou a intensificação da policultura, encontramos em Moraes, uma hipótese a ser descrita.

[...] A policultura proporcionou as novas bases econômicas nas áreas rurais da terra roxa. Multiplicaram-se as pequenas propriedades, cujos proprietários, na sua maioria, eram ex- colonos ou seus descendentes. [...] Alguns se tornaram pequenos sitiantes, adquirindo lotes de terras com as economias que tinham juntado para este fim; outros dirigiram-se para a cidade, onde se dedicaram a atividades diversas.⁸⁵

E ainda prossegue com a demonstração do circuito comercial que aumentava no setor imobiliário.

[...] Outro fenômeno ocorrido nesta época, foi o loteamento das fazendas próximas das áreas urbanas, em pequenos lotes destinados à chácaras, para a exploração de hortas e verduras, pomares e pequenas criações de aves. Esse tipo de empreendimento multiplicou-se de tal forma, que mais tarde passou a ser objeto de especulação imobiliária: as chácaras ocuparam o

⁸⁵ MORAES, M. L. de P. M. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt**: origem, formação e desintegração (1890-1924). São Paulo: USP/FFLCH, 1980. Dissertação de Mestrado em História. Área História Social. p. 112.

lugar dos cafezais e, por sua vez, foram cedendo lugar aos loteamentos urbanos.⁸⁶

Além da atividade comercial agrícola, a prática do comércio urbano foi uma alternativa para outros italianos, como se verifica na tabela 14 o número de proprietários – geral e italianos – no ano de 1913.

**TABELA 14 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS
ITALIANOS EM RIBEIRÃO PRETO – 1913**

Atividade Profissional	Nº de proprietários em geral	Nº de proprietários italianos
Açougueiro	06	03
Agentes de Negócios	09	02
Armazéns Secos e Molhados	65	46
Agências de Bancos	04	01
Botequins	14	09
Casas de Móveis	03	02
Confeitarias	06	04
Hospedarias	06	-
Hotéis	06	01
Lojas de Fazendas	23	05
Padarias	09	06
Refinações de Açúcar	04	03
Farmácias	12	03
Restaurantes	10	04
Fábricas de Calçados	05	03
Fábricas de Cervejas	03	02
Fábricas de Sabão	03	02
Fábricas de Cadeiras	02	02
Fábricas de Massas	03	03
Fábricas de Carroça	03	02
Fábricas de Cigarro	02	01
Máquinas de Beneficiar Café	03	01
Engenheiros	03	02
Empreiteiros	08	08
Médicos	19	05
Alfaiates	34	20
Carpinteiros	05	05
Costureiras	24	18
Ferreiros	04	03
Funileiros	06	06
Marceneiros	11	06
Sapateiros	23	19
Serralheiros	04	02
Ourives	03	01
Cirurgiões e Dentistas	14	02
Advogados	17	-
TOTAL	376 (100%)	202 (53,7%)

Fonte: Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto 1913. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

⁸⁶ MORAES, M. L. de P. M. Ibidem, p.113.

Dos trezentos e setenta e seis proprietários existentes no período, duzentos e dois comerciantes eram de origem italiana, o que representou 53,7% do total. É um índice significativo que demonstra as várias possibilidades de empregabilidade para um imigrante em meio ao auge cafeeiro.

Das profissões – proprietários italianos – relacionadas na tabela 14, destaque para armazéns de secos e molhados com quarenta e seis (70,7%); botequins com nove (64,3%); padarias com seis (66,6%); refinações de açúcar com três (75%); das vinte e uma fábricas existentes, quinze (71,4%) eram de italianos; os sapateiros eram dezenove (82,6%); costureiras italianas representavam 75% do total, e destaques para funileiros e empreiteiros com 100% de proprietários italianos.

Nas profissões que exigiam uma escolaridade superior – advogado, engenheiro, dentista e médico – os italianos não tiveram uma participação efetiva. Dos cinquenta e três profissionais liberais citados, apenas nove (16,9%) eram da península itálica.

Entre o rural – Núcleo Antonio Prado – e o urbano, podemos perceber a influência do imigrante italiano na economia local, por entre os corredores dos cafezais, com seus caminhos próprios, sustentáveis e dinâmicos. Outro exemplo ilustrativo, na tabela 15, durante o período que antecedeu a 1ª Guerra Mundial, houve uma variação do preço de alimentos no estado de São Paulo. Com o início da guerra, o governo brasileiro direcionou sua política econômica para o mercado interno, com estímulos a produção própria, haja vista, que a Europa a partir de 1914, estaria voltada para o contexto militar.⁸⁷

**TABELA 15 – VARIAÇÃO DO PREÇO DE ALIMENTOS
ESTADO DE SÃO PAULO (1912-1914)**

Produto (Kg)	Preço em 1912	Preço em 1914
Cebola	Rs400	Rs550
Farinha de Milho	Rs150	Rs400
Feijão	Rs200	Rs300
Pão	Rs300	Rs350
Toucinho	Rs1\$000	Rs1\$200
Carne de Pouco (2ª)	Rs900	Rs1\$200
Carne Seca	Rs1\$200	Rs1\$350

Fonte: Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912 e 1914, apud in SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Campos Elíseos e Ipiranga**: Memórias do Antigo Barracão. Ed. COC: Ribeirão Preto/SP, s/ data.

⁸⁷ Devido a Primeira Guerra Mundial houve um agravamento de abastecimento nos centros urbanos brasileiros e as pequenas propriedades minimizaram a escassez de alimentos internos.

As pequenas propriedades de até cinquenta alqueires supriram a economia de abastecimento interno, e, seus respectivos proprietários obtiveram uma lucratividade considerável para a época cafeeira. Por exemplo, o preço do quilo da cebola aumentou 37,5%, a farinha de milho 166,6%, o feijão 50%, o pão 16,6%, o toucinho 20%, a carne de porco 33,3% e a carne seca com um aumento de 12,5% (Tabela 15). Essas variações de preço sugerem um mercado propenso para os pequenos proprietários – da lavoura e de prestação de serviço – e a consolidação de um circuito mercantil na região da Alta Mogiana.

Posteriormente, nos anos de 1928 e 1929 foram realizados levantamentos estatísticos – consolidados em 1932 pela Secretaria da Agricultura – do número de propriedades agrícolas da região de Ribeirão Preto em comparação com o Estado de São Paulo, consequência da prática de economia interna da década anterior, conforme demonstra a tabela 16.

**TABELA 16 – PROPRIEDADES AGRÍCOLAS – 1928/1929
RIBEIRÃO PRETO x ESTADO DE SÃO PAULO
(exceto a capital)**

	Até 10 alqueires	Até 25 alqueires	Até 50 alqueires	Até 100 alqueires	Até 250 alqueires	Até 1000 alqueires	Acima de 1000 alqueires	Total
Ribeirão Preto	222	33	19	13	42	28	01	358
Estado de São Paulo	20.588	8.097	4.339	2.587	1.808	985	142	38.546

Fonte: Secretaria da Agricultura, 1932. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Manuscritos, caixa 05. (Elaboração própria).

Em Ribeirão Preto, do total de propriedades agrícolas (358), duzentas e setenta e quatro tinham até cinquenta alqueires, o que representou um índice de 76,5% de proprietários de pequenas propriedades agrícolas. No Estado de São Paulo, o número de pequenas propriedades é ainda maior; trinta e três mil e vinte e quatro propriedades agrícolas (de um total de 38.546), o que correspondeu a um índice de 85,7%.⁸⁸

Por outro lado, a concentração de terra nas mãos de poucas famílias abastadas era maior na região de Ribeirão Preto. Enquanto que, no interior paulista, 2,9% dos proprietários rurais tinham propriedades agrícolas acima de duzentos e cinquenta alqueires, em Ribeirão Preto 8,1% dos proprietários possuíam grandes propriedades.

⁸⁸ Um alqueire equivale a 24.200 metros quadrados.

Encontramos na região de Ribeirão Preto a dicotomia de condições sócio-econômicas, de pequenos e grandes proprietários agrícolas convivendo concomitantemente num mesmo tempo e espaço, mas que a história, em boa medida, insiste em destacar os reis e rainhas sobre seus leais súditos, a super sobre a infraestrutura.

No sentido de exemplificar a empreitada econômica de algumas famílias italianas pela região de Ribeirão Preto, identificamos a história local das famílias Biagi e Marchesi. Por meio desses breves exemplos é possível identificar as ações desses homens e mulheres que chegavam à América com o objetivo de melhoria de vida e possível ascensão econômica e social.

Natale Biagi, o patriarca, e Elizabetta Farin Biagi, a matriarca – também citado em documentos como Biasio, Biagio ou Biazio⁸⁹ – com quatro filhos Antonia, Silvio Pietro – também chamado por Pedro Biagi – Paolina e Emma tiveram seu registro no livro de matrícula no dia 18 de janeiro de 1888 no porto de Santos; na certidão de desembarque constava a profissão de agricultor, com origem da província de Padova, região de Vêneto⁹⁰.

Até julho de 1890, a família viveu em uma fazenda no município de Itatiba como trabalhadores rurais, mas o proprietário dessa fazenda, João Batista de Paiva Baracho, comprou outra na região de Sertãozinho e Natale, Elizabetta e seus filhos mudaram para a fazenda Conceição, onde ficaram até 1893. Em 1894, trabalhou com sua família na fazenda Paraguassu – propriedade de Thomaz Pereira de Andrade – e em 1895 até 1899, na fazenda Lagoa de Itararé; propriedade de Augusto Marques da Motta Guimarães⁹¹.

A situação econômica dos Biagi mudou em 1899 quando em sociedade⁹² com Sante Barbiei, outro imigrante italiano, compraram um sítio de vinte alqueires no valor de quinze contos de réis, situado na divisa de Sertãozinho e das Posses.⁹³ Os proprietários que lhe venderam as terras eram Leopoldo Marques da Motta Guimarães e sua esposa Maria Figueira Fortes Guimarães, lavradores residentes em Ribeirão Preto.⁹⁴

⁸⁹ Segundo Luiz Lacerda Biagi, neto de Pedro Biagi, em um documento do Cartório de Registro Civil de Sertãozinho – registro de casamento datado de 01 de agosto de 1891 – encontra-se a assinatura de Natale, que serviu como testemunha de matrimônio, como Biasio Natale.

⁹⁰ Matrícula dos Imigrantes entrados no alojamento Provincial de Imigrantes em São Paulo. Registro selecionado, livro 004, página 35, número ordem 01. Memorial do Imigrante.

⁹¹ CINTRA, R. A. Op. Cit.

⁹² Essa sociedade foi logo desfeita após a efetivação da compra das terras, ficando dez alqueires para cada família.

⁹³ BIAGI, L. L. **A família Biagi**: os primeiros cem anos; 1888/1988. São Paulo: Laserprint, 1988.

⁹⁴ Na segunda metade do século XX, a família Fortes Guimarães passaria a ser proprietária de uma construtora e administradora de imóveis na região de Ribeirão Preto.

A propriedade contava com cinco casas de morada, duas olarias, pastos, 10.000 pés de cafés e demais benfeitorias. Natale passou também ao cultivo da cana de açúcar, de cereais, fabricação de aguardente, tijolos e telhas.⁹⁵ Mesmo ainda proprietários de uma pequena propriedade, a família Biagi em parceria com a família Barbieri (citado também como Barbera) era relacionada no Anuário Comercial do Estado de São Paulo de 1904, como uma das oito principais olarias pelo município de Sertãozinho.⁹⁶

Seus filhos, que sempre trabalharam em conjunto, também se tornaram proprietários agrícolas e de outras atividades comerciais. Pedro Biagi – com 28 anos – comprou sua primeira propriedade, o sítio Vargem Rica, de doze alqueires em Pontal e a partir de então, passou a ampliar os negócios da família de maneira constante. Em 1910, por exemplo, ele adquiriu parte das terras da fazenda Contendas e ampliou sua compra em 1913 com a compra de mais de dez alqueires na mesma, a qual dedicou ao cultivo de cereais e pecuária.⁹⁷

O negócio da olaria prosperava, haja vista o crescimento urbano de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Cravinhos, Batatais e Vila de Pontal. Pedro Biagi realizou uma negociação com Jorge Manfrim, proprietário de uma olaria, e comprou quinhentos mil tijolos. Além disso, produziu telhas na olaria de sua família. Dentro do contexto de ampliação dos negócios da família Biagi, o município de Ribeirão Preto teve uma tempestade de granizo na mesma época e parte dos telhados das residências foram destruídos, além de uma intensa geada em 1918⁹⁸, que comprometeu em boa medida os pés de café dos produtores. *Aliados* também com a mudança climática, os Biagi tiveram um acréscimo no faturamento em seu patrimônio familiar.

Pedro Biagi também realizou uma parceria com Antonio Fernandes Luiz, proprietário de um engenho, e adquiriu por três meses a aguardente produzida e tinha a responsabilidade de engarrafá-la e vendê-la. Depois disso, em 1915, a família passou a comprar imóveis em Pontal e então, arrendou a fazenda Barbacena para produzir tijolos e telhas, madeireira a atividade pastoril. Quando efetivou a compra da fazenda Barbacena – em 1917 – Pedro Biagi

⁹⁵ Inventário da família sob a posse de Edilah Lacerda Biagi.

⁹⁶ Anuário Comercial do Estado de São Paulo de 1904. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

⁹⁷ BIAGI, L. L. *Ibidem*, p. 69.

⁹⁸ SILVEIRA, U. **Igreja e conflito agrário**: a comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca: UNESP, 1998. (Estudos 2). A necessidade de redução dos custos levou os cafeicultores a diminuir o número de trabalhadores e acarretou diminuição em sua produção, além de prejudicar a qualidade do produto. O que restou a fazer foi à erradicação do café com a substituição por outras culturas agrícolas e pela pecuária. Além dessa diversificação do plantio de gêneros alimentícios, dividiram-se grandes latifúndios de rubiácea, por meio da redistribuição das mesmas em lotes, que passaram ao cultivo do algodão e cana de açúcar, por exemplo.

negociou mudas de cana de açúcar do Engenho Central de Francisco Schmidt⁹⁹ e no ano seguinte (1918), iniciou a plantação do canavial e a base do que seria anos depois, a Usina Barbacena. Em sua primeira colheita (safra) de 1922, produziu seis mil e quatrocentos sacos de 60 quilos de açúcar.

Exemplos que demonstram a diversificação agrícola na região da Alta Mogiana foi a implantação do Engenho Central – foto VI – pela ação de Francisco Schmidt, na cidade de Pontal (1902) e da Usina Junqueira em Igarapava, por parte de Francisco Maximiano Junqueira (1906).¹⁰⁰ No Almanach de 1914, encontra-se a descrição das fazendas de Francisco Schmidt e a indicação de algumas para o plantio canavieiro.

Além dos cafezaes, algumas fazendas cultivam canna de assucar, dois engenhos centraes movidos a vapor, achando-se um delles no município de Franca e outro no de Sertãozinho; em algumas fazendas funcionam também serrarias e olarias a vapor, para o próprio consumo.¹⁰¹



FOTO 6: O Engenho Central de Francisco Schmidt. Almanach Illustrado, edição de 1914, Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

⁹⁹ Calsani, R. de A. **Entre o café e o açúcar**: a experiência de vida do homem do campo na região de Ribeirão Preto (1940-1970). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2005.

¹⁰⁰ MELO, J. E. V. de. **O Açúcar no Café**. Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). USP/FFLCH. São Paulo, 2010. (Tese de Doutorado em História).

¹⁰¹ Almanach Illustrado, edição de 1914. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

Inserido nesse contexto comercial diversificado, Pedro Biagi vendeu a fazenda Barbacena em 1929, e dois anos depois fundou a Usina da Pedra – terras que já pertenciam a sua família – no município de Serrana, que existe até os dias atuais.

Utilizando-se de um manuscrito em forma de poema¹⁰² – também é possível ilustrar parte das práticas cotidianas econômicas da família Biagi:

Novos rumos, o Adrià parte em viagem,
Atravessa lentamente o oceano,
Tendo a bordo a família Biagi. [...]
Em busca de um novo caminho,
Depois de longos meses de trabalho e fé,
Resolveram vir para a região de Sertãozinho:
Olaria, cereais, cana de açúcar e cultivo de café. [...]
Longos anos se passaram, desde os primeiros tijolos,
Usina da Pedra, Santa Elisa e outras tantas mais!
(Quatro Gerações – Joel Diniz, 1988)

Esse fragmento demonstra hipóteses de algumas práticas comerciais que a família realizava em meio ao auge cafeeiro, nas quais não ficava apenas nas atividades da monocultura.

Em outro exemplo, Santo Marchesi – pedreiro na cidade italiana Albano San Alessandro, província de Bérgamo – e sua esposa Olívia tiveram conhecimento por meio de propaganda sobre o Brasil, que convocava – com passagens gratuitas – os imigrantes para trabalharem no plantio de café. Devido às circunstâncias econômicas da Itália, citadas anteriormente, a família embarcou para o Brasil, mais especificamente no município de Ribeirão Preto, na fazenda Dumont, no ano de 1892.¹⁰³

Em abril de 1897, Santo Marchesi adquiriu um sítio de uma também família italiana – Borelli – no município de Sertãozinho, mas continuou a trabalhar na Fazenda Dumont até o ano de 1899.¹⁰⁴ Após essa data, toda a família passou a viver no sítio, cultivavam mandioca, plantavam milho, criavam porcos e com o excedente comercializavam na cidade de Ribeirão Preto. Os filhos Luiz e João Marchesi tinham como atividade profissional além da lida rural, o comércio e os afazeres informais, como carroceiros.¹⁰⁵ Por motivos de saúde, Santo Marchesi vendeu seu sítio e passou a trabalhar como prestador de serviços para outras fazendas como

¹⁰² Manuscritos, caixa 02. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

¹⁰³ Manuscritos, Imigração, ano 1892, caixa 2, ordem 5550. Arquivo Público e Histórico de São Paulo.

¹⁰⁴ MARCHESI, I. P. **História de um imigrante**. Ribeirão Preto: Ed. Colégio, 1987, p. 33.

¹⁰⁵ MARCHESI, I. P. *Ibidem*, p. 35.

oleiro, e, portanto, uma pequena olaria teria sido fundada – em 1911 – por ele em conjunto com outro italiano, João Borin, a produção diária era de aproximadamente 2.500 tijolos.¹⁰⁶

No ano de 1914, a família Marchesi comprou 50 alqueires de mata virgem próximo ao município de Pitangueiras, para o plantio cafeeiro e também a criação de bovinos e gado leiteiro. Diariamente, os filhos de Santo iam até o município de Pitangueiras para vender o leite por 200 réis o litro.¹⁰⁷ Posteriormente, em 1918, a família comprou 140 alqueires – sítio São Vicente – no município de Sertãozinho, no qual comercializava café, açúcar e aguardente. Em menos de um ano, o sítio havia se transformado em uma fazenda com 656 alqueires, com um engenho de cana, pastagens, além da rubiácea.

Com a morte de Santo Marchesi, seu filho João deu prosseguimento aos negócios da família e fundou a Usina São Vicente, em 1929, além de também administrar a Usina Barbacena até 1985, no município de Pontal.¹⁰⁸



FOTO 7: Ruínas da Usina Barbacena, em Pontal. CAROLO, A. Os fantasmas se divertem. *Jornal Cana*. n. 179. Ribeirão Preto, Ago/2009. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/pdf/188/%5Chistoria.pdf>>. Acesso em 10 Out. 2010.

¹⁰⁶ Almanach Ilustrado, edição de 1914. Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

¹⁰⁷ Almanach Ilustrado. Idem.

¹⁰⁸ MARCHESI, I. P. Ibidem, p. 43.

Os dois exemplos citados direcionam para o acúmulo de um excedente econômico, mas nem todos os homens, mulheres e crianças vindos de outros países tiveram o desfecho em suas histórias com ascensão social e econômica. Tão importante quanto os exemplos citados, é também perceber os mais variados atores sociais – os imigrantes – responsáveis também pela formação da economia da região de Ribeirão Preto. No próximo capítulo, o objetivo principal será descrever o cotidiano econômico do imigrante italiano e suas condicionantes, como por exemplo, a prática de subsistência diversificada, complexa e dinâmica.

CAPÍTULO 3

O cotidiano econômico do imigrante italiano

“[...] Nós cultivamos o trigo e não sabemos o que é o pão branco; cultivamos a uva e não bebemos nada além de água; criamos gado e não comemos carne nunca [...]”.

(Os camponeses na Itália – Roselys Correa dos Santos)

Neste último capítulo é necessário demonstrar o cotidiano econômico do imigrante italiano, principalmente no campo, e assim traçar algumas linhas do seu comportamento na economia regional da Alta Mogiana. O cotidiano econômico permite elucidar a formação do município de Ribeirão Preto com seus primeiros habitantes, e a prática de economia de subsistência; saber também como ocorreu o processo de substituição da mão-de-obra escrava para assalariada com o imigrante italiano. Sem descartar a dinâmica promovida pela cafeicultura e pela ferrovia, a prioridade da pesquisa é desvendar o cotidiano do imigrante italiano junto ao *rés-do-chão*, que pouco se vinculava às práticas econômicas do mercado e da exportação.¹⁰⁹

Discutir as condicionantes socioeconômicas nos permite vislumbrar os fatores que foram responsáveis na edificação do cotidiano econômico do imigrante italiano: a distribuição das famílias nucleares ou não nucleares, os dados demográficos de nascimento por nacionalidade, as formas de contrato, de remuneração, de moradia, das obrigações na lida rural e das atividades de subsistência mais dinâmicas e com excedente econômico.

A partir de 1870, estabeleceram-se as primeiras fazendas de café na região de Ribeirão Preto.¹¹⁰ A riqueza proporcionada pelo café atraiu investidores de outras regiões do país, como o agrônomo Luiz Pereira Barreto e seus familiares, trazendo com eles o café *Bourbon* e o fazendeiro Martinho Prado Junior, que por meio de seu relato de viagem pela região da Alta Mogiana, publicado no jornal *A Província de São Paulo*, serviu de chamariz para outros investidores na cafeicultura. Sobre uma propriedade dessa região – de Luiz Herculano de Souza Junqueira – Martinho relatou:

[...] o mais lindo possível, plantado de semente, e com 5 anos de idade. Apresenta hastes da grossura de cafezais de 7 anos em Campinas e outros locais. Os do sr. Manoel Octaviano Junqueira, são também lindos e iguais, sobressaindo entre eles pelo desenvolvimento extraordinário o do sr. José Bento Junqueira, tendo apenas um ano e cinco meses. Consta-me que são igualmente lindos os cafezais do sr. dr. Rodrigo e Manoel Cunha. [...] (A Província de São Paulo, p.1, 10/10/1877).

Em outro artigo, no mesmo jornal, descreveu o novo oeste paulista da seguinte maneira:

¹⁰⁹ BRAUDEL, F. Op. Cit.

¹¹⁰ Demarcação do Patrimônio de São Sebastião em 1856; em 02 de abril de 1870 era criada a Freguesia de São Sebastião do Ribeirão Preto e em 12 de abril de 1871 fora desmembrada do município de São Simão e elevada a categoria de Vila de Ribeirão Preto. “Fica elevada à categoria de Villa a Freguesia do Ribeirão Preto [...] devendo os seus habitantes construir a Casa de Câmara e Cadeia.” Apud in São Paulo. Assembléia Legislativa Provincial, Lei nº 67, art. 1º. Arquivo Público e Histórico de São Paulo.

Da casa do Dr. Cândido Barreto (sede de sua fazenda no alto do platô de Cravinhos), cheguei ao espigão do Cantagalo para começar a descer em direção à vila de Ribeirão Preto, acompanhando o vale do Córrego do Retiro. Dessa alta posição que me achava, descortinei, a confinar com o horizonte, cordilheiras de muitas léguas de extensão, prolongando suas longas e azuladas fraldas para os vales do Guaçú – Rio Pardo, que ciosos dessas riquezas, correm a unir-se no Pontal, como para guardar o maior, mais rico, mais deslumbrante e fascinador torrão agrícola da Província de São Paulo, senão de todo o Brasil. Descendo o vale do Retiro, encontrei numerosas habitações, todas próximas umas das outras, pertencentes a gente pobre, mas de uma pobreza que constata singularmente com a do povo de outros municípios. As casas são todas cobertas de telhas, possuem ótimas pastagens, e há um certo-bem estar, que não se encontra no seio da população de outros lugares. A explicação de tudo isto dá-se pela riqueza naquele solo. A casa é de telha, porque naquela terra não cresce o sapé, por mais estragada que ela esteja. O animal, o boi, o porco, devido as pastagens, é de aspecto diverso e gordo; enfim o pobre animal aí é rico, sem outro auxiliar mais que o fogo. (A Província de São Paulo, p.1, 14/10/1877).

Quanto aos moradores que habitavam a região do atual município de Ribeirão Preto; citados no artigo acima, como *gente pobre, singular com a pobreza de outros povos*, são descritos no trabalho de Lages como mineiros não abastados, que migraram para as terras do nordeste paulista.¹¹¹

Os mineiros não provinham das camadas mais abastadas da sua província. Estes não necessitavam de migrar. Mas, em relação aos que ali já se encontravam, eles eram ‘homens de certa posse’. Chegavam com seus agregados e escravos (que não eram muitos), traziam algumas cabeças de gado e seu ‘trem’ sobre carroças. Não perdiam o hábito do trabalho [...].

O processo de formação da região citada ocorreu a partir da segunda década do século XIX, que segundo Lages, a família Reis de Araújo teria sido uma das primeiras a se instalarem e de que se apossaram de grandes extensões de terra, mas que possuíam poucos bens. “Ao se apossar de terras abandonadas, ao posseiro abria-se a possibilidade de desenvolver uma agricultura de subsistência e de fixar-se na terra. Ser senhor de terra era gozar de prestígio e privilégios”.¹¹² Posteriormente na década de 1830, esta região recebera famílias mineiras em busca de novas terras para a criação de gados¹¹³, haja vista a situação da economia mineira que entrara em declínio, desde o final do século XVIII.

¹¹¹ LAGES, J. A. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros da primeira metade do século XIX.** Ribeirão Preto: VGA, 1996, p.115.

¹¹² ZAMBONI, E. **Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874-1900).** São Paulo: USP/FFLCH. São Paulo, 1978. (Dissertação de mestrado em História). p.27.

¹¹³ LAGES, J. A. *Ibidem*.

As condições ambientais com o clima e solo propícios, políticas por meio de incentivos governamentais e também com as *propagandas* dos cafeicultores sobre a região, e econômicas com a exportação do café em larga escala e o advento da ferrovia, que favoreceram para a chegada contínua de trabalhadores livres à região da Alta Mogiana, no final do século XIX. Além disso, comercialização de escravos entre o Brasil e os países africanos entrara em declínio após a proibição do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queiroz, 1850¹¹⁴), e com isso, como medida paliativa, ocorreu a intensificação do comércio interno de cativos da região nordeste para o centro sul do país, o que ocasionou numa supervalorização do seu preço. A vinda de trabalhadores livres europeus seria uma solução para a falta de mão de obra e também mais econômica para aquele momento.¹¹⁵

Na região da Alta Mogiana, atual nordeste paulista, o comércio interprovincial ocorreu e houve um considerável aumento da população escrava. O município de São Simão aparece nessa região com uma participação média maior de escravos; entre os anos de 1854 (22,6%) e 1886 (17,9%); Ribeirão Preto oscilava entre 15,4% (1874) e 13,2% (1886) como poderemos verificar com mais detalhes a seguir, na tabela 17.

**TABELA 17 – NORDESTE PAULISTA
POPULAÇÃO TOTAL E ESCRAVA – 1854-1886**

Município	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO ESCRAVA					
	1854	1874	1886	1854		1874		1886	
				Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ribeirão Preto	-	5.552	10.420	-	-	857	15,4	1.379	13,2
Batatais	-	13.464	19.915	-	-	2.497	18,5	1.372	6,9
Franca	-	21.419	10.040	-	-	3.398	15,9	1.283	12,8
São Simão	4.550	3.507	6.367	1.027	22,6	777	22,2	1.140	17,9
Igarapava	1.171	-	7.638	394	33,6	-	-	430	5,6
Cajuru	3.682	5.394	6.497	443	12,0	566	10,5	597	9,2
Total	9.403	49.336	60.877	1.864		8.095		6.201	
Média (%) de escravos na Região	-	-	-	19,8		16,4		10,2	

Fonte: CAMARGO, J. F. de. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos.** Ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. Bol. Fac. Fil. Ciênc. Letras Univ. S.Paulo. São Paulo: n. 153, 1952.

¹¹⁴ É necessário que se faça uma relação também com a lei nº 601 – “Lei de Terras” – que ditava as formas de acesso à terra: por meio da compra. Antes, a doação de terras era uma prática comum entre os latifundiários como modelo para criação de centros urbanos. Além da documentação legal e os valores (\$), “era necessário também a constituição de um patrimônio religioso, no caso de Ribeirão Preto; São Sebastião. Com a “Lei de Terras” foi possível manter o desenvolvimento capitalista centralizador; muito mais que um instrumento jurídico no processo de mercantilização da terra, significou o instrumento de defesa de posseiros e sesmeiros irregulares, condição essa da maioria dos proprietários na região do Rio Pardo antes do desenvolvimento cafeeiro”. Apud in FURLANETTO, P. G. Op. Cit. p. 37-38.

¹¹⁵ FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 25.ed. São Paulo: Nacional, 1995.

A combinação da prática de técnicas mais apuradas – não muito utilizadas nos solos do Vale do Paraíba – com o tipo de solo, *a terra roxa*¹¹⁶, comum no Oeste Paulista – atual região de Campinas – e também no Novo Oeste Paulista – região do município de Ribeirão Preto – propiciaram um maior aproveitamento e lucratividade no plantio cafeeiro e a efetivação da *marcha para o oeste*. Nas palavras citadas por Prado Junior¹¹⁷:

[...] que parte a expansão cafeeira que se alastrará pelo oeste paulista. Um fato, sobretudo orientará a princípio a marcha: é a ocorrência dos citados solos de *terra roxa* que se sucedem em manchas próximas umas das outras de Campinas para o norte. Estas manchas aproveitar-se-ão até a última polegada; e os cafezais recobri-las-ão uniforme e monotonamente por superfícies que abrangem por vezes dezenas de quilômetros quadrados sem interrupção... Esta “onda verde” de cafezais, como tão expressiva e apropriadamente se denominou a expansão da lavoura que então fundamentava a riqueza brasileira, marchará rapidamente, alcançando no penúltimo decênio do século a região do rio Mogiguaçu na sua confluência com o Pardo; aí se formará o núcleo produtor do melhor e mais abundante café brasileiro. O “café de Ribeirão Preto” (centro da região) se torna mundialmente famoso [...].

Sob a perspectiva proposta por Martins¹¹⁸, o capitalismo, embora formado tardiamente se comparado com a Europa, era implementado e adequado ao *jeito* brasileiro agrícola do período. Mello e Novais¹¹⁹ corroboram para o entendimento do capitalismo praticado nesse momento no país.

A penetração dos valores capitalistas não parece, portanto, ter encontrado obstáculos difíceis de serem transpostos. O que Gilberto Freyre chamou de ‘privatismo patriarcalista’ se prolonga no familismo moderno, igualmente privatista. A casa continua a ser o centro da existência social. Apenas a vida em família não é mais governada pelo passado, pela tradição, senão que pelo futuro, pela aspiração à ascensão individual, traduzida antes de tudo pela corrida ao consumo. O valor do ócio, que marcou tão profundamente nossa formação cultural, se transfigura na idéia tão contemporânea do trabalho como meio de obtenção do conforto material. [...] O valor da hierarquia – que, entre nós, se assentou basicamente na riqueza e na renda, pois nunca tivemos uma autêntica aristocracia, e sim um senhorio que vivia da produção mercantil – reaparece no valor da concorrência, que selecionaria ‘superiores’ e ‘inferiores’ de acordo com seus méritos e dons. O espírito de aventura, que parecia uma manifestação tão arcaica da cobiça,

¹¹⁶ Segundo Dean, as principais características desse tipo de solo eram a sua profundidade e porosidade, além de serem ricos em óxido de ferro tornando-se mais fértil e procurado se comparado com outras regiões cafeeiras.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. 3^a ed. São Paulo: Difel, s/d.

¹¹⁷ PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense. 1998.

¹¹⁸ MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

¹¹⁹ MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 605-606. v.4.

quando racionalizado, isto é, calculado, transforma-se no traço mais típico do capitalismo do século XX. A brutalidade da escravidão, que retifica o homem, estende-se naturalmente na selvageria da exploração do trabalhador, que no capitalismo definitivamente não passa de uma coisa. A concepção do Brasil como simples espaço para bons negócios, e não como nação, continuou a predominar tranquilamente entre os ricos e os privilegiados [...].

O imigrante – italiano – era então inserido nesse contexto, mão-de-obra necessária, haja vista a abolição dos escravos e o subsídio do governo federal, fatores estes que atraíram estrangeiros para trabalhar no Brasil.

O papel das ferrovias¹²⁰ foi fundamental para a expansão em larga escala das produções cafeeiras e de outros produtos para consumo interno; além de propiciar o povoamento no interior paulista.

A gigantesca produção dos cafezais paulistas exigia a expansão da rede ferroviária em ritmo compatível. De início havia apenas a Santos - Jundiaí, mais conhecida com a "inglesa". Inaugurada em 1865, seria até 1937 a única via de acesso ferroviário dos paulistas ao seu porto de exportação. As melhores terras da província, no entanto, ficavam além de Jundiaí e, para alcançá-las, um grupo de cafeicultores organizou em 1869 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.¹²¹

A preocupação em interligar a região da Alta Mogiana com a capital da província era identificada na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, desde o dia 03 de setembro de 1878:

Pelo vereador Martins foi indicado que esta Câmara firme representação ao governo sobre a abertura de uma estrada que partindo desta Villa vá ter ao porto do João Ferreira (atual cidade de Porto Ferreira), ponto terminal da estrada de ferro, e outro para a Câmara de Pirassununga pedindo para unir-se a ella afim de reforçar este pedido. E sendo postos a votos foi aprovada por unanimidade.¹²²

Os vereadores do município, assim como Martinho Prado Junior, Henrique Dumont e Luis Pereira Barreto, *propagandearam* a importância *exclusiva* da produção cafeeira nessa região e a falta de mão-de-obra necessária para o plantio da rubiácea.

¹²⁰ Segundo Bacellar e Brioschi: “[...] A introdução da ferrovia em São Paulo a partir da década de 1860 contribuiu de modo crucial para o sucesso do café. De há muito se sabia que o tradicional transporte por tropas muares era limitado [...] com a ferrovia, foi possível alcançar terras mais distantes do porto exportado de Santos, graças à diminuição do custo do frete por tonelada transportada. [...] A construção das estradas de ferro no País foi favorecida pelos incentivos dados pelo governo através da lei de 1852, como o privilégio de zona e a garantia de juros. [...]” in BACELLAR, C. de A. P; BRIOSCHI, L. R. (orgs.) **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 119.

¹²¹ MARCOVICH, J. **Pioneiros e Empreendedores**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 42-43.

¹²² CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO – ATA 13/09/1878, p.73.

Foi resolvido que se desse as informações que o Governo pede em circular de 22 de outubro último, no sentido de demonstrar que este Município, é exclusivamente próprio para o plantio do café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados teria um número muito mais superior se tivesse forças para cultivá-los e que, quando a indústria não é ouzada neste Município. Que existem alguns criadores de gado, porém que esses estão passando para o plantio do café e quanto ao mais que consta na dita circular, não há no Município ainda por ser muito novo.¹²³

Após a fundação da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, em 1883, a região da Alta Mogiana deixou de ser considerada *grande sertão*, ou apenas o caminho para os Goyazes, para também fazer parte de uma economia dinâmica e múltipla, com interesses dos setores públicos e privados.

Em 23 de novembro de 1883, com o aplauso e o jubilo dos ribeiro pretanos, teve lugar a inauguração do prolongamento da via-ferrea Mogyana, de Casa Branca a esta cidade, sendo iniciada para a mesma uma novel phase de actividade, vigor e progresso. Presidia nessa epocha os destinos dessa empresa o sr. dr. Antonio de Queiroz Teles, conde de Parnahyba, que, comprehendeu o futuro que aguardava esta zona, quando cortada pela via-ferrea.¹²⁴

Historiadores tradicionais do município de Ribeirão Preto – *filhos do seu tempo* – retrataram esse período como “*a época de ouro*”:

[...] a cidade deixava as vestimentas rudes de aldeã para se engalantar nas sedas e no deslumbramento de pleno progresso econômico financeiro. Época das grandes fazendas, a povoação com movimento intenso, uma espécie de Califórnia atraindo trabalhadores e aventureiros, como “*boca de sertão*”, frente de trabalho. Mineiros, paulistas, fluminenses correndo para cá, deixando as terras cansadas de suas regiões. [...] A chegada da imigração europeia predominando a peninsular [...] logo depois a visita do Imperador Pedro II e da Imperatriz, em 1886. [...] Todos os vitrais, maçanetas e torneiras tinham o emblema imperial [...].¹²⁵

¹²³ Ibidem. ATA 22/12/1878, p. 82.

¹²⁴ ALMANACH ILUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO – 1913 (original). Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, caixa 18.

¹²⁵ CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto/SP: Legis Summa, 1992. v. 2. p. 349.



FOTO 8 – Teatro Carlos Gomes (Almanach ilustrado de Ribeirão Preto, 1913). Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Acervo fotográfico, s/n.

O município de Ribeirão Preto rumava então, para a *marcha do progresso* e do acúmulo de capitais, com melhorias no transporte, no setor urbano, no entretenimento e nas diversidades comerciais. Era um universo moderno pertencente apenas a elite cafeeira. Segundo Casalecchi¹²⁶:

O progresso e a acumulação de capitais eram mais intensos na atividade cafeeira e os fazendeiros do Oeste de São Paulo passam a substituir, gradualmente, o trabalho escravo pelo livre. Isto libera novos capitais, antes imobilizados na compra de escravos e incentiva ainda mais as atividades econômicas. O desenvolvimento econômico, ao propiciar um acúmulo de capitais nas mãos dos fazendeiros, ao desenvolver o setor manufatureiro e as atividades comerciais e de transportes ferroviários, é acompanhado, necessariamente, de um crescimento dos centros urbanos, sede de muitas dessas atividades. Algumas cidades crescem – aquelas próximas aos centros produtores de café, os portos de importação e exportação; outras nascem, ao longo das linhas férreas que acompanham a marcha do café, outras quase desaparecem, ligadas que estavam a antigos caminhos de café [...]. A ferrovia facilitando as comunicações das áreas rurais com as cidades, leva os grandes proprietários – especialmente das regiões mais novas do café – o Oeste – a viverem nas cidades [...].

O Brasil passava por um período de modernização se comparado com o período colonial; para Mello¹²⁷:

¹²⁶ CASALECCHI, J. E. **A proclamação da república**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.21-23.

¹²⁷ MELLO, R. C. de. **Um “coronel de saias” no interior paulista: a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)**. UNESP/FHDSS. Franca, 2009. (Dissertação de mestrado em História), p. 38.

[...] o país teve na metade final do século XIX um período de modernização significativo [...] foram criadas 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás, e finalmente 8 de estradas de ferro.

Faleiros¹²⁸ ao descrever as regiões de Ribeirão Preto e Franca, também demonstrava as disputas entre as companhias de ferrovias na Alta Mogiana:

Transformou-se a região num epicentro de pelepas¹²⁹ entre duas das principais companhias ferroviárias do país: a Mogiana (vencedora da disputa) e a Cia. Paulista (que pouco distava de Ribeirão), para lá foram os imigrantes, sobretudo italianos, trabalhadores rurais e urbanos [...].

Para que possamos ter um parâmetro do número de imigrantes italianos que vieram pelos trilhos da Mogiana, a tabela abaixo demonstra em um período de oito anos¹³⁰ a “*migração*” desses trabalhadores para o município de Ribeirão Preto, sabendo-se que entre os anos de 1892 a 1900 chegou ao número de 17.079 estrangeiros (Tabela 18).

TABELA 18 – IMIGRANTES ITALIANOS SAÍDOS DA HOSPEDARIA DO BRÁS EM DIREÇÃO A RIBEIRÃO PRETO (1892-1900)

ANO	Nº DE IMIGRANTES
1892	2.313
1893	*
1894	1.392
1895	5.461
1896	*
1897	3.763
1898	1.775
1899	1.062
1900	1.313
TOTAL	17.079

Fonte: Anuário Estatístico de São Paulo. Volumes de 1892 a 1900. Arquivo Público do Estado de São Paulo. (Elaboração própria).

¹²⁸ FALEIROS, R. N. **Fronteiras do café**: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937). Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2007. (Tese de Doutorado em Economia Aplicada), p. 122.

¹²⁹ TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N. Nas Fronteiras do Capitalismo: a Mogiana e os (des)caminhos da expansão ferroviária. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 6, n.2, 2000, p. 111-26.

¹³⁰ Não há dados dos anos de 1893 e 1896.

A Companhia da Mogiana, que servia a região em estudo, tornou-se uma das principais do Brasil e em 1915, por exemplo, passou a funcionar em período noturno.

COMPANHIA MOGYANA
TRENS NOCTURNOS

Diz o “Commercio”, de ante-hontem.

Sabemos que a Companhia Mogyana pretende estabelecer, a começar do mez vindouro, trens nocturnos diarisos entre esta capital e Ribeirão Preto.

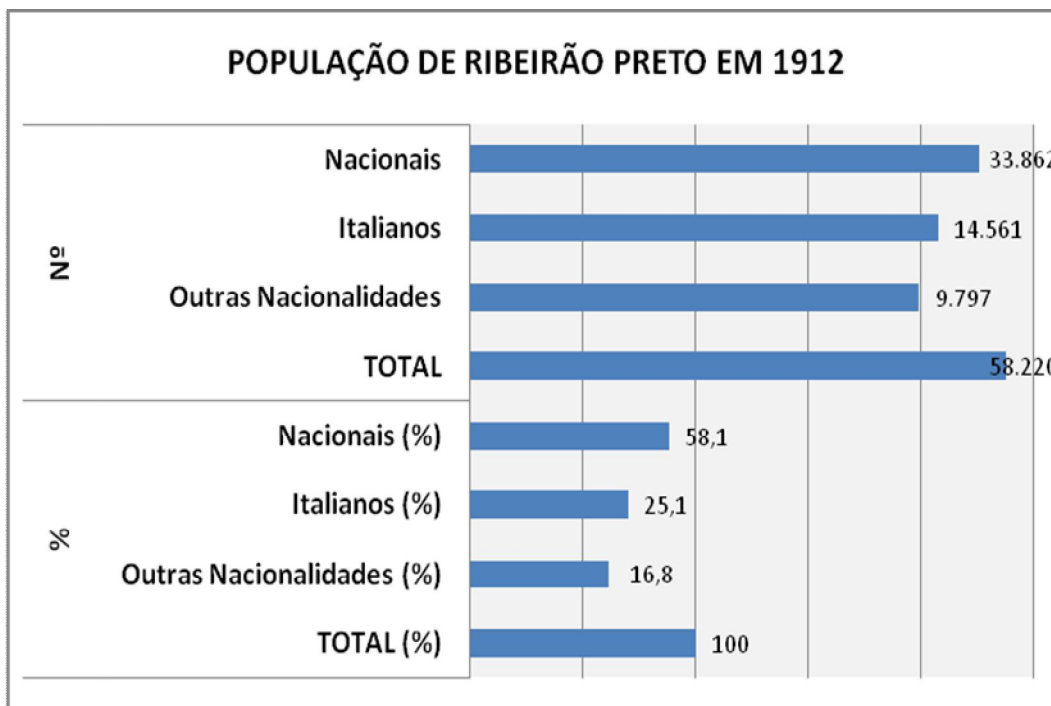
Para levar a effeito esse importantíssimo melhoramento, que tão bem exprime a boa vontade da digna directoria daquella empresa em accudir ao interesse público, foram encomendados os mais modernos e confortáveis carros dormitórios, de fabricação ingleza, os quaes já chegaram e estão sendo montados. (Jornal A Cidade, ano XI, 3ª Feira, 11/05/1915, nº 3.380, p.1).

O crescimento populacional no município de Ribeirão Preto era constante e ascendente; em 1874 a população era de 5.552; em 1886 contava com 10.420 habitantes; em 1902¹³¹, esse número era quintuplicado para 52.929, sendo 29.187 homens e 23.742 mulheres¹³²; e como último exemplo; o gráfico 7 da população de Ribeirão Preto em 1912 ratifica a predominância de imigrantes italianos, esse grupo era a maioria com 14.561 (25,1%) dentre as outras nacionalidades que juntas tinham 9.797 (16,8%), com exceção a nacional que somava 33.862 brasileiros (58,1%).

¹³¹ Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Exceto os migrantes brasileiros (19.729), dentre os 33.200 estrangeiros, a metade – 16.600 imigrantes – trabalhavam na lavoura de café.

¹³² FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960. p. 172.

GRÁFICO 7



Fonte: FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960. p. 172.

Por outro lado, o município de Ribeirão Preto também enfrentava dificuldades em seu cotidiano urbano. Essas notícias eram pouco difundidas na capital paulista, pois a vinda de trabalhadores italianos – e outras etnias – poderia ficar comprometida. Jornais locais noticiavam o lado amargo do café; os populares, formados por comerciantes, operários, homens e mulheres, reivindicavam melhorias como investimento em salubridade, água tratada, saneamento e esgoto nos bairros e em pleno centro da cidade.

RECLAMAÇÕES

Mantidas as normas de civilidade acha-se a disposição do publico esta column, para todas as reclamações de seu interesse.

Aproveitando-me da column que “A Cidade” poz á disposição do publico para reclamações do seu interesse, venho, Sr. redactor, dentro das normas de civilidade, que v. criteriosamente exige, pedir-lhe acolhimento para as seguintes linhas.

É certo que nestes ultimos mezes tem peorado de um modo assustador o estado sanitario de nossa bela cidade, repetidos casos de febre, todas de mau carácter, estão levando aos seios das famílias as mais tristes apreensões e, a já não poucas, o luto e a desolação.

Ribeirão preto, que ainda ha pouco tempo era apontado na Europa, em conferencias que fazia em diversas cidades do velho mundo, um bom amigo do Brasil, o Sr. Casabona, como uma das mais saudáveis cidade do mundo, está, em assumpto de salubridade, voltando aos tempos , de que ainda

perdura a triste lembrança, em que o paludismo e as celebres febres paulistas dizimavam a sua população.

[...] Ninguém ignora o quanto concorre para a insalubridade de uma cidade uma rede de esgottos sem a imprescindível abundância d'água, e por isso, estou de inteiro accordo com o reclamante em que providencias devem ser tomadas, energicas e promptas, para melhoramento deste serviço.

Mas, Sr. redactor, me parece que não é só esta a causa dos males que peção sobre a nossa população; outras existem nas quaes tem V. também, permitta-me a franqueza, como vereador uma parte na responsabilidade.

É cousa corrente em administração que nunca são de mais as despezas com a hygiene publica; a vida e a saúde dos habitantes de um paiz, são hoje, em todos os povos civilizados, avaliados em algarismos representativos da riqueza das nações, razão pela qual argumentarão ellas dia-a-dia, em seus orçamentos, a verba destinada á saúde pública.

Entretanto, a nossa Camara Municipal não só supprimiu este anno todos os serviços de hygiene que as administrações passadas tinham estabelecido, como também para ellas nenhuma verba destacou em orçamento, ultimamente publicado, para o anno de 1909.

O simples enunciado desta monstruosidade dispensa comentários e basta para explicar todas as calamidades que possam advir.

Em se tratando de assumpto, como este, que affecta a tranquillidade e a segurança de uma população não são cabidas reservas; repito, portanto, Sr. redactor, que a V. , como a todos os vereadores cabe a responsabilidade do que venha a succeder.

Em nada attenua a affirmativa, que por ahi corre, de que foi o Prefeito que exigiu a suppressão do serviço de hygiene municipal. Quando a lei determinou que, para o governo do município, fossem eleitos doze cidadãos, não foi por certo para que todos pensassem por uma só cabeça; ao contrário, visou ella que do critério e da capacidade dos doze eleitos, de estudos e profissões diversas proveniessem as mais accertadas medidas nos diferentes departamentos de administração municipal.

Assim, Sr. redactor, si o Prefeito entendeu que a hygiene publica é uma questão adiavel a V. e a seus dignos colegas de vereança, a V. principalmente, que como jornalista, está ouvindo mais de perto as queixas do povo, compete a iniciativa de propor, e defender em sessão da Camara, a adopção de severas posturas de hygiene defensiva.

Exija a Camara da Empreza de Água e Esgottos o exacto cumprimento de seu contracto; estabeleça um rigoroso serviço de cuidadosa fiscalização de casas e quintaes, de extincção de moscas e mosquitos, de limpeza de córregos, valletas e sargetas, de drenagem dos charcos e de desinfecção das fossas fixas, e prestará immenso serviço a Ribeirão Preto, restabelecendo os seus créditos de cidade saudável e levará ao ânimo de seus habitantes o socego e a confiança de que já gozaram.

Admirador e assíduo leitor.

B. L.

(Jornal A Cidade, ano V, Domingo, 03/01/1909, n. 1237, p.1).

Em 1910, por exemplo, populares serviam-se do jornal *Diário da Manhã* para reivindicar providências junto ao Poder Público Municipal:

Diversos moradores do bairro do Barracão pedem-nos reclamemos atenção a quem de direito para o verdadeiro estado de abandono em que se acha aquela parte do Município.

Nas ruas o mato e capim bravo cresceram a ponto de atingir à altura dum homem; o transito está quase impraticável devido também ao péssimo estado das mesmas (ruas) cheias de buraco.¹³³

Pedem-nos várias pessoas residentes no quarteirão compreendido entre as ruas Rio de Janeiro, José Bonifácio e Jerônimo Gonçalves, que chamemos a atenção a quem de direito para a grande quantidade de água estagnada existente na rua Rio de Janeiro, trecho acima referido e de onde se exala cheiro fétido e nauseante.¹³⁴

Como forma de ilustrar esse momento, a foto a seguir reflete o perfil do urbano da maioria das cidades brasileiras.



FOTO 9 - Bairro do Tanquinho (1900). Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Acervo fotográfico. Foto 84.

No que tange a necessidade econômica do período, era necessário então, a utilização de uma quantidade considerável da mão-de-obra livre, assalariada, principalmente a partir de 1888¹³⁵.

¹³³ Reclamação. (12/04/1910). Diário da Manhã, ano XVII, jan/jun 1910. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Abolição dos escravos.

Os cafeicultores receberam uma proporção maior de trabalhadores assalariados europeus. A tabela 19 demonstra a preferência dos cafeicultores da região de Ribeirão Preto por italianos no ano de 1901.

TABELA 19 – IMIGRANTES SAÍDOS DA HOSPEDARIA DE SÃO PAULO (BRÁS) PARA RIBEIRÃO PRETO (1901)

NACIONALIDADE	Nº DE IMIGRANTES
Italianos	5.341 (84,8%)
Austríacos	63
Espanhóis	172
Portugueses	559 (8,9%)
Alemães	01
Franceses	02
Brasileiros (migrantes)	159
Total	6.297 (100%)

Fonte: Anuário estatístico do Estado de São Paulo de 1901. Diário Oficial, 1904. (Elaboração própria).

De um total de 6.297 trabalhadores que chegaram ao município de Ribeirão Preto no ano de 1901, 5.341 (84,8%) eram de nacionalidade italiana, a maioria da região de Vêneto (42,4%)¹³⁶ e da Toscana (63,7%)¹³⁷ (Tabela 19). Conforme citado no primeiro capítulo, a preferência por essa etnia deveu-se num primeiro instante a sua *parcimônia, frugalidade, sobretudo, docilidade*.¹³⁸ Mas na pesquisa realizada por Cintra, o motivo da escolha fora estritamente profissional.

Os historiadores são unânimes ao afirmar que chama a atenção a intensidade de fluxos emigratórios italianos, principalmente os da região Vêneto, que eram mais experientes no sistema de trabalho familiar e na agricultura. É importante que muitos fazendeiros da cafeicultura paulista de Ribeirão Preto e região tiveram preferência por famílias trabalhadoras dessa região e muitas vezes essa preferência era manifestada, principalmente pelos “representantes” dessa região como Martinho Prado Junior.¹³⁹

Levas de famílias italianas – nuclear ou não nuclear – chegavam ao interior paulista, no caso do estudo proposto, no município de Ribeirão Preto. Segundo Cintra: “considera-se que essa forma de pensar o trabalho – na cooperação familiar – foi imprescindível para a

¹³⁶ MAIC, Statística dell’emigrazione italiana all’estero, vários anos. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

¹³⁷ Ibidem. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

¹³⁸ TRENTO, A. Op. Cit. p. 41.

¹³⁹ CINTRA, R. A. Op. Cit. p. 73.

integração do italiano na sociedade brasileira”¹⁴⁰ e também ribeirãopretana. A busca da ascensão econômica por parte dos trabalhadores italianos – e de outras etnias – “facilitava a submissão à disciplina de um trabalho árduo e obsessivo [...]”¹⁴¹

Por família nuclear entende-se aquela formada pelo pai, mãe e filho(s), ou um dos cônjuges e filhos. A não nuclear tinha membros de diferentes graus de parentesco, primos, sobrinhos, cunhados, genros, sogros, entre outros (Tabela 20).

**TABELA 20– FAMÍLIAS ITALIANAS EM RIBEIRÃO PRETO
1890/1900**

Nº de Pessoas por família	Família Nuclear	%	Família não Nuclear	%	Total de famílias	Total de pessoas das famílias
02	187	97,9	04	2,1	191	382
03	190	90,1	21	9,9	211	633
04	162	83,5	32	16,5	194	776
05	127	76,5	39	23,5	166	830
06	91	75,8	29	24,2	120	720
07	68	73,9	24	26,1	92	644
08	30	68,2	14	31,8	44	352
09	18	58,1	13	41,9	31	279
10	09	50,0	09	50,0	18	180
11	-	-	07	100	07	77
12	01	33,3	02	66,7	03	36
13	-	-	03	100	03	39
14	01	50,0	01	50,0	02	28
Total	884	81,7	198	18,3	1082	4.976

Fonte: Livros de Matrículas de Imigrantes – Memorial do Imigrante (São Paulo). n. 19 ao 65. 1890-1900. (Elaboração própria).

Em pesquisa realizada no Memorial do Imigrante, no livro de matrículas (Tabela 20), a maioria das famílias (884) que embarcaram para Ribeirão Preto entre 1890 e 1900 eram nucleares (81,7%), enquanto as não nucleares representavam 18,3% (com 198 famílias).

O número de pessoas nas famílias nucleares variavam entre 02 e 14, todavia a predominância ficou entre 02 (97,9%), 03 (90,1%) e 04 (83,5%) pessoas por unidade familiar. Por outro lado – família não nuclear – o índice não segue a mesma tendência; o número de pessoas por grupo ficou entre 04 (16,5%) e 12 (66,7%).

¹⁴⁰ CINTRA, R. A. Op cit. p. 180.

¹⁴¹ COLBARI, A. Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.17, n. 34, p. 72, 1997.

Para Zuleika M. F. Alvim, os contratos estabelecidos entre os fazendeiros e os imigrantes, futuros colonos, tinham um caráter exclusivo¹⁴²:

Os contratos estabelecidos na lavoura cafeeira, assim como o caráter familiar que os caracterizou, nasceram de uma imposição da facção do Oeste Paulista e praticamente representavam a única opção para o imigrante ao chegar em São Paulo. [...] Nesse sentido, não é estranho que esses primeiros grupos, ao emigrarem, desfazendo-se de todos os seus bens, gravados por impostos sobre terras e pela impossibilidade de concorrerem no mercado, tenham tomado a decisão enquanto família e não apenas como indivíduo.

Outro dado estatístico vital para a compreensão da inserção italiana – e sua prevalência – no cotidiano econômico e social de Ribeirão Preto é demonstrado pelo número de nascimento ocorrido e pelas etnias respectivas dos pais, entre 1893 e 1910 (Tabela 21).

**TABELA 21 – NASCIMENTOS EM RIBEIRÃO PRETO
POR NACIONALIDADE – 1893-1910**

Ano	Nascimentos	Italianos		Brasileiros		Portugueses		Outras Etnias	
		Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
1893-1898	10.460	5.468	5.828	2.708	2.921	851	781	1.088	906
1899-1904	11.704	7.079	7.198	2.267	2.497	1.116	949	1.033	905
1905-1910	11.359	6.446	6.537	2.658	2.814	1.053	824	1.067	1.089
Total	33.523	18.993	19.563	7.633	8.232	3.020	2.554	3.188	2.900

Fonte: Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Volumes de 1892 a 1910. (Elaboração própria).

No período analisado, encontramos em um total de 66.083 pais e mães, 38.556 de origem italiana, o que representava 58,34%; 15.865 brasileiros, com 24%; 5.574 portugueses, com 8,43% e 6.088 formados por outras etnias, com 9,21% de participação do número total de progenitores (Tabela 21).

Para que possamos entender e comparar esse contexto imigratório com outro município pertencente também à região da Alta Mogiana, verifiquemos o exemplo de Batatais no ano de 1896.

¹⁴² ALVIM, Z. M. F. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 75.

TABELA 22 – POPULAÇÃO DE BATATAIS POR ETNIA – 1896

NACIONALIDADE	TOTAL	%
Brasileiros	9.704	56,5
Italiana	6.081	35,4
Austríaca	551	3,2
Espanhola	444	2,6
Portuguesa	317	1,8
Árabe	31	0,2
Outras	46	0,3
Total	17.174	100

Fonte: Relatório do Intendente Municipal de 1898 apud Squarizi, 2003, p. 47.

O que se identifica de semelhança com a imigração ocorrida no município de Ribeirão Preto, é que a etnia italiana com 6.081 indivíduos representava 35,4% da população batataense de 1896, ou seja, a nacionalidade predominante entre os estrangeiros. Porém, o município de Batatais teve uma característica que lhe foi peculiar, com a maioria de sua população formada por brasileiros (56,5%), diferenciando-se de Ribeirão Preto, que no período aproximado tinha uma participação da população nacional com 37,27% contra 52,4% compreendida por italianos¹⁴³ (Tabela 22).

Inicialmente, a forma de contrato entre o fazendeiro e o imigrante funcionava da seguinte maneira:

[...] o imigrante e sua família recebia uma quantia fixa por mil pés de café cuidados e, outra variável, relativa ao alqueire de café colhido. O fazendeiro se responsabilizava pelos gastos do trabalhador durante seu primeiro ano da fazenda e cedia um pedaço de terra para o cultivo de produtos de subsistência. No caso de fazendas em expansão, era permitido ao trabalhador o usufruto das terras intercafeieiras. Era permitido também, a criação de alguns animais como galinhas, porcos e, conforme a fazenda, vacas e cavalos. A venda do excedente de suas roças e da sua criação complementava o ganho do colono [...].¹⁴⁴

O colonato – modelo de contrato que surgiu a partir de 1880 – era um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida caracterizado por pagamento fixo pelo tratamento do cafezal; pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos para sustento próprio e comercialização do excedente.¹⁴⁵

¹⁴³ Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

¹⁴⁴ MORAES, M. L. de P. M. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt**: origem, formação e desintegração (1890-1924). São Paulo: USP/FFLCH, 1980. (Dissertação de Mestrado em História. Área História Social), p. 42.

¹⁴⁵ BACELLAR, C. de A. P; BRIOSCHI, L. R. (orgs.). Op cit.



FOTO 10 – Elaboração própria, italianos nos corredores dos Cafezais, Fazenda Guatapar (1902).
Acervo: Memorial do Imigrante.



FOTO 11 – Elaboração própria, italianos nos corredores dos Cafezais, Fazenda Guatapar (1902).
Acervo: Memorial do Imigrante.

O imigrante italiano esteve presente desde o início do colonato, diferente dos espanhóis, por exemplo; considerada uma imigração tardia. Para Dias¹⁴⁶:

No ápice da imigração espanhola, o colonato já havia se modificado pela pressão do próprio imigrante italiano, cuja principal modificação da relação de trabalho foi a ampliação do pagamento em dinheiro e esse pagamento empobrecia ainda mais o imigrante. [...] A possibilidade de um imigrante espanhol tornar-se proprietário era mínima, haja vista as condições que os imigrantes encontraram no país, justamente o período da primeira crise do café. A imigração espanhola não era diversificada como a imigração italiana, por isso não se tem notícia de grandes capitalistas espanhóis em São Paulo na época. Desse modo, os contratos de trabalho estabelecidos em um período anterior ao da chegada dos espanhóis teriam sido mais vantajosos.

¹⁴⁶ DIAS, V. M. **Inserção às avessas**: a imigração espanhola em Franca-SP (1900-1955). UNESP/FHDSS. Franca, 2010. (Dissertação de mestrado em Hstria), p.108.

A contratação por imigrantes com sua respectiva família, foi a mais praticada pelos cafeicultores paulistas; tal fato ocorreu porque ao contratá-la representaria não só um maior número de mão-de-obra no campo, mas também uma maneira do grupo familiar esquecer suas raízes culturais. Eram considerados unidades familiares¹⁴⁷:

[...] casais com menos de 45 anos de idade sem filhos; casais com filhos ou pupilos, com pelo menos um homem em idade ativa por família. Viúvo ou viúva, com filhos ou enteados, tendo um homem válido. [...] Membros dependentes da família [...] como pais, irmãos solteiros, e cunhados e sobrinhos órfãos do chefe da família. [...] Os indivíduos solteiros maiores de 15 anos e menores de 45 anos, quando provarem terem sido chamados por seus parentes já estabelecidos na lavoura [...].

O trabalho nos cafezais seguia uma rotina¹⁴⁸ que começava com o desmatamento – derrubada e queimada – e a formação do cafezal. Nos primeiros três anos do contrato, as atividades desenvolvidas pelos colonos eram: em setembro semeava-se café, milho e feijão; outubro efetuava-se os reparos nas fazendas; novembro tratos dos café¹⁴⁹ e dos cereais; dezembro tratos do café e do milho, colheita da primeira planta de feijão; janeiro tratos do café e do milho, limpeza e preparo da terra para receber a segunda planta de feijão; fevereiro tratos do café e do milho, semear o segundo feijão; março tratos do café e dos cereais; abril tratos do café; maio colheita do milho e do segundo feijão; junho tratos do café; julho e agosto, preparo do terreno para receber milho e feijão.¹⁵⁰ No quarto ano começava o processo de colheita do café nos meses de maio, junho, julho e agosto.

Candido¹⁵¹ dissertou sobre o trabalho do caipira – sitiante – em contraponto com o do colono e o manejo da terra seguia as suas especificidades.

O trabalho da terra começa com o seu preparo para receber semente, variando conforme o relevo e a vegetação. [...] a semeadura é feita em períodos variáveis, conforme o número de pessoas [...] em todo o ciclo, usam-se sucessivamente machado e (ou) foice, arado, cavadeira, enxada.

Enquanto o colono seguia um calendário anual permanente com as respectivas responsabilidades mês a mês, o caipira se baseava pelo ritmo do dia, entre o esforço e o repouso.

¹⁴⁷ HOLLOWAY, T. H. Op. Cit. p. 79.

¹⁴⁸ Devemos salientar que existiram vários tipos de contratos, alguns por escritos e outros somente verbais, e que, portanto, as especificidades também fizeram parte do cotidiano econômico do colono italiano.

¹⁴⁹ A função destinava-se em extrair ervas daninhas, substituir as plantas que morriam, revolver a terra periodicamente, carpir o mato que crescesse ao redor das plantações, entre outros.

¹⁵⁰ ALVIM, Z. M. F. Op. Cit. p. 79-80.

¹⁵¹ CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. p. 119.

Para o colono ou o assalariado, o mês é unidade fundamental, que regula o recebimento do dinheiro, mas não para o caipira, cujas contas se fecham ao cabo do ano agrícola [...] o ritmo de sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso. [...] A vida do caipira é fechada sobre si mesma [...] A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-o à resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas. Daí a história quase imóvel do homem nas suas relações com o meio circundante; história que custa a fluir e transformar-se, feita muitas vezes de retornos insistentes [...].¹⁵²

O ano agrícola era a grande e decisiva unidade de tempo, que definia a orientação da vida caipira, no qual se obedecia ao ciclo vegetativo e ao ajuste da planta às condições meteorológicas. De maneira similar ao cultivo exercido pelo colono, para o caipira, o ano começava em agosto, com o início da preparação da terra e terminava com a colheita nos meses de junho e julho.¹⁵³ As tarefas de cooperação a serem cumpridas eram modalidades de *trabalho associado e encadeado*, que ocorria quando vários trabalhadores se reuniam para realizar uma mesmo tipo de serviço em um mesmo ritmo; e o *trabalho dividido*, que era por especialidade. No caso do colono italiano, essas formas de trabalho também coexistiram, o que fez prevalecer a preferência dos cafeicultores pela vinda de toda a família italiana.

As colônias eram os espaços destinados a esse trabalhador que continham o local de trabalho, de moradia¹⁵⁴, de sociabilidade – capelas, armazéns – e com isso, otimizavam o tempo e o lucro dos cafeicultores nesse processo.

Em uma visita realizada pelo jornalista italiano Mario Bellinazzo ao município de Ribeirão Preto e ao jornal *A cidade*, evidenciou-se a “boa” estrutura por ele encontrada aqui para receber os imigrantes se comparado com a Argentina, o que contrasta com o gráfico I “*Emigração Italiana para a América 1903-1920*”.¹⁵⁵

SITUAÇÃO DOS COLONOS

Visitou-nos o sr. Mario Bellinazzo, ex-redactor da “La Tribuna Italiana” que em excursão pelas fazendas deste Estado observa as condições de estadia dos colonos italianos, para escrever as suas impressões.

O sr. Bellinazzo, disse-nos que, de volta da Argentina onde esteve também observando as condições economicas da colonia italiana, naquelle Paiz,

¹⁵² CANDIDO, A. Op. Cit. p. 123.

¹⁵³ CANDIDO, A. Idem. p. 124.

¹⁵⁴ Idem, p. 148. “A localização das colônias [...] visando colocá-las em pontos estratégicos tanto para a rotina do trabalho quanto para a vigilância. As casas eram construídas em linha, dispendo de um quintal e próximas de algum curso d’água”.

¹⁵⁵ Ver página 21.

teve ocasião de verificar que a situação das famílias italianas estabelecidas na lavoura argentina são muito pouco lisonjeiras.

Em S. Paulo, entretanto, acrescentou o sr. Bellinazzo, os italianos estão prósperos satisfeitos, incontestavelmente, concluiu nosso visitante, o Brasil possui melhores meios para collocation de braços italianos, e necessita faser propaganda dos seus recursos como fez a Argentina.

Gratos pela visita. (Jornal A Cidade, ano V, Domingo, 17/01/1909, n. 1249, p.1).

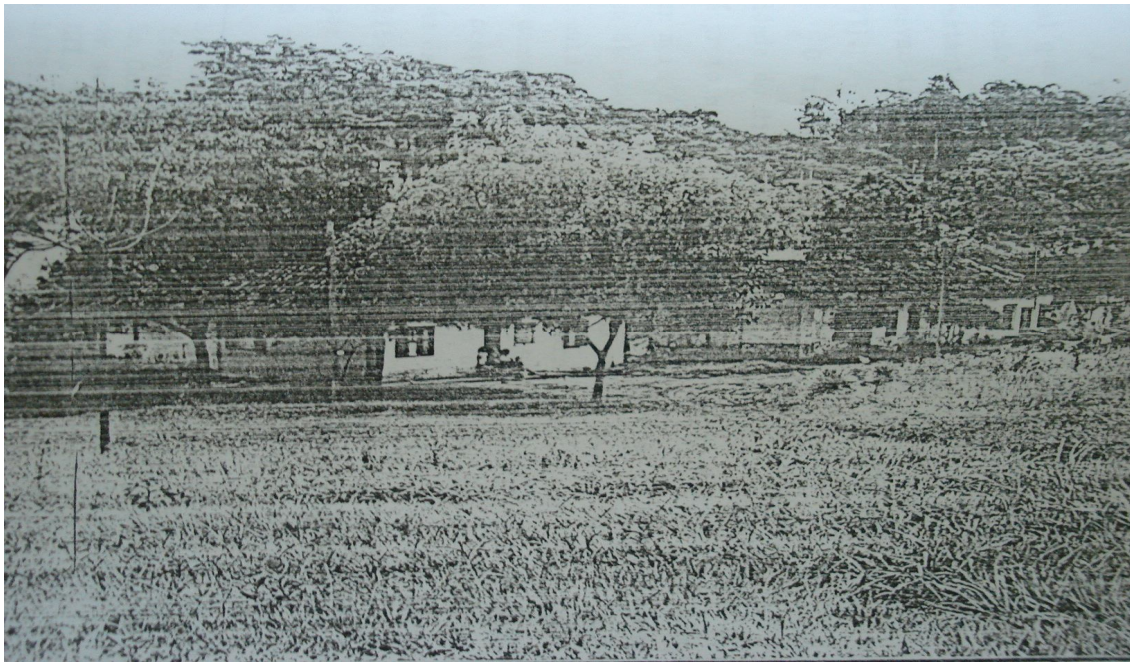


FOTO 12 – Casas de uma das colônias da Fazenda Monte Alegre (1910). Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Acervo fotográfico, s/n.



FOTO 13 - Exemplo da casa de um colono.

Memorial do Imigrante. Ao adquirir terras na colônia ou nos núcleos coloniais, o imigrante construía uma casa provisória como esta. (Elaboração própria).



FOTO 14 - Exemplo da casa de um colono.
Memorial do Imigrante. (Elaboração própria).



FOTO 15 - Exemplo da casa de um colono.
Memorial do Imigrante. (Elaboração própria).



FOTO 16 - Exemplo da casa de um colono.
Memorial do Imigrante. (Elaboração própria).

Porém, nem todas as formas de relação empregatícia seguiram a regra oficial proposta pelo Estado e cafeicultores. No caso particular do estado de São Paulo, os cafeicultores perceberam que era difícil atrair trabalhadores da Europa sem o pagamento de salários em

dinheiro. Posteriormente perceberam a vantagem de tal pagamento, sendo que o trabalhador ficava dependente economicamente durante todo o período do plantio da rubiácea – trato do solo, plantação, colheita e limpeza – tempo estimado de quatro anos.¹⁵⁶

Em pesquisa realizada ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, identificamos no jornal *A Cidade*, essa dependência vivida pelo imigrante italiano nos cafezais da região ribeirãopretana.

ATTRIBULAÇÕES DE UM COLONO

[...] Veiu hoje á nossa redacção o italiano Nicola Princi que nos relatou um caso grave, para o qual chamamos a atenção das autoridades competentes. Aquelle subdito italiano foi durante muito tempo colono da fazenda do coronel Antonio Penteado, em Sertãozinho, passando-se depois para a fazenda Brasil, de propriedade do sr. João de Farias, advogado e deputado federal por este Estado.

Tendo conseguido algumas economias, pretendia Princi repatriar-se, desistindo, porém do intento devido as difficuldades de navegação, mas decidindo-se no entanto de procurar em centro maior, onde pudesse viver mais commodamente.

Para isso dirigiu-se ao patrão pedindo liquidar suas contas a fim de deixar a fazenda.

O proprietario que até então se tinha recusado a entregar-lhe a caderneta, conforme uso na fazenda, não quiz também satisfazer o pagamento, na importancia de 660\$, travando-se por isso de razões com o colono.

Princi abandonou a discussão, dirigindo-se para sua casa, onde conversava com sua mulher sobre o ocorrido, quando bateram á porta dois negros, camaradas da fazenda, os quaes entraram pondo-se todos a conversar e a fumar muito despreocupados.

Inopinadamente, foi o pobre trabalhador agarrado pelos negros e amarrado, tentando ainda os bandidos esfaquea-lo, o que não conseguiram devido á reacção que encontraram por parte de Princi, que ficou ferido, entretanto, no braço direito.

Transportado depois até Sertãozinho, alli os mandatários do fazendeiro o deixaram, na via publica, às 8 e meia da manhã do dia seguinte, tendo antes o cuidado de espanca-lo brutalmente.

Nicola Prici deu então por falta de 11 contos em bilhetes do banco e 77 libras esterlinas, além de outros objetos que tinha no bolso.

Procurou depois o agente consular em Sertãozinho, que, com outros patrícios, constatou a inteira veracidade do facto, communicando o immediatamente ao vice-consul de Ribeirão Preto, o qual seguiu para alli iniciando uma severa syndicancia a respeito.

Seria bom que a policia também tome conta do caso, procedendo ás necessarias providencias para castigo dos culpados. (Jornal *A Cidade*, ano XIII, 5ª feira, 05/07/1917, n. 4021, p.1).

Para compreendermos a relação desses trabalhadores com seus empregadores, se faz necessário a implicação política nesse contexto. Além de fazendeiros, pecuaristas, eram

¹⁵⁶ FALEIROS, R. N. Op. Cit.

também vereadores, deputados, e por isso, a lei proporcionava certo favorecimento aos cafeicultores paulistas. Mesmo com o fim da escravidão, alguns imigrantes eram tratados de maneira similar.

Excelentíssimo Senhor Barão de Parnahyba.

Constando-me que V. Excia., como digno Presidente desta Província, queixarão alguns colonos de maus tratamentos alimentares e falta de trabalho e incomodando V. Ex. seriamente.

Com isso, por ser na qualidade de administrador do Excelentíssimo Martinho Prado Junior, encarregado dos imigrantes que vão para esta fazenda, apresso-me a levar ao conhecimento de V. Excia. que faltarão a verdade totalmente porque a alimentação tem sido boa e farta e quanto a trabalho também não lhes falta porque não havendo para todos nesta fazenda há bastante na da Guataparã do mesmo meu patrão e na do V. Excelentíssimo Henrique Dumont. Alguns descontentes aparecerão [...] já mal aconselhados por alguns patrícios residentes na Villa de Ribeirão Preto e pessoas mal intencionadas que procurarão perturbar a boa ordem das causas para fins injustificáveis.

Espero V. Excia. não levar a mal estas explicações, filhas do desejo a verdade.

Com toda a consideração,
Fernando de Barros Gurgel (Administrador).
01/07/1887¹⁵⁷

A denúncia nem havia sido feita ainda pelos citados colonos, mas o administrador da fazenda de Martinho Prado Junior, precavido, justificava-se por meio da carta enviada ao Presidente da Província, Antonio de Queirós Teles – o Conde de Parnaíba, idealizador da hospedaria dos imigrantes no Brás e um dos fundadores da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro – sobre as atitudes *injustificáveis* desses trabalhadores¹⁵⁸.

No que tange a respeito da remuneração média do colono no estado de São Paulo, tomemos como exemplo os anos de 1901 (Tabela 23) e 1906 (Tabela 24), respectivamente.

¹⁵⁷ Carta ao Presidente da província de São Paulo. Manuscritos, Imigração, ano 1887, caixa 2, ordem 5529. Arquivo Público e Histórico de São Paulo.

¹⁵⁸ Alguns departamentos foram criados no intuito de proteção ao trabalhador agrícola – 1911 o Departamento Estadual do Trabalho e do Patronato Agrícola em 1912 – para amenizar ao menos, as explorações rotineiras como: atraso ou não pagamento da quantia anual fixada, nos preços abusivos dos armazéns da fazenda, nas multas impostas por vários motivos, inclusive de receber visitas de parentes ou amigos sem a prévia comunicação para o administrador da fazenda. Apud in Artigo: Nicola Marfisi - Imigração e colonização – condições, instalações e vida. Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto.

**TABELA 23 – REMUNERAÇÃO DO COLONO – MÉDIA
ESTADO DE SÃO PAULO – ANO 1901**

Meses	Preços máximos e mínimos Tratamento para 1.000 pés	Preços máximos e mínimos Colheita para 50 litros
Janeiro	100\$000-60\$000	1\$000-\$500
Fevereiro	120\$000-70\$000	\$800-\$500
Março	120\$000-60\$000	\$800-\$500
Abril	120\$000-60\$000	\$800-\$400
Mai	100\$000-70\$000	\$800-\$500
Junho	110\$000-60\$000	\$800-\$400
Julho	110\$000-60\$000	\$800-\$400
Agosto	180\$000-70\$000	\$700-\$400
Setembro	100\$000-60\$000	\$700-\$400
Outubro	100\$000-60\$000	\$800-\$400
Novembro	130\$000-60\$000	1\$000-\$400
Dezembro	100\$000-60\$000	\$800-\$400

Fonte: Relatório de 1921 apresentado ao Dr. Washington Luiz, governador do Estado, pelo Dr. Heitor Teixeira Pentead, Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Diário Oficial de 1921, p. 146.

A remuneração para o colono sofria variações de acordo com os meses respectivos do trato ao plantio cafeeiro, além das possíveis condições econômicas – variação do preço do café no exterior, inflação no mercado interno, entre outros – do período. Atenta-se para a variação no salário em 80% no preço máximo dos meses de janeiro (100\$000) e de agosto (180\$000) no tratamento para 1.000 pés, quanto aos preços máximos para colher, nos meses de janeiro e novembro o trabalhador recebia uma quantia de 1\$000 (colheita para 50 litros) e \$700 nos meses de agosto e setembro com uma variação de aproximadamente 43%. A remuneração mínima se manteve estabilizada, no tratamento entre 60\$000 e 70\$000, e na colheita, entre \$400 e \$500 (Tabela 23).

O salário dividia-se em três partes – soma em dinheiro para as carpas e tratamento, cuja unidade básica era mil pés de café; outra soma em dinheiro pela colheita, cuja unidade básica era um volume de grãos com 50 litros e o lucro obtido com a venda de excedente de cereais plantados.¹⁵⁹

Em 1906, não obtivemos os dados da remuneração média mês a mês, e, portanto, o valor do pagamento para os trabalhadores dos cafezais foi anual. Podemos perceber que houve uma considerável diminuição em seu salário, se comparado com o ano de 1901. Tendo como base 1\$000, a média aproximada nos meses de 1901 em que o colono menos recebia no

¹⁵⁹ ALVIM, Z. M. F. Op. Cit. p. 82.

tratamento de 1.000 pés era de 80\$000 e no mês em que a remuneração atingira o valor máximo, o valor médio era de 125\$000. A média na remuneração do ano de 1906 sofreu um decréscimo de 23% no valor mínimo médio e de 92% no valor máximo médio se comparado com a remuneração de 1901. A remuneração média por 50 litros de café colhido se manteve similar no preço mínimo nos anos comparados, conforme nos mostra a tabela 24.

**TABELA 24 – REMUNERAÇÃO DO COLONO – MÉDIA
ESTADO DE SÃO PAULO – ANO 1906**

Tratamento de cada 1000 cafeeiros (por ano)	65\$000 réis
Carpa de 1000 pés	15\$000 réis
Por 50 litros de café colhido	\$500 réis
Por dia de serviço prestado (sem comida)	2\$000 réis

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. Secretária da Agricultura, 1907, maço 31. (Elaboração própria).

A remuneração poderia sofrer modificações de acordo com o período e a situação econômica vigente em cada fazenda segundo Moraes.¹⁶⁰

A remuneração do trabalho, nas fazendas de café, variou conforme a época, a fazenda, a colheita maior ou mais fraca, a valorização do produto, etc. De maneira geral, na última década do período imperial, quando se fez sentir fortemente a imigração italiana, o colono recebia de 40\$000 a 50\$000 anuais para tratar de mil pés de café e de 300 a 600 réis por alqueire de café colhido.

Sabendo-se que é necessário ter outros parâmetros para analisar a participação do italiano nos cafezais da Alta Mogiana, cabe ressaltar outras formas de sustento para ele e sua família. Dentre as linhas historiográficas que discutem a imigração italiana, temos duas correntes mais difundidas: a primeira que considera as possibilidades de ascensão social do italiano recém chegado, e a segunda, que ressalta a sua miséria e os obstáculos enfrentados¹⁶¹. Mesmo com as dificuldades de o colono italiano ascender economicamente, pois estava preso às dependências da lavoura e dos proprietários rurais¹⁶², Thomas Holloway aponta as formas

¹⁶⁰ MORAES, M. L. de P. M. Op. Cit. p. 55.

¹⁶¹ Michael Hall segue a linha do pensamento negativo, pois demonstra as dificuldades de mobilidade econômica, as más condições de vida e de trabalho dos imigrantes, os baixos salários e o repúdio dos trabalhadores pelo serviço que faziam. HALL, M. **The origins of mass immigration in Brazil, 1887-1914**. (Tese de Doutorado). Columbia University, 1969.

¹⁶² MARTINS, J. de S. Op.. Cit.

viáveis de vida do colono nas fazendas cafeeiras, não negando as dificuldades e a miséria, mas também a possibilidade de mobilidade social, sustentado nas relações de colonato e a disponibilidade de terras – pequenas propriedades - em que parte dos imigrantes conseguiu sua ascensão.¹⁶³

No caso específico do município de Ribeirão Preto encontrou-se a prática de atividades de subsistência, não somente na formação do município, mas também durante o processo migratório, de uma forma dinâmica, o que nos permite levar em consideração que concomitantemente aos cafezais, colonos também utilizavam da terra para sua sobrevivência e também fazer seus negócios. Distantes de serem latifundiários, esses pequenos proprietários contribuíram na diversificação de produtos e serviços no período do ouro verde.

Oliveira investigou a possibilidade de não ser apenas economia de subsistência de base, mas também uma economia dinâmica, o que geraria um excedente ao colono (Tabela 25).

**TABELA 25 – ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA – RIBEIRÃO PRETO
1889-1930**

Tipo	Número	% no total de atividade de subsistência	% no total de negócios rurais (772 fazendas, excluindo-se terras nuas)
Pastos	128	45,4	12,4
Árvores frutíferas	50	17,7	4,8
Criação de porcos	13	4,6	1,3
Roçadas diversas	11	3,9	1,1
Plantação de milho	08	2,8	0,8
Laranjais	05	1,8	0,5
Galinheiro	06	2,1	0,6
Vacas leiteiras	02	0,7	0,2
Diversos	59	20,9	5,7
Total	282	100%	27,2%

Fonte: Escrituras de compra e vendas de imóveis do 1º Cartório de Notas de Ribeirão Preto apud in OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. **Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias**. UNESP/FHDSS. Franca, 2006. (Tese de Doutorado em História).

O que nos chama a atenção na tabela de atividades de subsistência são os vários tipos de ocupações realizadas: pastos, árvores frutíferas, criação de porcos, plantações de milho, roçadas, laranjais, galinheiro, vacas leiteiras, entre outros. E não menos importante; 27,2% das fazendas negociadas no período (1889 – 1930) pertenciam às práticas de subsistência. As propriedades que continham pastos, tinham uma participação na comercialização de 12,4%

¹⁶³ HOLLOWAY, T. Op. Cit.

(sobre as 772 fazendas) e 45,4% do total das fazendas de pastos tinham a prática de atividade de subsistência. As criações de bois e de vacas leiteiras – atividades de subsistência mais comuns encontradas¹⁶⁴ – dessas propriedades visavam o consumo interno. A maioria destas fazendas comercializadas com atividades de subsistência eram pequenas, com no máximo 10 hectares e metade destas continham menos do que 2 hectares, “além de não se caracterizarem como fazendas de grandes cafeicultores, não tendo nem mesmo casas para alojamento de colonos”.¹⁶⁵

Holloway salienta que os fazendeiros do *novo oeste paulista*, em geral, sabiam da necessidade da parte não-monetária da remuneração que os colonos recebiam. Esse tipo de remuneração tornara-se componente da economia praticada naquele período.

[...] temos por prática por parte dos fazendeiros de fornecimento de terras cultiváveis, visando dar aos colonos a possibilidade de plantarem sua própria comida [...] Muitas vezes, estes colonos acabavam por vender o excedente no âmbito urbano, logrando assim uma fonte adicional de renda, esta sim, monetária. [...].¹⁶⁶

E finalizou:

[...] Durante visita a Ribeirão Preto, em 1903, o vice-cônsul da Itália no Brasil declarou que em conversas com colonos italianos no município percebeu que os cereais e animais vendidos no âmbito urbano tão ou mais importante do que a própria renda monetária paga pelos fazendeiros. Esta renda era usada inclusive para comprar outros alimentos não produzidos na fazenda ou mesmo mercadorias como roupas e ferramentas.¹⁶⁷

É singular entre os vários estudos sobre a história de Ribeirão Preto que desde a sua fundação até por volta de 1870, sua economia praticada era a de subsistência de base, passando a agro-exportadora, posteriormente. Todavia, não se pode ignorar a transição ocorrida em fins do século XIX na Alta Mogiana, e com isso, as permanências econômicas que não se *desmancharam* pelo ar.

Para Oliveira¹⁶⁸:

[...] a chegada do café – *na região da Mogiana* – não promoveu somente transformações, mas, acirrou a luta pelas permanências, pelas continuidades. Favoreceu-se o confronto dialético entre a “transformação

¹⁶⁴ OLIVEIRA, J. H. C. de. Ibidem, p 131.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, J. H. C. de. Ibidem, p. 132.

¹⁶⁶ HOLLOWAY, T. Op. Cit. apud in OLIVEIRA, J. H. C. de. p. 128.

¹⁶⁷ OLIVEIRA, J. H. C. de. Ibidem, p.129.

¹⁶⁸ OLIVEIRA, L. L. de. Op. Cit.

progressiva” - em muitos casos destruidora das antigas estruturas - e “a implacável tragédia da permanência histórica” – senhora do “hábito – [ou] melhor, [d]a rotina -, [...] [dos] gestos herdados, acumulados a esmo, repetidos infinitamente, [...] [que] remontam ao mais fundo dos tempos.”¹⁶⁹

Nem mais ou menos importante para o contexto econômico do município de Ribeirão Preto; as atividades de subsistência serviram para demonstrar mais uma forma de relação econômica no cotidiano do colono italiano, assim como também a de abastecimento interno. O café teve sua importância para economia nacional e regional, mas por entre os corredores do cafezais foi possível identificar outras práticas para (sobre) viver.

Na verdade, os fatores tradicionais exercem ação reguladora, não raro envolvendo os outros, combinando-se a eles, integrando-os de certo modo no seu sistema. Assim, para dar expressão mais completa ao que se vem procurando sugerir, podemos dizer que a situação sugerida não é de substituição mecânica dos padrões, mas de redefinição das formas de persistências, por meio do ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social e econômico.¹⁷⁰

Entre os séculos XIX e XX, as permanências do modo de subsistência *conviviam* em meio ao ouro verde de uma maneira mais dinâmica do que na formação de Ribeirão Preto, que teve como consequência um fenômeno complexo que diversificou a base produtiva e que resultou em um excedente econômico para os colonos italianos – e de outras nacionalidades – daquela época. A carta de um imigrante italiano ao amigo e professor da cidade São José do Rio Pardo, descrevia, em boa medida, o seu cotidiano, a *visão* de um estrangeiro que vivia no Brasil, pelos corredores dos cafezais.

São José do Rio Pardo, 11 de março de 1889.

Caro professor

Digo-lhe que partimos dia 27 de janeiro da Casa de Imigração, onde morreu meu avô Sisto, um filho de Antonio Barel e uma menina de Antônio Celotto. Digo-lhe, também, que no dia 26 de janeiro, naquela casa, aconteceu uma revolução: jogaram fora, no quintal, o que estava na cozinha: sopa, carne, pão, tudo pela janela. Fugiram todos os empregados, cozinheiros, patrões. Pisaram em tudo, até nos pratos. Esta revolta atemorizou meio mundo.

Telegrafaram. Vieram guardas, avaliadores, militares da cavalaria, que acalmavam os imigrantes, dando-lhes razão, pedindo-lhes paciência,

¹⁶⁹ BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, apud in OLIVEIRA, L. L. de. *Ibidem*, p.20.

¹⁷⁰ CANDIDO, A. Op. Cit. p. 200.

dizendo-lhes que no dia seguinte seria trocado o cozinheiro e que a comida seria melhor.

Ninguém ficou ferido. Tudo melhorou e comia-se bem.

No dia 26, estourou uma revolução em São Paulo. Os civis brasileiros esperavam reforço da Casa de Imigração, mas quem tinha família não se manifestou para não assustar mulher e filhos. Uma jovem de 17 anos estava fora da casa e viu, na rua, cortarem a cabeça de um cavalo, de um militar. Assustou-se, morrendo cinco horas depois no hospital. Os militares prenderam poucos, levando-os à prisão; então voltou a calma.

Os italianos napolitanos residentes em São Paulo, com negócios, restaurantes, queriam a República, queriam mandar em tudo: gente bruta, blasfema, sem religião.

Os brasileiros são bons: a maior parte é negra; todos vivem muito bem: gente alegre, sem preocupações. Sempre, à noite, fazem festa, com baile, na casa do nosso patrão. Ele também gosta de dançar, de cantar, de estar alegre.

Digo-lhe que aqui, na fazenda, seis famílias estão juntas, distribuídas em duas casas, mas já estão fazendo mais quatro, quase terminadas. O patrão, Giovanni De Toffole (não era o dono, deveria ser o administrador), nos dá tudo o que precisamos. Com ele, formamos uma só família. Ele nos paga dois "francos" por dia, com despesas, chuva, sol, para acondicionar o milho. Aqui no Brasil é preciso colocar o milho com palha no paiol, porque se fosse sem palha não duraria mais que cinco meses. Com palha, ele se mantém durante dois ou três anos.

Aqui tudo é caro; custa para viver. Neste ano a colheita de tudo é abundante. Aqui não é como na Itália: não se sofre a seca; chove toda semana o necessário. A terra é muito fértil, não precisando cultivo. Os bosques são densos, de um tamanho extraordinário.

Os negros que queimam os bosques não arrancam nenhuma árvore, deixando-as, enormes, em pé. Plantam as sementes sem aração e, em cada cova, colocam cinco grãos, e todos brotam, dando uma ou duas espigas em cada pé.

Aqui, agora, estamos carpindo café. Ganha-se pouco porque o mato, no meio do cafezal, tem a altura de um homem, mas se ganha 25 mil florins por mil plantas.

Se o senhor pudesse ver a maravilha que é uma colina de café! Os grãos iguais que caem do pé parecem avelãs.

Todas as plantações são alinhadas, tendo estradas entre elas, que podem passar carros. Tem laranja, limão e outras frutas. Tem fumo para fumar.

A planta do café tem folhas como as de louro. (...).

Maravilhoso é ver que nos bosques não há animais selvagens, porque não há cavernas; todas as colinas são lisas, belíssimas.

Nós temos todo o conforto: lenha infinita, abundância de água, uma roda que toca um pequeno moinho que passa no terreiro: água boa, patrões bons.

As casas são de madeira, mas muito bem feitas, com quatro quartos, cozinha e forno. Elas são baixas, cobertas de telhas de barro vermelho. Aqui na América todo barro é vermelho.

Todo sábado se mata um porco com mais de cem quilos. A carne é distribuída aos colonos, como, também, a gordura para o tempero. A carne é barata: custa 80 centésimos o quilo, e pernas, cabeça, fígado nada custam.

Digo-lhe que na América as estradas são péssimas. Não se pode imaginar! Tanto assim que para puxar um carro de duas rodas, com peso de mil libras, são necessários quatorze enormes bois. Se houvesse boa vontade custaria pouco consertá-las. As estradas de ferro são estreitas e entram no meio dos bosques. Os trens vão como o vento: correm muito mais que os da Itália. Eu

saí de São Paulo às seis da manhã e cheguei às quatro da tarde em São José do Rio Pardo, distância que calculo seja de Conegliano a Gênova.

Muitos imigrantes se arrependeram ao encontrarem-se tão longe da terra natal. Muitos que tinham três filhos ficaram sem nenhum. As mães desesperadas amaldiçoaram a "Merica" e procuraram retornar à Itália, por meio da emigração. Outros tantos não tiveram sorte com as famílias, vendendo-se no meio do desolamento. Muitos morreram de paixão. É preciso pensar seriamente antes de empreender a longa viagem, porque facilmente se arruína. Não aconselho ninguém a partir quando não se é chamado por parentes.

Aqui a religiosidade é pouca. Nós estamos longe da igreja da cidade, como de Feletto a Conegliano. Dois ou três de nós vamos às festas, quando o tempo ajuda. Se chove, ninguém vai.

Em São José há um só padre e uma só missa. Depois da missa, a igreja se fecha e ninguém pode mais entrar. Quando o padre vai a algum lugar vizinho, ganhando 50 florins, ele deixa a cidade sem missa, mesmo em dia de festa. Quando morre alguém, precisa-se levá-lo à igreja, pagando-se pela bênção 10 florins. Para limpar um relógio, Luís pagou 10 liras italianas; para fazer um terno, 30; e para arrancar três dentes, 30. Tudo muito caro! [...].

Seu amigo
Manzoni Giuseppe.¹⁷¹

¹⁷¹ ACERVO MEMORIAL DO IMIGRANTE. Carta de um imigrante italiano, 1889.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração italiana se caracterizou pela relevância que teve no processo histórico econômico e social no município de Ribeirão Preto, no final do século XIX e início do século XX. Com situações adversas, famílias deixavam seu lugar de origem em busca de possibilidades econômicas que lhe fornecessem condições de melhoria e um acúmulo de excedente.

Para o propósito do trabalho, tornou-se necessário identificar o imigrante italiano: sua raiz cultural – província italiana – e a situação econômica da Itália, sua viagem até o Brasil, a chegada na hospedaria do Brás e o encaminhamento por trem para as fazendas do interior paulista. No que tange o município de Ribeirão Preto, um perfil demográfico possibilitou identificar quais eram as famílias italianas nucleares ou não nucleares, os nascimentos por nacionalidade ocorridos no período estudado e os dados populacionais por etnia.

Os imigrantes italianos por serem oriundos de diversas províncias da península itálica tinham diferenças culturais, sociais e econômicas, nos quais se denominavam por vênnetos, toscanos, sicilianos, entre outros, e o que os uniam em terras brasileiras era o trabalho no campo e na cidade. A canção *Merica – Merica*¹⁷² retrata essa característica:

Da Itália nós começamos
Nós começamos com a nossa honra.
Da Itália nos partimos
Partimos com nossa honra
Trinta e seis dias de maquina e vapor,
e na América chegamos.

América, América, América,
o que será esta América?
América, América, América,
um belo ramalhete de flores.

E na América chegamos
não encontramos nem palha e nem feno
Temos dormido no terreno nu,
como os animais descansamos.

América, América, América,
o que será esta América?

¹⁷² GIUSTI, A. **Canto popular dos emigrados vênnetos**, 1875. Disponível em: <<http://italiasempre.com/verpor/merica-merica2.htm>>. Acesso em 10 Out. 2010.

América, América, América,
um belo ramalhete de flores.

E a América é longa e larga,
è rodeada por montes e planícies,
e com a indústria dos nossos italianos
formamos países e cidades.

América, América, América,
o que será esta América?
América, América, América,
um belo ramalhete de flores.

América, América, América,
o que será esta América?
América, América, América,
um belo ramalhete de flores.

Estudar o cotidiano econômico permite ilustrar a vida de um trabalhador do campo, o colono italiano, que além das obrigações atribuídas a ele e suas práticas econômicas vinculadas à subsistência da sua família. Além disso, levantar a remuneração (1901 e 1906) média dos colonos possibilitou compreender as variações salariais que acompanhavam as produções cafeeiras e a situação econômica do período.

Algumas fontes possibilitaram compreender a inserção do imigrante italiano na economia do Estado de São Paulo e mais especificamente, no município de Ribeirão Preto como proprietário de pequenas lavouras. Por exemplo, o número de propriedade agrícolas no Estado de São Paulo em 1906 e 1907, que demonstrou a maioria de italianos como sendo seus respectivos proprietários.

Em 1892, o Núcleo Colonial Senador Antonio Prado viabilizou também, em certa medida, que um colono, a maioria italiano (52,5%), adquirisse lotes de terra para o cultivo de diversos produtos agrícolas. O município de Ribeirão Preto passou a ter comumente em seu cotidiano, a prática de abastecimento interno, ainda mais com a ferrovia da Mogiana que tinha também a responsabilidade de transportar os produtos para várias regiões do Estado de São Paulo

Além dos títulos de propriedade e dos levantamentos estatísticos agrícolas do período pesquisado, encontramos fontes que demonstravam outro viés acerca desse assunto, os relatos de alguns colonos italianos em jornais e cartas da época que retratavam o que percebiam sobre

o local em que trabalhavam e suas respectivas situações econômicas: dependência financeira com os armazéns das fazendas cafeeiras, contratos que não haviam sido cumpridos, descrições da vida rural com alguns detalhes de como trabalhavam a terra e a colheita de alguns produtos, como o café, o feijão e o milho.

As atividades de subsistência exemplificavam o dia a dia do italiano no campo mostravam um processo dinâmico e complexo com acúmulo de excedentes econômicos.

O cotidiano dos italianos é uma especificidade dentro do recorte da pesquisa, uma história local que se compromete com a apreensão do *tempo dos lugares*¹⁷³, e não tão comuns generalizações, com um tempo uniforme, comum a todos os espaços.¹⁷⁴

Vários são os trabalhos – conforme citados no decorrer dos capítulos – que demonstram a importância do cultivo cafeeiro para a Alta Mogiana e é singular a opinião de que o café trouxe progresso, desenvolvimento e destaque para essa região. A pesquisa voltada para as práticas de abastecimento interno e de subsistência com excedente proporciona outro viés sobre o assunto, afinal, “[...] a história do abastecimento, no caso brasileiro, é, sobretudo a história escondida por trás dos pólos dominantes da produção e da sociedade”.¹⁷⁵

Distante de uma conclusão sobre o cotidiano econômico do italiano no município de Ribeirão Preto, o trabalho referido pretende dialogar com as demais pesquisas e apontar outros caminhos sobre a história econômica da Alta Mogiana.

¹⁷³ BRAUDEL, F. **Civilização material, Economia e Capitalismo, século XV-XVIII**: O Tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3.

¹⁷⁴ LE GOFF, J. A História do Quotidiano. In: DUBY, G. et. al. **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, 1986, p. 73-82.

¹⁷⁵ LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA, F. C. **Terra prometida**; uma história da questão agrária do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FONTES

1. Acervos Públicos:

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto:

Almanach ilustrado de Ribeirão Preto (1913/1914): produções agrícolas, dados demográficos, proprietários rurais, produtores de café, indústria, arquitetura, comércio, cana de açúcar, entre outros.

Anuário comercial (1904).

Artigo: Nicola Marfisi - Imigração e colonização – condições, instalações e vida.

50º da imigração italiana (1937): dados sobre São Paulo e Ribeirão Preto.

Decretos: da entrada de estrangeiros no Brasil.

Entrada de imigrantes no estado de SP: 1827/1921.

Estatística industrial do estado de São Paulo (1928/1930): por cidade, tipo, capital, proprietário, nome da empresa, nº funcionário e produto.

Notícias: Jornal A Cidade, Revista Exame, Diário da Manhã, ano XVII, jan/jun 1914.

Pequenas propriedades pós 1ª guerra mundial: gêneros de subsistência (AESP).

População 1902: nacional x estrangeiro (italiano), entradas e saídas de imigrantes (SP) de 1902/1908.

População 1912 (Ribeirão Preto): nacionais x italianos.

Título de propriedade: núcleo colonial, requerente (quantidade, ano, processo, etnia), decreto lei, planta, regulamentos do núcleo.

Arquivo Público do Estado de São Paulo:

Agência oficial de imigração – Santos (1882/1894).

Contratos (1897).

Divisão de pesquisas e atividades técnicas – seção de estudos e pesquisas (Ministério da Justiça/Arquivo Nacional). **Engenheiros Centrais**. Catálogo de documentos (1881-1906). Rio de Janeiro, 1979.

Documento requerente (imigrante) do estado de São Paulo (1899).

Fotos da época.

Livro tombo (Núcleo Antonio Prado – Rib. Preto).

Manuscritos (1877): carta do administrador de Martinho Prado (Guatapará/Ribeirão Preto) ao presidente da província de SP “Conde de Parnaíba”.

Manuscritos (1888/1889).

Notícias (jornal): A Província de São Paulo, Correio Paulistano, A Tribuna, Fanfulla, Avanti. Assuntos: estatística de café (1883/1887), exportadores, doenças, influência cultural italiana, movimento exportação, direitos aos imigrantes – legislação: garantia de salários.

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. **Estudo sobre a indústria açucareira no Estado de São Paulo**. 1903.

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. **Estudo sobre a indústria açucareira no Estado de São Paulo**. 1905.

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. **A lavoura da cana e a indústria açucareira dos Estados Paulista e Fluminense**. 1912.

Secretaria da Agricultura (1922/1932): propriedades agrícolas (área, alqueires, cidades).

Memorial do Imigrante:

Hospedaria dos imigrantes (1896).

Matrícula dos imigrantes (1888).

2. Acervo particular: cartas.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

ALVIM, Z. M. F. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Edição comemorativa da edilidade ribeirãoopretana 1º centenário 1874/1974.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Referência – Elaboração: **NBR 6023**. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL RIBEIRÃO PRETO 1904-2004. **Um espelho de 100 anos**. Ribeirão Preto/SP: Gráfica São Francisco, 2004.

BACELLAR, C. de A. P; BRIOSCHI, L. R. (orgs.) **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BASSANEZI, M. S. C. B. **Família e força de trabalho no colonato**: subsídios para a compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. Campinas: UNICAMP. Núcleo de Estudos de População, 1986. (Texto NEPO, 8).

BEIGUELMAN, P. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A formação do complexo povo cafeeiro**. São Paulo: Pioneira, 1977.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIAGI, L. L. **A família Biagi**: os primeiros cem anos. 1888 – 1988. Ribeirão Preto: Laaserprint Editorial, 1988.

BIGAZZI, A. R. C. **Italianos**: história e memória de uma comunidade. São Paulo: Nacional, 2006. (Lazuli Imigrantes no Brasil).

BLOCH, M. **Introdução à história**. 6. ed. Portugal: Publicações Europa-América. s/d. (Coleção Saber, 59).

BRAUDEL. F. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII**: as estruturas do cotidiano – o possível e impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995.v.1.

_____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos: XV-XVIII**: Os jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996.v.2.

_____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII: O Tempo do mundo.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.v.3.

_____. **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAMARGO, J. F. de. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos.** Ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. Bol. Fac. Fil. Ciênc. Letras Univ. S.Paulo. São Paulo: n. 153, 1952.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** 2.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CASALECCHI, J. E. **A proclamação da república.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CENNI, F. **Italianos no Brasil.** 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto.** Ribeirão Preto/SP: Legis Summa, 1992.v. 1, 2 e 4.

COLBARI, A. **Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira.** **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.17, n. 34, 1997.

COSTA, D. I. P. da. **Crescimento econômico em uma economia de abastecimento interno: Araraquara, São Paulo, século XIX.** Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

COSTA, E.V. **Da escravidão ao trabalho livre in: Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 7. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

DARREL, E. L. **A família Prado.** Lisboa: Cultura 70, 1977.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo.** 3. ed. São Paulo: Difel, s/d.

DI GIANNI, T. P. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior.** Franca: FHDSS/UNESP, Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 01).

DURHAN, E. R. **Assimilação e Mobilidade: a história do imigrante italiano num município paulista.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (USP), 1966.

FAUSTO, B. **Historiografia da imigração para São Paulo.** São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1991.

_____. **O Brasil Republicano 2: sociedade e instituições (1889 – 1930).** São Paulo: Editora Difel, 1985.

FEBVRE, L. **Viver a história.** In: _____. **Combates pela história.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERLINI, V. L. A. **A civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FREITAS, S. M. de. **E chegam os imigrantes...**(o café e a imigração em São Paulo). 2.ed. São Paulo: Chevalier, 1999.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 25.ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GOMES, Â. de C. (org.). **Histórias de família: entre a Itália e o Brasil: depoimentos.** Niterói/RJ: Muiraquitã, 1999.

GRIEG, M. D. **Café: histórico, negócios e elite.** São Paulo: Olho D'água, 2000.

HALL, M. M. ; STOLCKE, V. **Introdução ao trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo (1850 – 1890).** Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 6, setembro de 1983.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

HOBSBAWM, E. **A era do capital: 1845 – 1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, A. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HUTTER, L. M. **Imigração italiana em São Paulo (1880 - 1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil.** São Paulo: IEB/USP, 1972.

_____ **Imigração Italiana em São Paulo de 1902 a 1914: o processo imigratório.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (USP) / CESP, 1986.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAGES, J. A. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX.** Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LAPA, J. R. A. **A economia cafeeira.** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História).

LE GOFF, J. A História do Quotidiano. In: DUBY, G. et. al. **História e Nova História.** Lisboa: Teorema, 1986, p. 73-82.

LEVI, G. *Sobre a micro-história.* In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p.136-161.

LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA, F. C. **Terra prometida; uma história da questão agrária do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- MARCHESI, I. P. **História de um imigrante**. Ribeirão Preto/SP: Ed. Colégio, 1987.
- MARCOVICH, J. **Pioneiros e Empreendedores**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MARTINS, A. L. **Império do café: a grande lavoura no Brasil 1850 -1890**. São Paulo: Atual, 1990.
- MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.4.
- MOMBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec / Polis, 1984.
- MONTEIRO, R. C. M. **Criadores, Cafeicultores, Terra e Mão de Obra: Araraquara e São Carlos na era da Transição, 1830-1888**. Araraquara: FCL/UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, L. L. de. **Economia e História em Franca: século XIX**. Franca,SP: UNESP/FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 7).
- _____. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PETRONE, M. T. S. **A Lavoura Canavieira em São Paulo**. Expansão e Declínio: 1765-1851. São Paulo: DIFEL, 1968.
- _____. **O imigrante e a pequena propriedade: 1824-1930**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Tudo é História, 38).
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- REIS, J. C. **AS identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REVEL, J.(org.) Micro análise e construção social.In: _____. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAES, F. A. M. **As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTO, B. R. E. **Caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SÃO PAULO (Estado) – Secretária de Estado da Cultura – Memorial do Imigrante: **Imigração Italiana no Estado de São Paulo.** 4.ed. 2007.

São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura. **Imigração italiana:** Brasil-Itália; a presença italiana no Brasil. São Paulo: Consulado Geral da Itália. Instituto Italiano de Cultura, 1995.

SILVA, A. C. B. da. **Campos Elíseos e Ipiranga:** Memórias do Antigo Barracão. Ed. COC: Ribeirão Preto/SP, s/ data.

SILVA, F. C. T.; LINHARES, M. Y. L. **Região e História Agrária.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995.

SILVEIRA, U. **Igreja e conflito agrário:** a comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca: UNESP, 1998. (Estudos 2).

SOARES, A. R. **Um século de economia açucareira:** evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970. São Paulo: Clíper Editora, 2000.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

TOSI P. G.; FALEIROS, R. N. Nas Fronteiras do Capitalismo: a Mogiana e os (des) caminhos da expansão ferroviária. **Locus: Revista de História.** Juiz de Fora, v. 6, n.2, 2000.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico:** um século da imigração italiana no Brasil. Trad. Maria Rosaria Fabris e Luiz Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989.

VAINFAS, R. **Os protagonistas anônimos da história:** micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VANGELISTA, C. **Os braços da lavoura:** imigrantes e caipiras na formação mo mercado de trabalho paulista (1850 – 1930). Trad. Thei de Almeida Viana Bertorello. São Paulo: Hucitec, 1991.

WALKER, T; BARBOSA, A. S. **Dos coronéis à metrópole:** fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WITTER, J. S. **A revolta dos parceiros.** São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tudo é História,110).

Monografia, Dissertação e Tese:

CALSANI, R. de A. **Entre o café e o açúcar:** a experiência de vida do homem do campo na região de Ribeirão Preto (1940-1970). Graduação em História – Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso).

CINTRA, R. A. **Italianos em Ribeirão Preto:** vinda e vida de imigrante (1890-1900). UNESP/FHDSS. Franca, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

DIAS, V. M. **Inserção às avessas:** a imigração espanhola em Franca-SP (1900-1955). UNESP/FHDSS. Franca, 2010. (Dissertação de Mestrado em História).

FALEIROS, R. N. **Fronteiras do café:** fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937). Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2007. (Tese de Doutorado em Economia Aplicada).

FURLANETTO, P. G. **O associativismo como estratégia de inserção social:** as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895/1920). USP/FFLCH. São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado em História).

GARCIA, M. A. M. **Trabalho e resistência:** os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890 – 1920). UNESP/FHDSS. Franca, 1993. (Dissertação de mestrado em História).

GONÇALVES, P. C. **Mercadores de Braços:** riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. USP/FFLCH. São Paulo, 2008. (Tese de doutorado em História).

HALL, M. **The origins of mass immigration in Brazil, 1887-1914.** Columbia University, 1969. (Tese de Doutorado).

MELO, J. E. V. de. **O Açúcar no Café.** Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). USP/FFLCH. São Paulo, 2010. (Tese de Doutorado em História).

MELO, V. G. **A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico social do município de São Carlos.** UNESP/FFCL. Marília, 1975. (Tese de Doutorado em Sociologia).

MELLO, R. C. de. **Um “coronel de saias” no interior paulista:** a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920). UNESP/FHDSS. Franca, 2009. (Dissertação de mestrado em História).

MIOTO, D. E. de A. **Memórias de imigrantes italianos na estrada do café.** UNESP/FHDSS. Franca, 1998. (Monografia - TCC em História).

MORAES, M. L. de P. M. **Companhia Agrícola Francisco Schmidt:** origem, formação e desintegração (1890-1924). São Paulo: USP/FFLCH , 1980. (Dissertação de Mestrado em História. Área História Social).

OLIVEIRA, J. H. C. de. **Ribeirão Preto na República Velha:** economia e riqueza através das transações imobiliárias. UNESP/FHDSS. Franca, 2006. (Tese de Doutorado em História).

PACANO, F. A. **Piracicaba e seu Engenho Central: às portas do século XX**. Araraquara, 2000. (Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP).

PERINELLI NETO, H. **Nos quintais do Brasil: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade – Barretos (1854-1931)**. UNESP/FHDSS. Franca, 2009. (Tese de Doutorado em História).

SQUARIZI, L. **Imigrantes Italianos em Batatais (1890-1930)**. UNESP/FHDSS. Franca, 2003. (Dissertação de mestrado em História).

TUON, L. I. **O cotidiano cultural em Ribeirão Preto (1880 – 1920)**. UNESP/FHDSS. Franca, 1997. (Dissertação de mestrado em História).

ZAMBONI, E. **Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874-1900)**. USP/FFLCH. São Paulo, 1978. (Dissertação de mestrado em História).

WEBBIBLIOGRAFIA

CAROLO, A. Os fantasmas se divertem. **Jornal Cana**. Ribeirão Preto, n.179, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/pdf/188/%5Chistoria.pdf>>. Acesso em: 10 Out.2010.

GIUSTI, A. **Canto popular dos emigrados vênnetos**, 1875. Disponível em:<<http://italiasempre.com/verpor/merica-merica2.htm>>. Acesso em 10 out. 2010.

ITÁLIA. Disponível em: < <http://www.egm.it/pt/mappaitalia>>. Acesso em: 10 out. 2010.

MUNDO EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/politica/plutocracia.htm>>. Acesso em: 10 out. 2010.